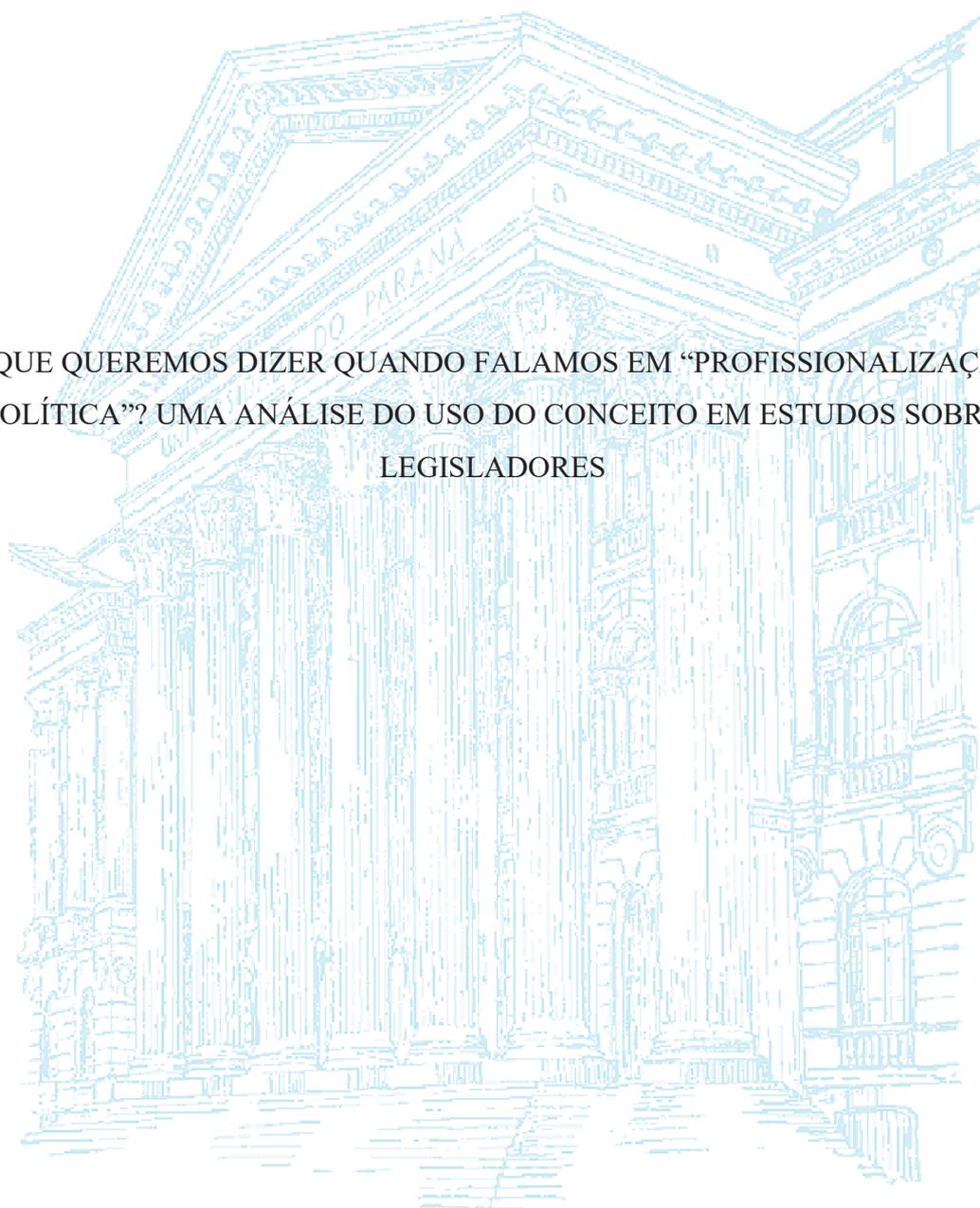


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA ARCOS LORENCETTI

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM “PROFISSIONALIZAÇÃO  
POLÍTICA”? UMA ANÁLISE DO USO DO CONCEITO EM ESTUDOS SOBRE  
LEGISLADORES



CURITIBA

2024

MARIANA ARCOS LORENCETTI

O QUE QUEREMOS DIZER QUANDO FALAMOS EM “PROFISSIONALIZAÇÃO  
POLÍTICA”? UMA ANÁLISE DO USO DO CONCEITO EM ESTUDOS SOBRE  
LEGISLADORES

Texto apresentado para qualificação, Curso de Pós-  
Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Codato.

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Lorencetti, Mariana Arcos

O que queremos dizer quando falamos em “profissionalização política”? : uma análise do uso do conceito em estudos sobre legisladores. / Mariana Arcos Lorencetti. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Codato.

1. Poder legislativo. 2. Candidatos políticos. 3. Conceitos. 4. Ciência política. I. Codato, Adriano Nervo, 1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM CIÊNCIA POLÍTICA

No dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro às 09:30 horas, na sala 1114, UFPR - Campus Reitoria, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **MARIANA ARCOS LORENCETTI**, intitulada: **O que queremos dizer quando falamos em profissionalização política? Uma análise do uso do conceito em estudos sobre legisladores**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ADRIANO NERVO CODATO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ENEIDA DESIREE SALGADO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LUCAS MASSIMO TONIAL ANTUNES DE SOUZA (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER), AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ADRIANO NERVO CODATO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora. Observações: A banca atribuiu nota 100,00 (cem) à tese.

CURITIBA, 24 de Abril de 2024.

Assinatura Eletrônica

26/04/2024 11:18:27.0

ADRIANO NERVO CODATO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/04/2024 14:26:26.0

ENEIDA DESIREE SALGADO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/04/2024 11:26:43.0

LUCAS MASSIMO TONIAL ANTUNES DE SOUZA

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL  
UNINTER)

Assinatura Eletrônica

25/04/2024 15:55:33.0

AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MARIANA ARCOS LORENCETTI** intitulada: **O que queremos dizer quando falamos em profissionalização política? Uma análise do uso do conceito em estudos sobre legisladores**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Abril de 2024.

Assinatura Eletrônica  
26/04/2024 11:18:27.0  
ADRIANO NERVO CODATO  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
25/04/2024 14:26:26.0  
ENEIDA DESIREE SALGADO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
26/04/2024 11:26:43.0  
LUCAS MASSIMO TONIAL ANTUNES DE SOUZA  
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL  
UNINTER)

Assinatura Eletrônica  
25/04/2024 15:55:33.0  
AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## AGRADECIMENTOS

*“Time is a false construct that only exists for primitive beings unable to phase into the 9th dimension. Also... I got lost.”*

— Psycho Goreman (2020), de Steven Kostanski

Me preocupo se irei, porventura, esquecer algum agradecimento, considerando que esta tese de doutorado parece ter sido desenvolvida ao longo de uma eternidade, durante a qual vivi diversas vidas.

Mas, primeiras coisas primeiro: esta obra é dedicada à Maria de Lourdes Aguiar, minha avó, que sempre insistiu que estudar era a coisa mais importante do mundo. Mesmo que talvez ela não se lembre mais do que eu faço, espero que saber que este trabalho foi concluído a faça sorrir.

E aqui faço referência à memória de meu pai. Edison Lorencetti não era um homem das ciências (excetuando-se, talvez, a ciência do campo, a ciência *folk*, que faz crescer as beringelas ou torna compreensível a linguagem dos bichos) e tampouco daria qualquer parcela de seu tempo a pensar a política. Mas ele teria gostado de saber que tem uma “filha doutora”, e é uma pena que não houve tempo para que ele ouvisse as boas novas.

Agradeço profundamente a Douglas Novelli, meu cientista político favorito e parceiro de todas as coisas, meu guia na trilha do cotidiano. Também agradeço a Silmara Arcos e Alice Lorencetti, meu núcleo familiar, indivisível e infinitamente forte.

Aos colegas da universidade, mencionando diretamente Maiane Bittencourt, Paula Portela, Thais Madeira e Maria Cecília Eduardo, mulheres geniais de mente inspiradora e enorme coração. A todos aqueles que estiveram nas mesas de discussão, núcleos de estudos e rodas de conversa no pátio, me fazendo perguntas e questionando os moldes de minha pesquisa, agradeço por não permitirem que eu deixasse qualquer aspecto inexplicado. Nesse âmbito, enfatizo as contribuições da Prof. Dra. Desiree Salgado e Prof. Dr. Rafael Sampaio, parte da banca de qualificação, e Prof. Dr. Renato Perissinotto; grandes questionadores e ótimos guias, os colegas do Laboratório de Análise do Campo Científico e do Observatório de Elites. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Adriano Codato, que me acompanhou desde meus primeiros passos e primeiro relatório de Iniciação Científica.

Muito obrigada, Angelita Bazotti e Lenita Marques, grandes pesquisadoras do IPARDES, por me incentivarem a concluir o doutorado mesmo com o fluxo infinito de demandas no trabalho. Também do IPARDES, aceno aos colegas de trabalho que sempre

mantiveram meu ânimo vivo e a cafeteira cheia, e para Dona Lourdes pelas conversas matinais e promessas de que oraria por mim. Não sendo religiosa, ainda aprecio a fé de ambas as Donas Lourdes (a avó e a colega de trabalho) como geradores de esperança e bons presságios.

*“You keep using that word. I do not think it means what you think it means.”*

*— The Princess Bride, de William Goldman*

*“They say, here's the truth, and I say, is that all there is? And they say, kind of. Pretty much. As far as we know.”*

*— Goliath, Neil Gaiman*

*“Leave nothing unchecked. there is much to be found in forgotten places”*

*— Darkest Dungeon, de Red Hook Studios*

## RESUMO

Argumenta-se nesta tese que o conceito de “profissionalização política” é aplicado em trabalhos vastamente diferentes, com critérios pouco delimitados. A coerência de definição de um conceito é essencial para o avanço de discussões de uma área, formulação de teorias gerais e, em fins mais práticos, facilitar a localização de trabalhos relevantes por pesquisadores que utilizam ferramentas computadorizadas de busca. Diante desta preocupação, o trabalho atual faz uma revisão de escopo da literatura para analisar o conteúdo de uma lista não exaustiva de 66 artigos de Ciência Política de diversos países, que parte de uma miríade de pressupostos, em busca dos contextos de uso, definições teóricas, critérios objetivos e variáveis de operacionalização de “profissionalização política” em parlamentos de todo o mundo. É observado que existem ao menos dois tipos principais de trabalhos que instrumentalizam a terminologia “profissionalização política”, e que certas etapas do processo de formação de um campo político profissional, bem como casos onde determinados critérios não se aplicam, podem ser melhor definidos com nomes únicos, evitando confusão conceitual. Por fim, é oferecida uma estrutura explicativa para a “profissionalização política” enquanto aplicada ao legislativo, formada por duas condições necessárias anteriores ao fenômeno (“estruturação legislativa” e “ativação política”) e uma definição de “profissionalização parlamentar”; também são oferecidos modelos para perfis políticos desprovidos de alguma das condições necessárias, e denominações para ocasiões de aprofundamento da profissionalização parlamentar.

Palavras-chave: Profissionalização Política. Análise de Conceitos. Revisão de Escopo. Poder Legislativo.

## ABSTRACT

In this thesis it is argued that the concept of “political professionalization” is applied in works that offer vastly diverse acceptions of the term, with loosely delimited criteria. It is essential that concepts receive proper and coherent definitions for many reasons, as offering a possibility of proper debate for the advancement of a field of research, to formulate general theories and, in a more practical standpoint, to make it easier for researchers to find relevant works when searching for a theme on any online database. Considering such concerns, this text presents a scoping review of the literature, analysing 66 Political Science articles as a non-exhaustive sample of academic efforts to study the “political professionalization” of legislative houses from all over the world. The contexts of such texts, applied theoretical definitions, objective criteria, and variables used to empirically study the phenomena are analyzed. The results show that there are two “general” definitions for “political professionalization”; also, there are certain phases of the professionalization process, as well as instances where not all criteria for professionalization are met, that should receive their own separate names, as to avoid “conceptual confusion”. Lastly, it is offered an explanatory structure for “political professionalization” as applied to the legislative, formed by two necessary conditions for its presence (“legislative structuring” and “political activation”) and a definition for professionalization itself; also, there are models to define political profiles that do not correspond to the necessary conditions, and denominations for occasions where professionalization is amplified.

Keywords: Political Professionalization. Concept Analysis. Scoping Review. Legislative Politics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 – Descrição da coleta em cascata para a primeira geração de textos coletados.....	34
Figura 3.2 – Relações de citação entre a <i>seed</i> inicial e a primeira geração da coleta em cascata.....	35
Figura 3.3 – Descrição da coleta em cascata para a segunda geração de textos coletados .....	39
Figura 3.4 – Relações de citação entre a primeira e a segunda gerações da coleta em cascata ..	40
Figura 5.1 – Critérios objetivos citados para definição de “profissionalização política” e variáveis de operacionalização empírica .....	85
Figura 6.1 – Proposta de nomenclatura e operacionalização para profissionalização parlamentar e conceitos auxiliares.....	88
Figura A.1 – Relatório visual do acordo entre codificadores na primeira iteração da coleta em cascata.....	104
Figura A.2 – Relatório visual do acordo entre codificadores na segunda iteração da coleta em cascata.....	104

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 – Comparação entre as medidas de profissionalização conhecidas como Índice de Squire, sua modificação por King e o índice de Kurtz.....	20
Quadro 3.1 – Relação dos termos buscados na base de dados através da ferramenta de pesquisa automatizada.....	29
Quadro 5.1 – Distribuição dos textos do <i>corpus</i> publicados em cada periódico, e o país da instituição de origem dos autores.....	64
Quadro 5.2 – Recorte temporal, geográfico e tipo de parlamento para cada um dos textos do <i>corpus</i> .....	68
Quadro 5.3 – Instâncias de uso de surveys, questionários e entrevistas, e questão relacionada.....	70
Quadro 5.4 – Instâncias onde métodos socio-históricos foram aplicados para analisar profissionalização política.....	71
Quadro 5.5 – Textos analisados, pressupostos sobre profissionalização e a função da variável.....	71
Quadro 5.6 – Questões de estudos que usam profissionalização como variável explicativa....	73
Quadro 5.7 – Textos que aplicam “dias em sessão” como medida empírica de profissionalização.....	74
Quadro 5.8 – Textos do <i>corpus</i> que aplicaram índices de profissionalização formulados em outras obras.....	75
Quadro 5.9 – Medidas ligadas às carreiras parlamentares em trabalhos de viés institucionalista.....	76
Quadro 5.10 – Citações que demonstram os critérios aplicados para relacionar carreiras e profissionalização parlamentar.....	77
Quadro 5.11 – Como foram medidas as carreiras parlamentares?.....	79
Quadro 5.12 – Como artigos analisaram motivações e socialização política?.....	83

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>OS DIFERENTES DOMÍNIOS QUE EVOCAM O FENÔMENO DE “PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA” .....</b>	<b>16</b>
2.1	INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO: DUAS DISCUSSÕES COM BASE CONCEITUAL WEBERIANA E SEU USO MODERNO .....	16
2.1.1	O caso dos estudos de viés institucionalista .....	16
2.1.2	Estudos com foco em profissionalização individual .....	21
2.2	TERMOS INTERCAMBIÁVEIS E A NECESSIDADE DE DEFINIR CONCEITOS: O CASO DO “ <i>CAREER POLITICIAN</i> ” E DE ESTUDOS COM AUTOIDENTIFICAÇÃO .....	23
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
3.1	SOBRE A TÉCNICA DE <i>SCOPING REVIEW</i> .....	26
3.2	MÉTODOS DE COLETA: A CITAÇÃO EM CASCATA, OU <i>SNOWBALLING</i> .....	26
3.2.1	O conjunto original de textos recomendados.....	31
3.2.2	A primeira geração de artigos coletados.....	33
3.2.3	A segunda geração de artigos coletados .....	38
3.3	PROPOSTA DE ANÁLISE .....	42
3.3.1	Da análise da origem dos periódicos .....	45
3.3.2	Sobre a coleta a respeito de dados do objeto de pesquisa.....	46
<b>4</b>	<b>O CONCEITO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA COMO APLICADO NOS TEXTOS SUGERIDOS PELO ESPECIALISTA.....</b>	<b>47</b>
4.1	A PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA .....	47
4.2	ANÁLISES DE PERFIL SOCIOLÓGICO .....	56
4.3	OUTRAS ABORDAGENS .....	61
<b>5</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>64</b>
5.1	VARIÁVEIS DESCRITIVAS.....	64
5.1.1	Origens dos textos.....	64
5.1.2	Recorte geográfico, temporal e tipo de parlamento .....	66
5.1.3	Técnicas e métodos.....	69
5.2	QUANDO E PARA QUE SE FALA DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA?.....	71
5.3	CRITÉRIOS PARA DEFINIR E OPERACIONALIZAR PROFISSIONALIZAÇÃO .....	73
5.3.1	Sobre “Autonomia e Regularidade do Legislativo” e a “Adoção explícita de critérios de outro autor” .....	73

5.3.2 Critérios ligados ao exercício de carreiras.....	75
5.3.3 Categorias a respeito de recursos disponíveis por partidos e instituições .....	80
5.3.4 O saber formal e as profissões da profissão política.....	81
5.3.5 A socialização política, o “ <i>savoir faire</i> ” e a vocação .....	81
5.3.6 Algumas conclusões a respeito de abordagens e suas variáveis associadas .....	83
5.3.7 Variáveis para medir profissionalização em análises institucionais.....	86
<b>6 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ESTUDOS SOBRE POLÍTICOS PROFISSIONAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>7 CONCLUSÕES .....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto não é a primeira tentativa de compreender os sentidos dados para a expressão “profissionalização política”. Apesar das diferentes definições relacionadas ao objeto, e um embate a respeito de suas possíveis vantagens e desvantagens, o volume de esforço empreendido no tema é prova do quanto o tema é impossível de ser dissociado dos maiores problemas que engajam estudiosos da política desde sempre. Oras, sabemos que o universo dos governantes e dos governados têm características bastante diferentes. E que esse processo de diferenciação se dá por aspectos diferentes, dependendo do período observado. Por vezes, se diz que políticos e a política já não são “como antes”, seja esse “antes” um período de ruptura institucional, um grande momento histórico, transições estruturais ou uma mera mudança de governo – pois há de ser essa “profissionalização”. Se os eleitos hoje são mais especializados ou responsivos, ou se a representação é mais efetiva, indica-se que deve ser devido a profissionalização política. Ou ainda, se é considerado que a representatividade é menor e o campo político é excludente, se a política é menos democrática, igualmente culpa-se a profissionalização. Seja ela horror antidemocrático ou dádiva de segurança e efetividade das instituições, pergunta-se: mas o que se quer dizer quando esse conceito é mobilizado?

O processo de formação de conceitos nas Ciências Sociais faz parte de um embate interpretativo constante que a realidade seja ordenada de forma a se tornar passível de análise. A linguagem é não apenas a caixa de ferramentas para o ofício do cientista social, como também é base substancial sobre a qual tal ofício é exercido (Gerring 1999, p.359).

A formação de conceitos é apoiada em um “entendimento compartilhado” e significados implícitos determinados por um certo campo do saber (Howie e Bagnall 2018, p.2) – construção essa que tende a ignorar um processo de articulação de significados e a necessidade de formação de um procedimento de análise que seja regrado e lógico. Conceitos devem ser não apenas abstratos o suficiente para explicar uma gama diversa de fenômenos. Eles precisam ser diferentes o suficiente de outros termos já existentes e, em sua abrangência, serem claros e suficientes, inconfundíveis em sua relação com o fenômeno ou objeto estudado. Além desses critérios de utilidade e contextualização, conceitos precisam ser completos, contendo toda a informação necessária para o seu entendimento, bem delimitados, desprovidos de ambiguidades e com a sonoridade que facilite sua memorização e disseminação.

No que se refere a processos de reexame de certos conceitos, ou processos de reconceitualização<sup>1</sup>, é importante observar que tais empreitadas tendem a ser focadas na capacidade de síntese e poder explicativo, deixando de lado a busca pela delimitação de regras fixas para novas aplicações, ao passo que são adaptados os mecanismos explicativos para novos contextos, por vezes criando definições de uso único, idiossincrático aos propósitos do pesquisador que propõe essa resignificação e com critérios definidos de forma *post hoc* (Howie e Bagnall 2018, p. 2), isso nas ocasiões que são determinados com a exatidão necessária (Sartori 1970, p.1034). Tais definições descartáveis acabam se tornando uma necessidade causada, por exemplo, pela inadequação dos dados ou da metodologia envolvida, ou mesmo pelo uso equivocado do próprio conceito ou construção incorreta de uma hipótese (Howie e Bagnall 2018).

Um conceito receber uma caracterização inteligível é essencial para que ele cumpra seu papel de correlacionar objetos, fenômenos e percepções, e para que ele possa se conectar com outros conceitos inseridos no mesmo contexto; ou seja, é importante que um conceito se faça parte de um campo semântico, que possa criar pontes entre ideias e teorias já existentes (Howie e Bagnall 2018, p.15).

No campo da Ciência Política, não é nova a percepção de que determinados conceitos e termos tendem a assumir significados vagos quando são usados rotineiramente em grande variedade de contextos. Sartori fazia sua contundente crítica ao fato de que seus contemporâneos lidavam com o limitado “vocabulário” da área fazendo um “estiramento” ou ampliação de certos conceitos, os tornando amorfos e vagos, uma vez que a definição de seus atributos necessários e componentes objetivos eram substituídos por meras generalidades ou tendências imprecisas (Sartori 1970). Assim como mencionado que tal processo pode vir de uma insuficiência metodológica, conceitos bem definidos e bem embasados são necessários até mesmo antes da operacionalização de uma pesquisa, uma vez que, sem quaisquer “contêineres taxonômicos”, é bastante difícil coletar e sistematizar os dados necessários e suficientes para operacionalizar uma hipótese significativa, sendo, acima de tudo, um grande desperdício de esforço e de informação (*idem*, p.1039).

---

<sup>1</sup> Como “reconceitualização” podemos tomar como exemplo outro trabalho de Howie e Bagnall (2015), que determina que o conceito de “warm up” na prática de terapia de psicodrama foi, ao longo do tempo, estendido para abranger vários passos distintos do processo terapêutico. Aqui, podemos ter como um dos exemplos de reconceitualização da profissionalização política quando o texto de Greenstein (2009) resolve tomar como critérios as atitudes e comportamentos de James Monroe, assim como a presença de “inteligência emocional” e “estilo cognitivo”. O texto é melhor analisado no trecho 4.3.

Diante do processo constante de distorção e readaptação de certas palavras, pode ser necessária uma discussão a respeito de como se constroem determinados problemas de pesquisa. A padronização não apenas enriquece as análises sobre um fenômeno ou contexto, como facilita análises sistemáticas e de escopo da literatura a respeito de determinados problemas da área. É bastante difícil aproveitar os métodos de coleta sistemática de literatura das ciências naturais e da saúde, uma vez que um mesmo fenômeno pode receber os mais diversos nomes – e, ao mesmo tempo, certas palavras-chave podem ser aplicadas em tantos contextos diferentes com critérios tão distintos que precisar um fenômeno pode se tornar tarefa de Sísifo.

O objetivo “geral” do presente texto pode ser entendido como uma investigação de uma caixa de ferramentas utilizada para explicar uma vasta gama de problemas e questões, e um aceno à necessidade de reorganizar conceitos quando estes não têm seu sentido em comum acordo, uma vez que estas discrepâncias prejudicam a construção contínua e incremental de discussões importantes da Ciência Política. A discussão escolhida é a da profissionalização política, uma vez que é um termo de ampla aplicação, ligado a tantos outros problemas que preocupam estudiosos da política, como recrutamento, permeabilidade do campo político, qualidade da representação, autonomia do Legislativo, entre outros.

Os objetivos específicos da presente tese são: i) compreender quais questões e quais contextos estão relacionadas com ao termo “profissionalização política”; ii) quais critérios são normalmente aplicados para definir o processo ou fenômeno de “profissionalização política”; iii) quais variáveis são operacionalizadas para analisar tais critérios; e iv) quais técnicas e objetos de pesquisa são utilizados para medir profissionalização política ou possíveis ramificações desse fenômeno.

Um dos pressupostos que rege a análise aqui apresentada é que “profissionalização política” é um nome dado a diversos conjuntos de critérios para fenômenos de diferentes níveis de abstração. Apesar de possuírem raiz teórica comum, é considerado que “profissionalização política” é um termo aplicado por uma gama de trabalhos com enorme diversidade interna, possivelmente agrupados em conjuntos de literatura que, apesar de empregarem os mesmos termos, tratam de fenômenos bastante distintos. Portanto, há necessidade de dar outros nomes complementares, dependendo da perspectiva que se deseja aprofundar, para estudo de certas etapas e aspectos do processo de profissionalização, quando estes são estudados isoladamente. Tal especificação poderia facilitar os esforços de leitores que procurassem por análises a respeito de políticos profissionais e profissionalização

política em bases automatizadas e ferramentas de busca, além de favorecer o debate científico com a proposição de um thesaurus construído especificamente para reduzir a confusão conceitual gerada por fenômenos diferentes sendo tratados pelo mesmo termo.

O trabalho se estrutura da seguinte forma: primeiro, é feita uma breve revisão de alguns sentidos que “profissionalização” assume e tipos de trabalhos ligados ao conceito; em seguida, é apresentada a metodologia do trabalho, o processo de coleta e os critérios de seleção de artigos para análise e o corpus final obtido. Depois, os resultados obtidos são apresentados na seguinte ordem: uma breve revisão narrativa do conjunto de textos indicados por especialista; dados sobre as origens dos textos estudados e seus autores; os objetos de pesquisa mobilizados por eles; os métodos de análise empregados; os critérios utilizados para definir profissionalização, e as variáveis operacionais para isso. Por fim, é oferecida uma esquematização para o processo de profissionalização, com a sugestão de nomes complementares para determinadas etapas do fenômeno, assim como nomenclatura alternativa para perfis políticos que não atendem a todos os critérios determinados como essenciais à presença de profissionalização política.

## 2 OS DIFERENTES DOMÍNIOS QUE EVOCAM O FENÔMENO DE “PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA”

No presente capítulo, são expostas as principais vertentes da Ciência Política que abraçam diferentes acepções da “profissionalização política”. Embora convergentes quanto a alguns de seus pressupostos e sua gênese – uma vez que são questões inseridas a partir do desejo de entender o Estado Moderno e as formas contemporâneas de exercício do poder –, os tipos de fenômeno e critérios para delimitação de tais processos, bem como os casos e questões que mobilizam estudos que adotam tal conceito, variam de forma notável. Aqui denominamos como “vertentes” dos estudos de profissionalização a clivagem mais óbvia entre estes trabalhos: aqueles que consideram a profissionalização algo que acontece aos indivíduos (ou seja, *profissionais são os políticos*); e os textos que consideram que a profissionalização é um processo institucional (ou seja, *a estrutura é profissional*). É possível argumentar que dentro de cada uma dessas abordagens haverá diferentes definições específicas para o fenômeno (ou processo) aqui investigado, mas essa bipartição é a mais facilmente visível.

### 2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO: DUAS DISCUSSÕES COM BASE CONCEITUAL WEBERIANA E SEU USO MODERNO

#### 2.1.1 O caso dos estudos de viés institucionalista

A discussão a respeito do surgimento do político profissional se origina ao mesmo tempo que as análises sobre surgimento do Estado Moderno, centralizador das funções de gestão pública. A transição dos regimes monárquicos para modelos mais burocratizados implicaria no surgimento de uma classe de funcionários altamente especializados e, dessas especializações, a figura do “político profissional” seria também uma consequência (Borchert 2003). Os profissionais especializados na dinâmica política necessitam de uma estrutura de trabalho com ferramentas e recursos que permitam sua dedicação total e o exercício de suas aptidões, e a nova forma do “homem político” demanda um equilíbrio entre a responsabilidade formal e um forte compromisso com suas causas e convicções (Weber 2015). Dessa forma, não é estranho imaginar que o processo de institucionalização do Estado e o processo de profissionalização do homem político não sejam apenas concomitantes e complementares, mas também interdependentes.

Um dos estudos que resume o conceito de profissionalização, incluindo ambos os elementos, é a definição de Jenssen (2003) a respeito do Legislativo dinamarquês, onde propõe quatro dimensões para compreender o fenômeno da profissionalização política: i) atuação política como trabalho em tempo integral; ii) profissionalização institucional, com presença de um *staff* de apoio, funcionários com saber especializado e fornecimento de ferramentas e recursos para atuação dos eleitos; iii) a possibilidade de viver *da* política, com oferecimento de uma remuneração que possa sustentar os eleitos e suas famílias, entre outros auxílios para facilitar o trabalho político (alojamento, despesas de viagem etc.); e iv) “profissionalização política e intelectual”, com a presença de legisladores já com experiência política e com alto nível de instrução formal (Jenssen 2003, p.86).

O Legislativo é objeto comum de estudo sobre processos de profissionalização política primeiramente por ser o meio onde se decide o destino de todos os membros da classe política, uma espécie de “comitê central” que controla a forma de todo o ambiente institucional, não apenas da instituição legislativa, uma vez que pode controlar processos de reforma política, modificando as dinâmicas de distribuição do poder (Borchert 2003, p. 6). É também uma forma de observação da dinâmica de poder num ambiente pluralista, que demanda negociações constantemente e transforma “objetivos privados em moral coletiva” (Schlesinger 1966). Outro argumento é que supostamente o Legislativo seria um objetivo tanto para políticos estabelecidos como para aspirantes, sendo o Legislativo local via de acesso comumente tomada por aqueles que almejam concorrer aos governos estaduais, parlamentos nacionais ou outros cargos no nível federal (*idem*); e a carreira legislativa é considerada tanto fonte de oportunidades, contatos e recursos para construção de carreiras políticas enquanto também oferece segurança por permitir ao parlamentar permanecer na carreira política mesmo que se busque disputar futuramente outros cargos (Borchert 2003).

A partir destes pontos, verifica-se que o “viver de e para a política” weberiano deve ser acompanhado de sua análise das transformações do Estado e das novas demandas que surgem desse processo, sobretudo a respeito de uma uniformização de regras e procedimentos impessoais e regulares e o surgimento de profissionais e técnicos especializados justamente em assegurar essa regularidade, impessoalidade e eficiência (Weber 2009a, p.201). É, portanto, compreensível que estudos de viés institucionalista, focados na consolidação e padronização das dinâmicas e funções do Estado e os órgãos que o constituem, também mobilizem o termo “profissionalização”.

Uma das mais conhecidas obras nesse sentido, a qual faz a ponte entre institucionalização praticamente como sinônimo de “profissionalização política”, é a de Squire (1988, 1992), que busca operacionalizar o processo anteriormente sinalizado por Polsby em “*Institutionalization of the US House of Representatives*” (1968). Por sua vez, esse é outro texto importante para a literatura em questão: Polsby (1968) argumenta que um sistema político viável e funcional precisa ser institucionalizado, dotado de organização especializada que permita legitimar o sistema, de forma a permitir uma oposição sem sacrificar sua estabilidade. Seus critérios para institucionalização mencionam uma diferenciação de funções, com integrantes facilmente reconhecíveis; complexidade organizacional, que separe funções distintas mantendo uma interdependência de atores especializados e mantendo um padrão de funcionamento; e uma organização que opere com base em critérios universais, permitindo um funcionamento impessoal, praticamente “automatizada” pelo rígido cumprimento de regras (Polsby, 1968 p.145), criando, por fim, normas profissionais entre seus participantes (*idem*, p.166).

Partindo desses critérios, Squire (1988) relaciona fatores de complexidade e especialização no Legislativo estadunidense com a estruturação de carreiras especializadas, possibilitadas por baixo *turnover* e oportunidades de carreira. Sua definição de “profissionalização” envolve três componentes: i) remuneração e benefícios aos legisladores, ii) quantidade significativa de dedicação de tempo para o trabalho legislativo, e iii) a presença de *staff* especializado e recursos estruturais para aperfeiçoar a ação dos policy makers (p. 69). Sem dúvida, isso tem como objetivo possibilitar que se “viva da política e para a política”, embora a abordagem seja bastante diferente de estudos de ambição, recrutamento e socialização política, entre outras vertentes que focam os indivíduos que se estabelecem nas fileiras da política institucional. Uma explicação para isso pode ser encontrada na obra de Polsby, que argumenta que os legislativos modernos se encontram entre dois modelos - “legislaturas de tipo arena” e “legislaturas transformativas”:

Para arenas, o impacto de forças externas é decisivo ao se tratar de resultados legislativos. Para legislaturas transformativas, o que é decisivo são as variáveis que ilustram estrutura interna e normas subculturais. O estudante de arenas é inevitavelmente um estudante de backgrounds sociais de legisladores, de recrutamento legislativo, de grupos de “pressão”, de política partidária extraparlamentar, da organização dos partidos no parlamento, e do debate. O estudante de legislaturas transformativas deve considerar estrutura de comitês e processos de nomeação, processos de socialização institucional, a percepção e regulação de interesses pelos legisladores, as disposições de grupos informais no

legislativo, como delegações estaduais [...], as operações de regras de procedimento interno, e regras como as [ligadas à] senioridade [...] (p.291)<sup>2</sup>.

Segundo essa diferenciação, a House of Commons britânica seria o exemplo ideal de “*arena-like legislature*”, baseada em debate, com sistema truncado de comitês e “com membros preocupados com a posição social do papel que exercem”; enquanto a US House of Representatives seria o exemplo máximo de “*transformative legislature*”, competente para reproduzir suas funções de forma eficaz e autônoma, cujo objetivo principal seria apenas a transformação de propostas em lei. Não trazendo para esta discussão se realmente tais sistemas eram (ou são) tão distintos quanto o autor alega, essa diferença de abordagens ainda é uma linha clara de separação entre estudos a respeito dos EUA e estudos feitos por pesquisadores de outras partes do mundo, ou sobre parlamentos de outras partes do mundo.

A especificidade dos estudos de profissionalização política aplicados às casas legislativas dos Estados Unidos pode ser observada pela grande quantidade de pesquisas que, ao observar certas dinâmicas e contextos de decisão, optam por definições de profissionalização já agrupadas em índices fechados, baseados em uma lista de indicadores. O mais famoso e utilizado é o índice de Squire (1992), ou sua variante proposta por King em 2000 (por exemplo, como aplicado em Clucas 2007), seguido de uma classificação feita por Kurtz em 1992 (aplicados em Fiorina 1997 e em Malhotra 2008). Todos estes índices comparam o quanto uma legislatura estadual tem gastos e recursos similares aos da *US House of Representatives*, considerada por Polsby (1975) como o modelo ideal de profissionalização. Legislaturas estaduais, com insuficiente estrutura para trabalho, agenda irregular de reuniões, pouca remuneração a seus constituintes e número pequeno de profissionais auxiliares seriam consideradas “*citizen legislatures*”: como o nome indica, seriam assembleias com baixa disciplina e pouco atraentes para criação de padrões de carreira longa e especializada, providas de integrantes insuficientemente profissionalizados.

---

<sup>2</sup> Todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas de forma livre pela autora, com seu texto original sendo apresentado em notas de rodapé. “*For arenas the impact of external forces is decisive in accounting for legislative outcomes. For transformative legislatures, what is decisive are variables depicting internal structure and subcultural norms. The student of arenas is perforce the student of social backgrounds of legislators, of legislative recruitment, of “pressure” groups, of extraparliamentary party politics, of the organization of parliamentary parties, and of debate. The student of transformative legislatures must consider committee structure and appointment processes, institutional socialization processes, the perception and regulation of interests by legislators, the dispositions of informal legislative groups such as state delegations [...], the operations of rules of internal procedure, and customs such as seniority [...]*”

Destarte, ressalta-se que, em princípio, todos estes índices mencionados no parágrafo anterior, por necessariamente compararem o funcionamento e recursos de legislaturas estaduais com a câmara federal estadunidense, apenas podem ser aplicados ao caso dos EUA, uma vez que comparam legislaturas estaduais e o congresso estadunidense. A classificação de Kurtz, por sua vez, também faz essa mesma comparação, sendo ainda mais específica por ter surgido originalmente para medir o contexto político da legislatura de 1993 e incluindo dados qualitativos obtidos por entrevistas - o que não impediu que Malhotra (2008)<sup>3</sup> tentasse uma adaptação para reaproveitamento da classificação.

O Quadro 2.1 apresenta uma síntese que resume estes índices que constam no corpus de análise em formato “*as is*” - ou seja, sem modificações.

**Quadro 2.1 – Comparação entre as medidas de profissionalização conhecidas como Índice de Squire, sua modificação por King e o índice de Kurtz**

Índices	Squire (1992)	King (2000)	Kurtz (1992)
<i>Critérios determinantes de profissionalização</i>	Remuneração parlamentar suficiente para dedicação exclusiva; sessões legislativas regulares e frequentes; presença de <i>staff</i> de apoio especializado ao político.		( <i>vide nota de rodapé número 3</i> )
<i>Variáveis que integram o índice</i>	Médias do biênio de gastos com salário e auxílios para parlamentares; número de dias com sessões legislativas anuais; número de funcionários do staff por parlamentar.	Médias do biênio de gastos com salário e auxílios para parlamentares; número de sessões legislativas anuais; gastos da instituição com serviços e operações por legislador - esta última medida substitui o número de funcionários proposto por Squire.	Salário dos legisladores, recursos e gastos com staff, duração das sessões da câmara, opiniões de legisladores a respeito da regularidade e estrutura de funcionamento da casa legislativa
<i>Limitações</i>	É uma medida formulada para comparar estados dos EUA com o US Congress, sendo de difícil adaptação para outros contextos		Além da limitação geográfica, igual a dos índices anteriormente mencionados, o índice de Kurtz demanda aplicação de questionários.
<i>Forma de apresentação do índice</i>	Índice entre 0 e 1, onde 1 seria uma legislatura perfeitamente idêntica ao US Congress (“modelo ideal” de legislativo profissional) e 0 representaria uma legislatura amadora.		Índice categóricos com três categorias possíveis: - <i>Professional legislature</i> ; - <i>Hybrid legislature</i> ; e - <i>Citizen legislature</i> ;

Fonte: A autora (2023).

<sup>3</sup> Apesar do paper “*Understanding the diversity of American state legislatures*” de Kurtz (1992) ser repetidamente citado – apresentando 53 citações apenas segundo o Google Scholar – não foi possível encontrar versão digital do volume da *Legislative Studies Section Newsletter* de Junho de 1992 onde o texto teria sido publicado.

Como mostra o quadro, as medidas mais notórias das pesquisas aqui denominadas “institucionalistas” em nenhum momento consideraram necessária a investigação a respeito de integrantes das Câmaras, o que é coerente com a pressuposição dos autores, que partem da teoria de que um Legislativo eficaz e previsível não teria nenhuma de suas funções alterada a partir de quem ocupa cargos nele. Estes moldes exigem que exista uma comparação a um “parlamento ideal”, que consideram ser o Legislativo federal estadunidense, e que o parlamento a ser comparado tenha estruturas, regras e recursos que possam eventualmente ser aprimorados de forma a alcançar a configuração da *US House of Representatives*. Assim, podemos considerar contraproducente qualquer tentativa de aplicar tais critérios em outros cenários e recortes geográficos, pois essas ignoram o contexto de estabelecimento e construção da política em outros lugares, suas regras, cultura e especificidades. A obra que guia os esforços da produção institucionalista nos EUA (Polsby, 1968) já apontava que, por exemplo, os critérios para analisar o parlamento britânico não poderiam ser os mesmos que aqueles usados para entender o Legislativo estadunidense.

Não é possível negar que o contexto institucional seja parte essencial para compreensão da profissionalização política, mas a aplicabilidade do modelo de índices como o de Squire não se estende a outros países que não os EUA, e todos os trabalhos que tentaram explicar o fenômeno como algo circunscrito ao funcionamento institucional tentaram de forma ou outra adaptar estes índices e métodos.

### 2.1.2 Estudos com foco em profissionalização individual

Em oposição a estudos com foco no funcionamento institucional, análises com foco em características individuais e talentos exteriores à carreira política reconhecem que, embora tornar-se profissional implique em internalizar determinados valores e comportamentos, pois recusar-se a fazê-lo poderia causar um isolamento dentro da instituição (Black 1970, p.865), existem diversos perfis de experiência e comportamento que obedeceriam a diferentes demandas de um sistema pluralista. Aliado ao problema do recrutamento, é comum que se mencione profissões que aceleram a socialização política, como as “*brokerage occupations*”<sup>4</sup> (Lovenduski e Norris 1995, Cairney 2007), muitas vezes não apenas “por acaso” facilitando a entrada na política como escolhidas conscientemente para esse fim.

---

<sup>4</sup> O termo pode ser traduzido como “profissões mediadoras”, aquelas marcadas por negociações e resolução de conflito. Um “broker” pode ser definido como aqueles que atua como intermediário entre duas partes.

Em abordagem próxima a essa, estudos de profissionalização que mobilizam perfil social e histórico individual de deputados e senadores estão relacionados à ideia de que a mudança do perfil daqueles interessados, selecionados e, por fim, legitimados como detentores de poder formal está relacionada também com mudanças do campo político e social de um país. Tais mudanças moldariam a formação do campo de estudos sobre transições de perfil parlamentar durante diferentes períodos de governo (p. ex. Mazzoleni 2006); momentos históricos de ruptura e ascensão de novos regimes (p. ex. Marengo 2000, Codato 2008); e comparações entre parlamentos de contextos similares (p. ex. Moncrief 1994). Nesse sentido, quem seriam os profissionais “ideais” passa a ser uma forma de refletir sobre as prioridades e preocupações de um dado contexto histórico. Variáveis mobilizadas em tal sentido podem ser voltadas também para detectar “tradições familiares” de políticos mediante investigação das posições ocupadas por seus antepassados, ou observação de atuação em movimentos sociais ou ocupação de cargos de destaque em partidos políticos, tendo assim um breve retrato de quais esferas sociais possuem o prestígio e valorização em certo contexto, a ponto de permitir a transformação destes indivíduos em legisladores.

Neste sentido, trabalhos focados nos aspectos individuais que *possibilitariam* e legitimariam a introdução na política podem também ser considerados parte da discussão da qual fazem parte estudos de recrutamento e representação, e o problema do distanciamento entre governantes e governados. Compreender por que vias um cidadão toma como profissão a função de legislar e como consegue internalizar os ritos da instituição pode ser um meio de compreender a responsividade e permeabilidade do sistema, mensurar o grau de assistência e tutoria providenciado por partidos, sindicatos e *think tanks*, e até mesmo retratar qual seriam os critérios valorizados numa sociedade para o trabalho de intermediário entre o povo e o Estado.

O surgimento de políticos com perfil profissionalizado então é indissociável da presença de normas e regularidades que seriam origem de um comportamento único, consequência da demanda pela especialização do trabalho legislativo e da complexificação estrutural de seu contexto. Para além de tais recursos, é necessário que o indivíduo que pretende se profissionalizar politicamente ambicione abandonar seus compromissos profissionais externos à política e tenha se acomodado no campo por tempo o suficiente para desenvolver a expertise comum à figura do “político profissional”. E é por essa razão que a observação de carreiras, oportunidades de ascensão ou permanência no cargo e tempo de

atuação parlamentar costumam ser aspectos em comum em todos os trabalhos a respeito de profissionalização política.

Altas taxas de renovação são frequentemente vistas por autores como indício de instabilidade levando a uma fraqueza do parlamento com relação a outros poderes, por não permitir o desenvolvimento de uma expertise coletiva (Best e Vogel 2017, p.354). Em estudos de profissionalização política, carreiras legislativas duradouras (ou oportunidades para tê-las) são vistas como uma ambição que motiva o trabalho do legislador e o motiva a atender as demandas de seus eleitores, razão para desenvolvimento de uma lógica parlamentar especializada e sinal de um campo legislativo autônomo e capaz de equilibrar relações entre poderes<sup>5</sup>. Assim, argumenta-se que um longo período de trabalho parlamentar é o aspecto que todos os estudos de profissionalização acabam por mobilizar, talvez o único consenso a respeito de quais seriam os indicadores prioritários para a investigação deste fenômeno.

Assim, em uma concepção ampla, é possível concluir que estudos de profissionalização política não apenas se focam em quem é capaz de vencer as etapas que o fazem vencer eleições, mas sim em quem permanece o suficiente em seu trabalho legislativo para internalizar um *ethos* comum ao legislador, dominar o processo de formulação de propostas, negociação e acordos, e compreender a dinâmica interna. É necessário ser suficiente para ser legitimado como criador e transformador de leis uma primeira vez, ser um *expert* capaz de manter sua posição diante dos colegas, utilizar propriamente os extensos recursos estruturais e materiais disponíveis a ele, e ser responsivo, informado e consciente das necessidades dos eleitores que garantam sua posição por um período extenso.

## 2.2 TERMOS INTERCAMBIÁVEIS E A NECESSIDADE DE DEFINIR CONCEITOS: O CASO DO “*CAREER POLITICIAN*” E DE ESTUDOS COM AUTOIDENTIFICAÇÃO

Assim como por vezes é difícil discernir se um autor mobiliza “profissionalização” enquanto institucionalização ou enquanto trajetória individual no Legislativo em determinados contextos (Mooney 1994), uma expressão usada ora como sinônimo de político profissional, ora como um perfil específico de “novo profissional”, é o termo “*career politician*”. Mobilizado com mais frequência em estudos sobre o parlamento britânico, o

---

<sup>5</sup> Embora concordemos que a oportunidade de construir uma carreira política e os recursos para seguir tal carreira são importantes sinais de consolidação do trabalho político, o índice de turnover não depende apenas de tais recursos e, portanto, não o tomamos como medida de profissionalização. O modelo defendido pela presente tese será explicado no capítulo 6.

termo surge com o texto de King (1981), que argumenta que um ‘político de carreira’ sentiria a política como sua vocação, teria forte anseio por um futuro na política, mas teria suas ações tão fortemente vinculadas à vocação e ambição que não necessariamente a política seria a sua fonte de sustento – um “viver para a política” sem, no entanto, precisar dos recursos financeiros providos do exercício político. Ao analisar membros do parlamento britânico da legislatura iniciada em 1979, King observa que tais parlamentares apresentavam diferentes padrões de carreira, com trajetórias mais longas que as de seus colegas, iniciadas mais cedo, e, não raro, tais políticos se originavam de posições e ocupações afins à política (King 1981 p.260), como membro de *staff*, assessor ou integrado a um partido – embora não se possa dizer ao certo se tal escolha é intencional. Apesar de argumentar que o conceito de “político profissional” precisaria ser rediscutido, uma vez que não existiria uma formação técnico-profissional para se tornar político, e tampouco é possível ser um “político autônomo”, King emprega diversos outros critérios de especialização no meio político como similares à internalização de *ethos* e práticas que ocorrem em qualquer campo profissional, como a assimilação de linguagem, “modos de agir” e formação de conexões sociais específicas de um contexto profissional.

O novo padrão de recrutamento que tornava jovens ativistas e jovens membros do staff em políticos viáveis recebeu a atenção de observadores da política britânica no início dos anos 1980. A discussão sobre o “político de carreira” nos anos seguintes por vezes considerava difícil diferenciar o político profissional “em sentido amplo” com o político de carreira, não raro usando os conceitos de forma intercambiável, significando um perfil oposto ao do “*part-timer*” e do amador (Allen et al. 2020).

Por fim, determinou-se que o político com ambição por carreiras longas e com grande dedicação a seu posto seria considerado um “*career politician*” ao ter pouca experiência no “mundo real”. Eles seriam eleitos jovens, muitas vezes buscavam educação superior em cursos e instituições que permitiriam sua socialização política como membros de staff, participantes ativos em partidos políticos ou assessores de políticos tradicionais. As críticas a esse perfil seriam similares às críticas aos políticos profissionais: pouco conhecimento a respeito da rotina de um cidadão comum, das dinâmicas das fábricas ou compreensão das dificuldades concretas e materiais de um trabalhador médio. O suposto excesso de ambição também receberia críticas como o apego a projetos que apenas aumentariam suas chances de reeleição ao invés da rotina de deliberação e outras práticas cotidianas de menor destaque (Cairney 2007). Apesar de Allen apontar que a trajetória de tais “políticos carreiristas” seria

mais longa que a dos demais, pode-se atribuir uma explicação alternativa para a prolongada dedicação: o fato de que políticos precisam abdicar de suas carreiras anteriores e o retorno à ocupação de origem pode ser considerado muito difícil (Gaxie 2017, p.491).

O critério da autodeclaração aparece em estudos com viés atitudinal, por exemplo, como ferramenta para entender a aceitação do processo político e seus aspectos comumente rejeitados pelo senso comum, como a negociação (Black 1970). Outros critérios para profissionalização política podem surgir em trabalhos que admitem e sinalizam diferenciações internas no ambiente parlamentar, no perfil dos eleitos e, por vezes, uma hierarquia entre os indivíduos políticos – uma noção que certos parlamentares poderiam ser “mais profissionais” que outros –, estando em direta oposição a aceitação de estudos de perfil institucionalista, que sublima características individuais, irrelevantes diante das regularidades da estrutura. Por outro lado, estudos de comportamento focados em intensidade de participação parlamentar ou prestígio dentro da casa legislativa podem investigar profissionais mesmo em contextos onde a explícita rejeição à figura do político profissional poderia inibir a autoidentificação, como no caso de *experts* no parlamento da antiga Iugoslávia, cujos perfis e carreiras contradiziam a ideologia dominante e resistiam a inúmeras medidas para tornar o processo decisório menos profissionalizado (Cohen 1980).

Assim, diante de variadas acepções do fenômeno, diversos critérios para determinar sua presença, e a enorme variedade de significados, contextos e dimensões examinadas que recebem o designativo de “profissionalização política”, é necessário que se relacione problemas de pesquisa, bases teóricas, variáveis de análise e sentidos atribuídos a este termo.

### 3 METODOLOGIA<sup>6</sup>

O capítulo apresenta a escolha da metodologia aplicada em uma análise de escopo da literatura (*scoping review*) e justifica a opção pela coleta em cascata, ou “método bola de neve”, como ferramenta de busca e coleta de textos relevantes para este tipo de revisão. O método bola de neve (também chamado de *snowballing*) pode ser a principal forma de coleta de material bibliográfico, como no caso da experiência aqui retratada, ou como método complementar em pesquisas que utilizam expressões fixas de busca (*strings* de palavras-chave). Também são descritos os softwares utilizados para auxílio aos processos de coleta e organização das obras para execução desta revisão.

#### 3.1 SOBRE A TÉCNICA DE *SCOPING REVIEW*

Enquanto a mais conhecida técnica de revisão sistemática de literatura (*systematic review*) tende a se focar em problemas específicos e avaliar resultados de procedimentos e fenômenos, a revisão de escopo é recomendada para entendimento do foco de uma área de pesquisa; esclarecimento de conceitos e definições teóricas e identificação dos fatores e características chave aliados a tais conceitos; e também para mapear, discutir e avaliar os estudos de um determinado tópico, as formas de exposição e métodos envolvidos na área interessada em tal questão ou objeto (Munn et al. 2018, p.02). A ênfase desse tipo de estudo é mais em “mapeamento” que numa síntese propriamente dita, focando-se num tema em oposição a um fenômeno, e admitindo uma variedade maior de trabalhos relevantes, embora ainda retenha rigor ao relatar seus procedimentos de coleta de textos, e mantenha o requerimento da transparência metodológica comum à *systematic review* (Arksey e O'Malley 2005).

#### 3.2 MÉTODOS DE COLETA: A CITAÇÃO EM CASCATA, OU *SNOWBALLING*

O desenvolvimento de um campo de estudo depende não apenas da condução de pesquisas, mas do uso de conhecimento já existente como base para evolução de discussões.

---

<sup>6</sup> Uma versão resumida deste capítulo está presente no livro "O Estado, os políticos e os empresários: vinte anos do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política", publicado em 2022 e organizado por Mateus Albuquerque e Amanda Sangalli. Tal versão recebeu o título de “Relato do uso do método de Snowballing para coleta sistemática de literatura para Revisão Sistemática em Ciência Política: uma abordagem vantajosa para questões de alta especificidade”

Revisões de literatura com coleta sistemática respondem a essa necessidade (Wohlin 2014), permitindo a identificação e descrição de trabalhos incluídos num debate, delineando o contexto e a área nos quais uma pergunta de pesquisa é inserida.

A coleta sistemática de textos mediante palavras-chave pode ser considerada menos complicada em áreas cujos objetos, processos e fenômenos possuem nomes fixos – como a taxonomia das Ciências Naturais, procedimentos médicos nas Ciências da Saúde ou teoremas das Ciências Exatas. Contudo, não é inteiramente incomum que, numa área, um conceito seja mobilizado em diferentes contextos ou recebendo diversas denominações<sup>7</sup>.

O objeto do presente capítulo é o processo de construção do corpus da tese que enseja fazer crítica e prescrição metodológica a respeito de medição do fenômeno ou processo de Profissionalização Política na literatura de Ciência Política. Além da incerteza a respeito de quais palavras traduziriam idealmente a temática desejada, havia dúvidas a respeito de quais bases de periódicos oferecem um número representativo de artigos dentro da temática investigada, sendo desejável que a base escolhida não fosse demasiadamente limitada ou, tampouco, saturada de literatura cinza<sup>8</sup>.

Em diversas áreas do saber existe uma discussão a respeito de como delimitar os tipos de literatura úteis para produção de revisões sistemáticas e metanálises<sup>9</sup>, uma vez que relatórios não-acadêmicos, artigos em pré-print, panfletos ou artigos de revista podem oferecer informações que tenham escapado aos olhos da comunidade acadêmica – no entanto, como o presente texto é justamente uma crítica a um tipo de estudo acadêmico originado de áreas canônicas, é plausível que o corpus de análise seja inteiramente composto por produções científicas devidamente publicadas.

---

<sup>7</sup> Menciono aqui o trabalho de Felizardo et. al. (2016) sobre Engenharia de Software, onde é mencionado que *“The definition of keywords and their appropriate combinations for search purposes are a challenging aspect of the SLR process (...) One reason for this difficulty is the lack of formalization of terminology. The probability that two researchers use the same term to refer to the same concept is often lower than 20%. Therefore, a direct comparison of terms may not be sufficient.”* (p.01)

<sup>8</sup> Pode se fazer necessária uma breve explicação a respeito da definição de “literatura cinza” - embora tenha-se decidido (inclusive para o presente trabalho) que artigos publicados em periódicos que façam o processo de peer review sejam reconhecidos como literatura sempre válida para análise, o que definiria um estudo de “qualidade não comprovada” (ou seja, “numa área cinza” entre um trabalho comprovadamente protocolado e avaliado, e um escrito de mera conjectura, especulação ou fraude) é assunto em debate (Mahood, Van Eerd, and Irvin 2013, p.2), uma vez que em certas acepções até mesmo capítulos de livro, teses e dissertações poderiam ser entendidas como ‘literatura cinza’ por não passarem pelos mesmos processos de avaliação que um artigo de periódico.

<sup>9</sup> Algumas áreas, sem dúvida, se beneficiam de materiais não incluídos em periódicos: por exemplo, sabe-se sobre aproveitamento de materiais de redes sociais e repositórios para pesquisas em engenharia de software (Kamei et al. 2021), e avaliação de argumentos presentes em materiais diversos a respeito de motivos para a não vacinação de crianças (Favin et al. 2012).

Inicialmente, foi cogitado que a pesquisa contasse com o auxílio de software para a coleta automatizada de textos através do método de expansão em cascata oferecido pela integração da API da base livre *Dimensions* e o software *CiteSpace* (conforme descrito no texto de Chen, 2018). No entanto, o uso de uma string de busca como ponto de partida e a ausência subsequente de interação humana fizeram com que o software eventualmente se deparasse com textos com altíssimo número de citações, com a coleta de tais trabalhos citantes tornando as iterações subsequentes absurdamente infladas, eventualmente chegando a centenas de milhares de artigos<sup>10</sup>, localizados nas mais diversas áreas das Ciências Humanas. É também conhecida a limitação do uso de strings de busca em estudos de Revisão Sistemática (Wohlin 2014) uma vez que, mesmo em coletas completamente automatizadas através de técnicas complexas, os resultados de uma busca são apenas “tão bons quanto a string para ela utilizada” (*idem*, p. 02).

Sendo assim, se mostrava necessário que um ser humano examinasse cada um dos resultados de iteração, e era imperativo que o ponto de partida não fosse uma coleção de palavras-chave, mas sim de artigos cuja utilidade fosse previamente avaliada. Assim, dentro destas duas preocupações, a técnica de coleta que se mostrou efetiva foi a expansão por citações em cascata (*snowballing*) através de coleta semi-automatizada.

De modo geral, o método de *snowballing* pode consistir apenas na coleta de textos citados por uma bibliografia inicial (*forward snowballing*) (Felizardo et. al. 2016) ou apenas na coleta de textos citantes de tal conjunto seminal de trabalhos (*backwards snowballing*) (Jalali, Wohlin 2012), com ambos os métodos podendo ser usados separadamente como recurso complementar a outras técnicas de coleta e possuindo cada quais suas vantagens. O uso de mais de uma técnica sistemática de obtenção de textos é aconselhado para minimização de intervenções manuais, mais propensas a erro (Wohlin 2014).

Assim, é oferecida no presente texto ferramentas para execução de *snowballing* nas modalidades de citantes e de citados, uma vez que a expansão mediante textos citantes tende a exibir resultados mais recentes e atualizados, enquanto o uso de textos citados reduz as chances de perda de artigos que possuam alta relevância, mas baixo índice de citações.

Para a análise de *forward snowballing*, isto é, dos artigos citantes do conjunto original, foi utilizado como ferramenta de auxílio o software *Harzing's Publish or Perish* (versão 8). O programa em questão possui a funcionalidade de, encontrando uma obra de interesse ao

---

<sup>10</sup> Como exemplo, menciono as inúmeras versões de “Política como vocação” de Max Weber e a “Política” de Aristóteles, que possuem inumerável quantidade de citações por trabalhos das mais diversas áreas.

buscar por seu título ou autor em uma das muitas *databases* as quais o software possui acesso, demandar que sejam recuperados trabalhos que façam citação a tal obra através do comando “*retrieve citing works*”. A base escolhida para tal acesso indireto foi o Google Scholar, uma opção que oferece grande número de resultados, com a vantagem de minimização de possíveis vieses relacionados a alguma *publisher* específica (Wohlin 2014). Todas as referências recebidas tiveram seus títulos então exportados em formato de tabela para o programa ATLAS.ti (versão 23), software voltado para análise de dados qualitativos de ampla aplicação, o qual foi empregado ao longo de toda a pesquisa.

Já para a análise de *backwards snowballing*, as referências citadas em cada um dos textos recomendados também tiveram seus títulos exportados em formato de tabela para o ATLAS.ti. Em ambos os casos, foi utilizada a funcionalidade do programa de marcação automática de determinados termos e expressões, que podem então receber uma classificação padronizada de fácil acesso. Comumente utilizado em métodos como a Análise de Conteúdo e como organizador de material multimídia para pesquisadores, sua função de atribuir etiquetas descritivas torna a localização e classificação de termos de interesse menos propensa a erro que a busca manual, ainda podendo ser corrigida e editada quantas vezes forem necessárias.

Para tal organização, a função “pesquisar e classificar” em sua modalidade “pesquisa de texto” foi acionada. Foram buscadas em inglês, português, espanhol e francês expressões derivadas de “político profissional”, “profissionalização” e “político de carreira”, termos estes que foram previamente determinados como costumeiramente mobilizados no tipo de pesquisa em Ciência Política que se desejava analisar. Ao encontrar expressões relevantes nas listas de títulos de artigo, a seleção de texto automática foi expandida para abranger o título completo. Desta forma, foi possível comandar ao programa gerar uma lista com todos os títulos selecionados como pertinentes.

**Quadro 3.1 – Relação dos termos buscados na base de dados através da ferramenta de pesquisa automatizada**

Termos em inglês	Termos em português	Termos em espanhol	Termos em francês
Professionalization	Profissionalismo	Profesionalismo	Professionnalisme
Professionalisation	Político de carreira	Político profesional	Professionel de la
Professionalism	Políticos de carreira	Políticos profesionales	politique
Career politician	Político profissional		Politiciens
Career politicians	Políticos profissionais		professionnels
Professional politician			
Professional politicians			

Fonte: dados da pesquisa.

A decisão pelo uso de títulos em vez de resumos pode ser explicada pelo uso destas expressões em trabalhos que não necessariamente examinavam o processo ou fenômeno de profissionalização política, tampouco qualidades e trajetórias de políticos profissionais – não raro, são mobilizados como sinônimo de indivíduo político –, o que poderia implicar a inclusão de artigos das mais variadas áreas e temas da Ciência Política.

Uma vez selecionados os títulos dos trabalhos que potencialmente integrariam a amostra, a pesquisa avançou para a coleta dos resumos dos textos em questão. Nessa etapa, optou-se por manter no corpus da pesquisa apenas os documentos que fossem artigos científicos, publicados em periódicos, e que apresentassem um resumo, excluindo assim livros, capítulos de livros, teses, dissertações ou outros relatos de pesquisa diversos. Embora admita-se que o recorte em questão potencialmente exclua pesquisas relevantes, defende-se que o critério adotado permite o levantamento de uma fatia representativa da literatura, além de apresentar como vantagens a baixa subjetividade e a construção de um corpus acessível, ampliando a replicabilidade da pesquisa.

Para determinar a relevância dos artigos para o objeto de estudo, os resumos foram então submetidos a um processo de catalogação por dois codificadores<sup>11</sup>, com um terceiro solucionando casos de discordância entre as duas primeiras codificações. Quatro critérios de exclusão foram aplicados nesta etapa de coleta:

1. Os textos aceitos devem apresentar pesquisas empíricas;
2. O artigo deve ser focado no processo ou fenômeno de profissionalização política, as causas, consequências, definição ou contexto;
3. O artigo deve ter como objeto o Poder Legislativo; e
4. O artigo precisa oferecer uma definição do que seria, em sua acepção, a profissionalização política ou um político profissional.

Esses procedimentos foram replicados nas gerações seguintes, com os textos da geração anterior sendo a base e ponto de partida para a recuperação de trabalhos que sejam por eles citados ou sejam seus citantes. Foram realizadas duas iterações da coleta em cascata, produzindo um corpus final de 66 textos para análise em profundidade, uma vez que iterações posteriores passaram a recuperar grande quantidade de textos repetidos, não tendo aproveitamento significativo para a formação do banco de artigos.

---

<sup>11</sup> Agradecimentos ao Dr. Douglas Novelli, que foi o segundo codificador neste processo.

### 3.2.1 O conjunto original de textos recomendados

O ponto de partida para a coleta em cascata pode ser o conjunto de trabalhos obtidos com uma procura tradicional com expressão fixa de busca por palavras-chave, ou por uma coleção de artigos reconhecidamente “canônicos”, recomendados por especialista no tema selecionado. O caso aqui comentado tem como ponto de partida um conjunto de recomendações de especialista<sup>12</sup>; dicas oferecidas por colegas são mencionadas na literatura metodológica a respeito de Análises Sistemáticas (Greenhalgh e Peacock 2005), uma vez que é lembrado ao pesquisador que valiosas informações podem estar em coleções pessoais ou “esquecidas” em bibliotecas, sendo a expansão em cascata uma ferramenta confiável para complementar essa possível recuperação de tais obras “obscuras” (Wohlin 2014). Não será ignorado que apelar a apenas um especialista implica na inserção de um viés considerável no conjunto final de textos. Por mais que o processo de snowballing permita que diversos aspectos da discussão acadêmica sejam inseridos no corpus a ser trabalhado, o que mitigaria tal viés, é necessário reconhecer que é inteiramente possível que discussões insuladas ou debates de menor alcance não sejam contemplados na lista final. Esta perda é similar àquela que ocorre pela exclusão de artigos que não estivessem em português, espanhol, francês e inglês, e a exclusão de capítulos de livro, formato este que é mais popular que artigos científicos em certos meios das Ciências Humanas.

Ao todo, foram considerados 20 textos como ponto de partida para a coleta, com suas referências listadas abaixo:

1. Allen, P. and Cairney, P. (2015) ‘What Do We Mean When We Talk about the “Political Class”?’, *Political Studies Review*, 15(1), pp. 18–27.
2. Baranowski, M. (2001) ‘Legislative professionalism and influence on state agencies’, *Politics and Policy*, 29(1), pp. 147–161.
3. Berry, W. D., Berkman, M. B. and Schneiderman, S. (2000) ‘Legislative Professionalism and Incumbent Reelection: The Development of Institutional Boundaries’, *American Political Science Review*, 94(4), pp. 859–874.

---

<sup>12</sup> O conjunto inicial de obras foi sugerido pelo orientador da Tese em questão, Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR), o qual também atuou como terceiro codificador no processo de determinação da relevância dos textos coletados por meio do *snowballing*.

4. Bowen, D. C. and Greene, Z. (2014) 'Should we measure professionalism with an index? A note on theory and practice in state legislative professionalism research', *State Politics and Policy Quarterly*, 14(3), pp. 277–296.
5. Budge, I. and Farlie, D. (1975) 'Political Recruitment and Dropout: Predictive Success of Background Characteristics over Five British Localities', *British Journal of Political Science*, 5(1), pp. 33–68.
6. Cairney, P. (2007) 'The professionalization of MPs: Refining the "politics-facilitating" explanation', *Parliamentary Affairs*, 60(2), pp. 212–233.
7. DeFelice, E. G. (1981) 'Separating Professionalism from Pragmatism: A Research Note on the Study of Political Parties', *American Journal of Political Science*, 25(4), p. 796.
8. Dilger, R. J., Krause, G. A. and Moffett, R. R. (1995) 'State Legislative Professionalism and Gubernatorial Effectiveness, 1978-1991', *Legislative Studies Quarterly*, 20(4), pp. 553–571.
9. Edelstein, A. M. (2012) 'Causes and Effects: An Examination of Legislative Professionalism as an Independent and Dependent Variable in State Legislatures', *Honors College Capstone Experience/Thesis Projects*, Paper 344.
10. Greenstein, F. I. (2009) 'The Political Professionalism of James Monroe', *Presidential Studies Quarterly*, 39(2), pp. 275–282.
11. MacKenzie, S. A. (2015) 'Life before congress: Using pre-congressional experience to assess competing explanations for political professionalism', *Journal of Politics*, 77(2), pp. 505–518.
12. Mancini, P. (1999) 'New Frontiers in Political Professionalism', *Political Communication*, 16(3), pp. 231–245.
13. Michon, S. and Ollion, E. (2018) 'Retour sur la professionnalisation politique', *Sociologie du Travail*, 60(1).
14. Moens, P. (2017) 'Untangling the conceptual web of political professionalization: Measuring the professionalism of internal political staff', *ECPR General Conference*.
15. Mooney, C. Z. (1994) 'Measuring US state legislative professionalism: An evaluation of five indices', *State & Local Government Review*, 26(2), pp. 70–78.
16. Nyrup, J. and Bramwell, S. (2020) 'Who Governs? A New Global Dataset on Members of Cabinets', *American Political Science Review*, 114(4), pp. 1366–1374.

17. Oliveira, R. (2021) ‘Vícios ou virtudes? Uma reflexão sobre o conceito de profissionalização da política’, *Análise Social*, 56(239), pp. 214–241.
18. Squire, P. (1992) ‘Legislative Professionalization and Membership Diversity in State Legislatures’, *Legislative Studies Quarterly*, 17(1), p. 69.
19. Squire, P. (2007) ‘Measuring State Legislative Professionalism: The Squire Index Revisited’, *State Politics & Policy Quarterly*, 7(2), pp. 211–227.
20. Yoon, J. Bin and Jeong, H. O. (2016) ‘Developing a measure of legislative professionalism for local assemblies in South Korea’, *Philippine Political Science Journal*, 37(1), pp. 26–42.

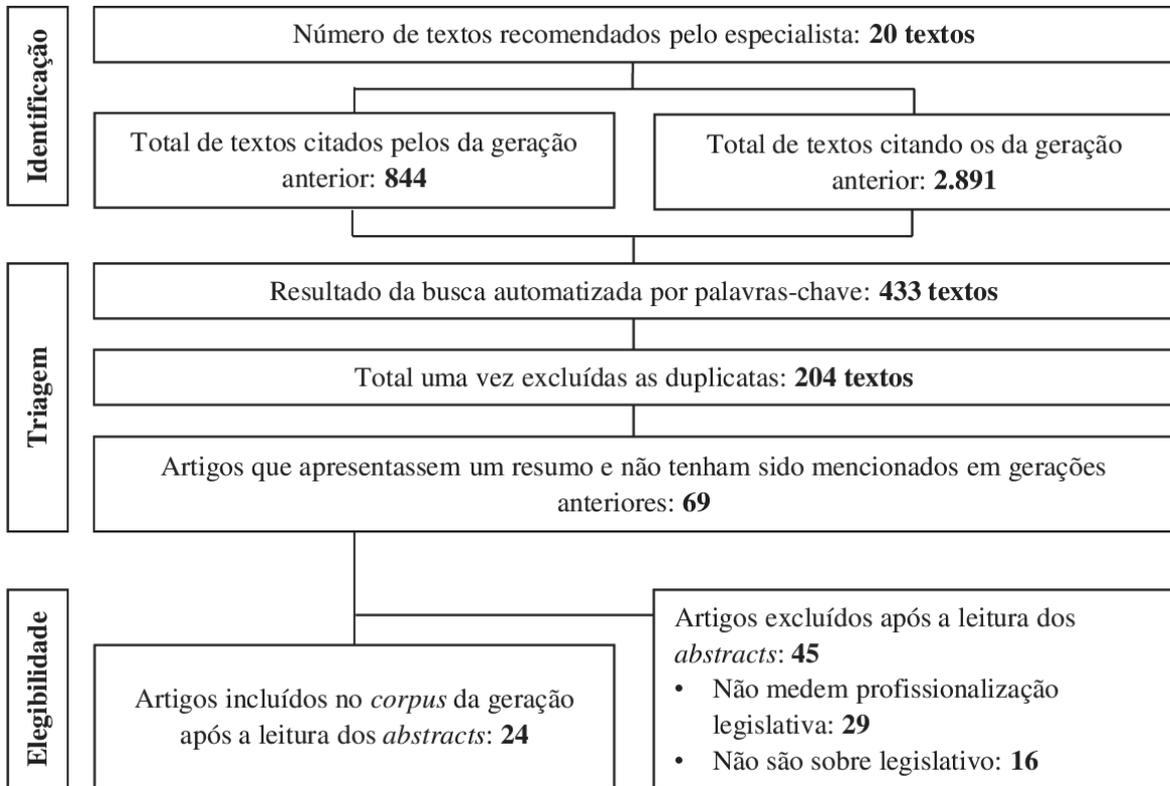
### 3.2.2 A primeira geração de artigos coletados

Dentre os trabalhos recomendados pelo especialista, o trabalho de Budge (1975) foi encontrado digitalizado em formato de imagem, com suas referências colocadas na ordem de citação como notas de rodapé. Tal formato impediu a aplicação do protocolo de cópia, edição em formato de tabela e exportação das referências ao software empregado na análise, assim, foi excluído do processo de leitura e classificação do *backwards snowballing*. Por sua vez, não foi possível recuperar por meio do Publish or Perish nenhum trabalho que citasse Edelstein (2012), Moens (2017) ou Oliveira (2021), de modo que esses não contribuíram ao processo de *forward snowballing*.

A Figura 3.1 detalha os processos de identificação, triagem e elegibilidade dos artigos selecionados para comporem a primeira geração de artigos coletados por meio do *snowballing*, enquanto a Figura 3.2 apresenta as relações de citação entre os textos recomendados pelo especialista e os localizados na primeira geração da coleta em cascata. A lista obtida ao final do processo contava com 433 títulos. Uma primeira leitura mostrou que havia um número considerável de repetições, com obras muito citadas podendo aparecer até dez vezes no conjunto obtido. Após exclusão das repetições, pode-se contar 204 títulos de obras acadêmicas. Deste número, apenas 57 não se referiam diretamente a algum processo de profissionalização política institucional – e, embora não correspondam diretamente ao tema desejado para a tese, as obras ainda tratavam de assuntos intimamente relacionados à “grande questão” da profissionalização política eletiva: campanhas eleitorais, profissionalização de

quadros partidários e comportamento específico relacionado ao processo de aprovação de medidas legislativas<sup>13</sup>.

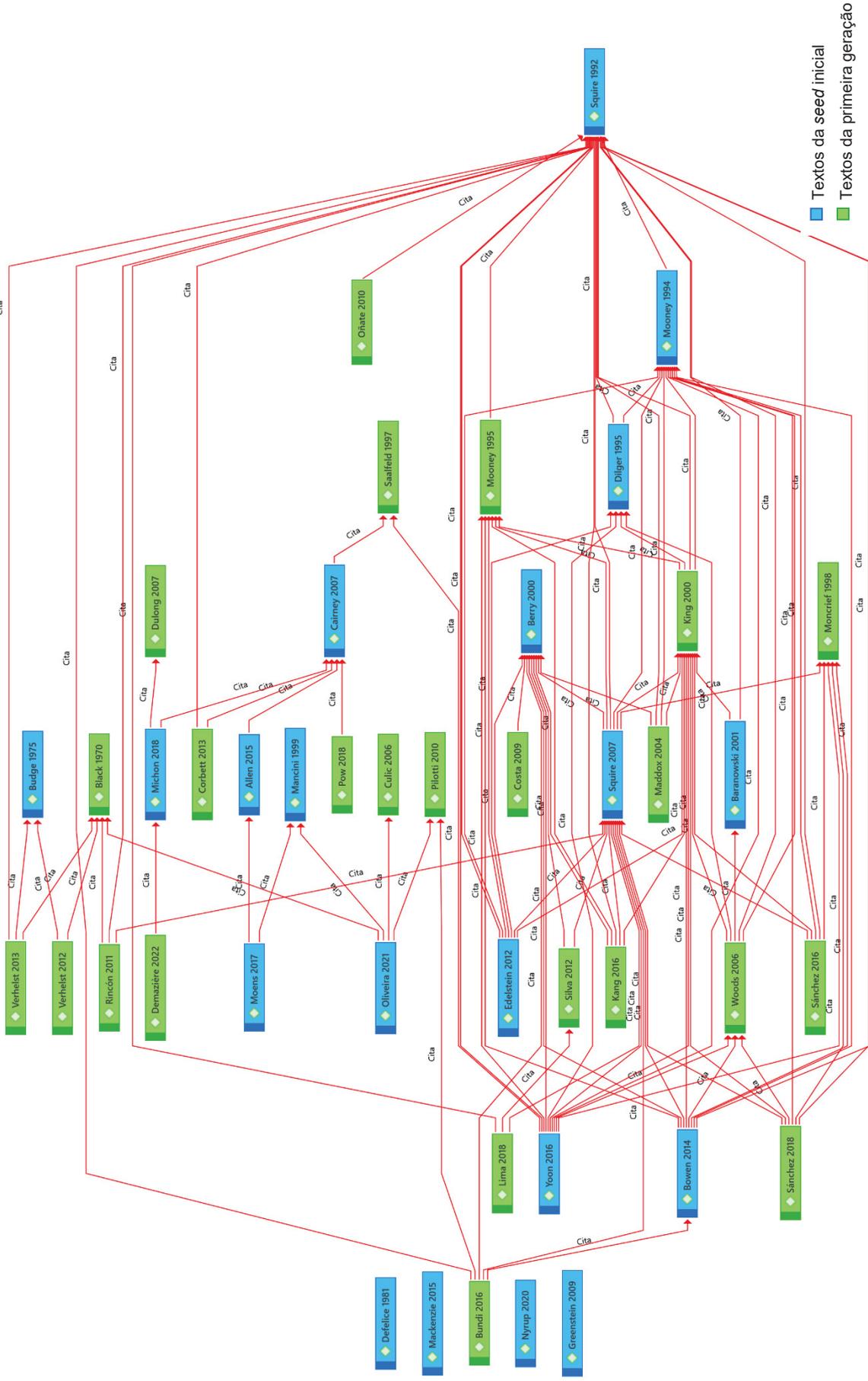
**Figura 3.1 – Descrição da coleta em cascata para a primeira geração de textos coletados**



Fonte: dados da pesquisa.

<sup>13</sup> Para fins de comparação, uma busca na coleção de periódicos de Ciência Política da *Web of Science*, utilizando as mesmas palavras-chave mencionadas, nos trouxe 271 resultados, com 104 deles *não* se referindo à profissionalização de políticos em quadros eletivos, mas sim à profissionalização de militares, servidores públicos ou ativistas.

Figura 3.2 – Relações de citação entre a *seed* inicial e a primeira geração da coleta em cascata



Fonte: dados da pesquisa.

Uma vez que se determinou como regra para seleção que estes documentos deveriam ser artigos científicos publicados em periódicos e que apresentassem um resumo, passou-se então à coleta desses resumos, reduzindo a lista para 69 trabalhos que não haviam sido incluídos na lista de obras indicadas pelo especialista. Esses resumos passaram então pelo processo de classificação por dois codificadores, retornando um alfa de Krippendorff (2004) de 0.924, com um total de 4 discordâncias que foram então encaminhadas a um terceiro codificador. O relatório visual do acordo entre codificadores pode ser verificado no Apêndice A. Ao final desse processo, 24 artigos foram incluídos no corpus da pesquisa e utilizados como base para a iteração seguinte da coleta em cascata, sendo suas referências listadas abaixo.

1. Black, G. S. (1970) 'A Theory of Professionalization in Politics', *American Political Science Review*, 64(3), pp. 865–878.
2. Bundi, P., Eberli, D. and Bütikofer, S. (2016) 'Between Occupation and Politics: Legislative Professionalization in the Swiss Cantons', *Swiss Political Science Review*, 23(1), pp. 1–20.
3. Corbett, J. (2013) 'Politicians and Professionalization in the Pacific Islands: Revisiting Self-Regulation?', *Politics and Policy*, 41(6), pp. 852–876.
4. Costa, O. and Kerrouche, E. (2009) 'MPs under the Fifth Republic: Professionalisation within a Weak Institution', *West European Politics*, 32(2), pp. 327–344.
5. Culic, I. (2006) 'From Amateur Revolutionaries to Professional Politicians: The Transformation of the Romanian Political Elite, 1990-2004', *International Journal of Sociology*, 36(1), pp. 69–92.
6. Demazière, D. and Le Saout, R. (2022) 'Que signifie vivre de ses mandats?', *Politique et Sociétés*, 41(1), p. 59.
7. Dulong, D. and Matonti, F. (2007) 'Comment devenir un(e) professionnel(le) de la politique? L'apprentissage des rôles au Conseil régional d'île-de-France', *Sociétés & Représentations*, 24(2), p. 251.
8. Kang, I. (2016) 'U.S. State Legislative Professionalization: Redefining the Connection to Divided Government', *American Studies*, 39(2), pp. 147–173.
9. King, J. D. (2000) 'Changes in Professionalism in U. S. State Legislatures', *Legislative Studies Quarterly*, 25(2), pp. 327–343.

10. Lima, A. F. et al. (2018) 'A carreira dos desviantes: ambição política e nível de profissionalização da Câmara dos Deputados', *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, 11(26), pp. 82–108.
11. Maddox, H. W. J. (2004) 'Working Outside of the State House (and Senate): Outside Careers as an Indicator of Professionalism in American State Legislatures', *State Politics and Policy Quarterly*, 4(2), pp. 211–226.
12. Moncrief, G. F. (1988) 'Dimensions of the Concept of Professionalism in State Legislatures: A Research Note', *State & Local Government Review*, 20(3), pp. 128–132.
13. Mooney, C. Z. (1995) 'Citizens, Structures, and Sister States: Influences on State Legislative Professionalism', *Legislative Studies Quarterly*, 20(1), pp. 47–67.
14. Oñate, P. (2010) 'The Members of the Spanish Autonomic Parliaments: Some Features of a Regional Professionalized Elite', *Pôle Sud*, n° 33(2), pp. 27–46.
15. Pilotti, A., Mach, A. and Oscar, M. (2010) Les parlementaires suisses entre démocratisation et professionnalisation, 1910-2000, *Swiss Political Science Review*.
16. Pow, J. T. (2018) 'Amateurs versus Professionals: Explaining the Political (in)Experience of Canadian Members of Parliament', *Parliamentary Affairs*, 71(3), pp. 633–655.
17. Rincón, L. C. (2011) 'Profesionalización de las elites parlamentarias en Bolivia, Colombia y Perú', *Postdata*, 16(2), pp. 223–258.
18. Saalfeld, T. (1997) 'Professionalisation of parliamentary roles in Germany: An aggregate-level analysis, 1949–94', *Journal of Legislative Studies*, 3(1), pp. 32–54.
19. Sánchez, F. P. and García, O. C. (2018) 'La profesionalización legislativa de los diputados federales en México', *De Política*, Enero-Juni(1), pp. 89–107.
20. Sánchez, F. P. and García, O. C. (2016) 'Legislative professionalism in state Congresses in Mexico', *Revista Legislativa de Estudios Sociales y de Opinión Pública*, 9(17), pp. 101–138.
21. Silva Júnior, J. A. da and Figueiredo Filho, D. B. (2012) 'Marolas ou tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003)', *Revista de Sociologia e Política*, 20(42), pp. 199–212.
22. Verhelst, T. and Kerrouche, E. (2012) 'Family, ambition, locality and party. A study of professionalization in the activation and apprenticeships of local Councillors in Europe', *Lex Localis*, 10(1), pp. 37–62.

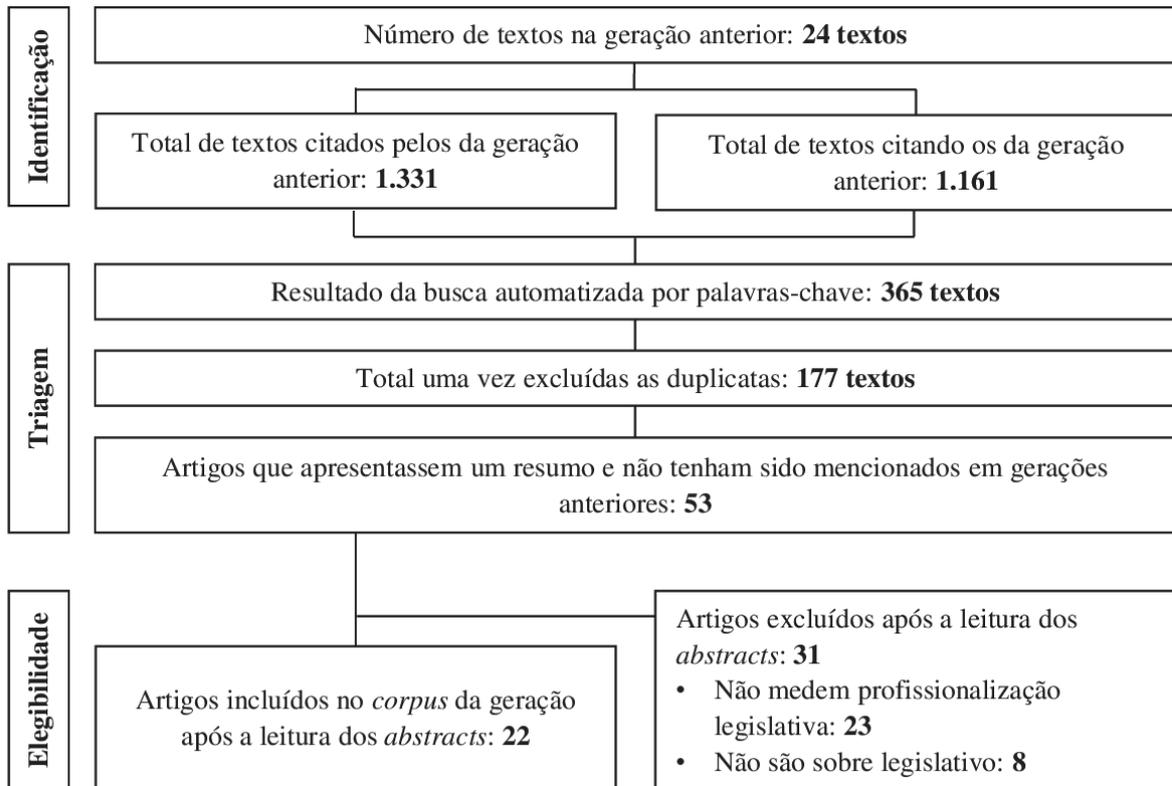
23. Verhelst, T., Reynaert, H. and Steyvers, K. (2013) ‘Necessary Asymmetry or Undemocratic Imbalance? Professionalisation in the Recruitment and Career of Belgian Local Councillors’, *Local Government Studies*, 39(2), pp. 273–297.
24. Woods, N. D. and Baranowski, M. (2006) ‘Legislative professionalism and influence on state agencies: The effects of resources and careerism’, *Legislative Studies Quarterly*, 31(4), pp. 585–609.

### 3.2.3 A segunda geração de artigos coletados

Conforme já mencionado, para as gerações posteriores à primeira, a coleta em cascata se utiliza do resultado da geração anterior como ponto de origem para a iteração seguinte. Assim, a segunda geração de textos coletados se refere aos artigos científicos que citam ou são citados pelos 24 textos listados na primeira geração. Desses, o trabalho de Black (1970) não continha uma lista de referências disponível, de modo que foi excluído do processo de *backwards snowballing*. Já no que se refere ao processo do *forward snowballing*, não foi possível recuperar através do *Publish or Perish* nenhum trabalho que citasse os artigos de Demazière (2022), Kang (2016) e Sánchez (2018), justificando sua ausência nessa parte da coleta.

Tal qual apresentado para a geração anterior, a Figura 3.3 detalha os processos de identificação, triagem e elegibilidade dos artigos que foram selecionados para compor a segunda geração de artigos a serem analisados; enquanto a Figura 3.4 apresenta as relações de citação que se estabelecem entre os artigos da primeira e segunda geração da coleta em cascata.

**Figura 3.3 – Descrição da coleta em cascata para a segunda geração de textos coletados**



Fonte: dados da pesquisa.

Ao todo, através do *snowballing* foi possível localizar 1.331 textos referenciados pelos artigos da geração anterior, além de 1.161 textos que os citassem. Após o processo de triagem, com a busca automatizada pelas palavras-chave listadas no Quadro 3.1 e exclusão de duplicatas e de textos que não fossem artigos científicos, chegou-se ao número de 53 novos textos, os quais foram então submetidos ao processo de classificação por dois codificadores, retornando um alfa de Krippendorff de 0.837 e 5 discordâncias entre as duas codificações, com a decisão final nestes casos sendo tomada pelo terceiro codificador. Novamente, o relatório visual do acordo entre codificadores está incluído no Apêndice A. Ao final do processo, 22 novos artigos foram incluídos no corpus da pesquisa – totalizando 66 textos entre as três gerações analisadas –, estando suas referências a seguir.



1. Berkman, M. B. (2001) 'Legislative Professionalism and the Demand for Groups: The Institutional Context of Interest Population Density', *Legislative Studies Quarterly*, 26(4), p. 661. doi: 10.2307/440274.
2. Clucas, R. A. (2007) 'Legislative Professionalism and the Power of State House Leaders Richard', *State Politics and Policy Quarterly*, 7(1), pp. 1–19. doi: 10.4324/9781315081595-1.
3. Codato, A. (2008) 'A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo', *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), pp. 89–105.
4. Cohen, L. J. (1980) 'Politics as an Avocation: Legislative Professionalization and Participation in Yugoslavia', *Legislative Studies Quarterly*, 5(2), pp. 175–209. doi: 10.2307/439540.
5. Demazière, D. and Le Saout, R. (2020) 'La rémunération des élus: L'inégal accès à la professionnalisation politique', *Terrains & travaux*, 35(2), pp. 91–112. doi: 10.3917/tt.035.0091.
6. Ferreira, A. P. L. and Lemos, M. W. de (2016) 'Entre a burocracia e a Câmara Federal: a profissionalização dos deputados federais no período de 1946 a 1964', *Revista Política Hoje*, 25(1), pp. 135–152.
7. Fiorina, M. P. (1997) 'Professionalism, Realignment, and Representation', *American Political Science Review*, 91(1), pp. 156–162. doi: 10.2307/2952266.
8. Fiorina, M. P. (1994) 'Divided Government in the American States: A Byproduct of Legislative Professionalism?', *American Political Science Review*, 88(2), pp. 304–316. doi: 10.2307/2944705.
9. Jones, K. (2006) 'One step at a time: Australian parliamentarians, professionalism and the need for staff', *Parliamentary Affairs*, 59(4), pp. 638–653. doi: 10.1093/pa/gsl015.
10. Kattelman, K. T. (2015) 'Legislative professionalism and group concentration: The ESA model revisited', *Interest Groups and Advocacy*, 4(2), pp. 165–184. doi: 10.1057/iga.2014.19.
11. Malhotra, N. (2008) 'Disentangling the relationship between legislative professionalism and government spending', *Legislative Studies Quarterly*, 33(3), pp. 387–414. doi: 10.3162/036298008785260880.
12. Malhotra, N. (2006) 'Government growth and professionalism in U.S. state legislatures', *Legislative Studies Quarterly*, 31(4), pp. 563–584. doi: 10.3162/036298006X201931.

13. Mazzoleni, O. (2006) ‘Critique et légitimation de la professionnalisation parlementaire en Suisse’, *Politix*, n° 75(3), p. 163. doi: 10.3917/pox.075.0163.
14. Moncrief, G. F. (1994) ‘Professionalization and Careerism in Canadian Provincial Assemblies: Comparison to U. S. State Legislatures’, *Legislative Studies Quarterly*, 19(1), pp. 33–48. doi: 10.2307/439798.
15. Navarre, M. (2014) ‘De la professionnalisation au désengagement : les bifurcations dans les carrières politiques des élues en France’, *Politique et Sociétés*, 33(3), pp. 79–100. doi: 10.7202/1027941ar.
16. Ochoa Jimenez, M. de los Á. (2022) ‘Democracia y Profesionalización Legislativa’, *Sur Academia: Revista Académica-Investigativa de la Facultad Jurídica, Social y Administrativa*, 9(17), pp. 61–72. doi: 10.54753/suracademia.v9i17.1256.
17. Owings, S. and Borck, R. (2000) ‘Legislative professionalism and government spending: Do citizen legislators really spend less?’, *Public Finance Review*, 28(3), pp. 210–225. doi: 10.1177/109114210002800304.
18. Pegurier, F. (2012) ‘Political careers and the chamber of deputies in Brazil’, *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, 2(1), p. 39. doi: 10.12660/riel.v2.n1.2012.5846.
19. Perissinotto, R. M., Massimo, L. and Costa, L. D. (2017) ‘Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934)’, *Dados*, 60(1), pp. 79–110. doi: 10.1590/0011525820171115.
20. Squire, P. (1997) ‘Another Look at Legislative Professionalization and Divided Government in the States’, *Legislative Studies Quarterly*, 22(3), p. 417. doi: 10.2307/440323.
21. Uriarte, E. (2000) ‘La política como vocación y como profesión: análisis de las motivaciones y de la carrera política de los diputados españoles’, *Revista Española de Ciencia Política*, pp. 97–124.
22. Valencia Escamilla, L. (2009) ‘Élites parlamentarias y profesionalización legislativa en México’, *El cotidiano*, (155), pp. 69–76.

### 3.3 PROPOSTA DE ANÁLISE

As dimensões propostas para a análise buscam entender o desenvolvimento do conceito a partir dos textos analisados, explorando seus significados, diferentes usos e

aspectos constitutivos, destacando as inconsistências notadas ao longo da literatura. Para tanto, foi aplicado sobre o corpus da pesquisa o método da análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, onde, para além da identificação dos padrões de presença e ausência dos elementos estudados, se busca entender os padrões de interação entre esses elementos (Schreier 2012), através dos quais se espera vislumbrar diferentes interpretações existentes na literatura para o conceito de profissionalização política.

Conforme destacado por Halperin e Heath (2020), seja em sua vertente qualitativa ou quantitativa, o método da análise de conteúdo pode ser sumarizado em quatro passos. O primeiro consiste na determinação do conjunto de documentos que será analisado pelo pesquisador, processo descrito anteriormente, feito por meio de uma coleta da literatura sistematizada, empregando o método da coleta em cascata a partir de um conjunto de textos recomendados por um especialista no tema.

O segundo passo na aplicação do método se refere à definição das categorias de análise que serão aplicadas aos documentos analisados. No caso da presente tese, as variáveis foram selecionadas com base nos interesses da pesquisa – identificar os diferentes padrões de aplicação do conceito de profissionalização política na literatura da Ciência Política –, com as categorias sendo definidas *a posteriori*, emergindo a partir da progressiva classificação dos documentos, com o subsequente agrupamento dessas categorias com base em sua proximidade teórica.

O terceiro passo sugerido por Halperin e Heath (2020) é a definição da unidade de recorte que será empregada, isto é, quais parcelas dos documentos trabalhados serão devidamente codificadas. Assim, considerando os objetivos da pesquisa, optou-se pela adoção de cada texto trabalhado como uma unidade de recorte distinta, haja visto a necessidade de se identificar similaridades entre as obras analisadas. Isso também significa que todos os artigos aqui analisados foram lidos em sua totalidade.<sup>14</sup>

O quarto e último passo em uma análise de conteúdo é a aplicação do protocolo de análise, inicialmente executada por meio do software ATLAS.ti, empregado para a codificação dos textos e mapeamento das categorias co-ocorrentes em cada artigo.

---

<sup>14</sup> Não houve necessidade de uma etapa de filtragem por qualidade para além da leitura dos resumos, primeiramente pois o processo de revisão por pares que ocorre nos periódicos é um controle de qualidade bastante satisfatório, mas também porque o presente trabalho é exploratório e investigativo: como se pretende saber *como* se estuda a profissionalização política, o julgamento a respeito da coerência metodológica ou qualidade dos trabalhos seria de melhor proveito se deixado ao final da presente tese. Saber *como* se estuda um objeto implica também em conhecer instâncias onde os modos de fazer sejam insuficientes ou falhos.

A seguir, são listados os aspectos dos artigos receberam marcações específicas através do *software*, separados nas categorias a seguir:

**a. Perfil ou metadados do artigo:**

- i. *Ano de publicação*: Listado com a data original de publicação do artigo;
- ii. *Periódico*: Nome, por extenso, do periódico onde o artigo foi publicado, conforme consta no arquivo;
- iii. *Local de publicação do periódico*: O país onde está a instituição responsável pela publicação do periódico em questão
- iv. *Local da instituição do autor/a*: O país da instituição pela qual o autor do artigo se identifica no trabalho analisado.

**b. Elementos referentes ao objeto de análise:**

- i. *Recorte geográfico*: O país analisado no artigo.
- ii. *Recorte temporal*: Recortes de tempo aplicados no trabalho, especificando se for apenas uma legislatura ou longos períodos de tempo.
- iii. *Tipo de parlamento*: Listar caso o trabalho trate de uma câmara de deputados (“câmara baixa”) ou um senado federal (“câmara alta”), bem como casos de comparação de ambos ou recortes subnacionais.

**c. Variáveis a respeito da análise feita:**

- i. *Quantidade de casos*: O “N” da pesquisa. Caso conste no artigo quantos indivíduos foram analisados, tal número será indicado.
- ii. *Técnicas aplicadas*: Constam apenas métodos explicitamente mencionados no artigo, como aplicação de questionários ou uso de um ou outro método estatístico. O artigo pode apresentar mais de uma técnica de análise.
- iii. *Profissionalização política como variável*: Especificar se a profissionalização é uma variável mobilizada para explicar outro fenômeno (ou seja, se é uma variável independente) ou se é o processo em si que se pretende explicar ou medir (ou seja, se é variável dependente).
- iv. *Profissionalização política como fenômeno*: Explicita se o fenômeno ou processo de profissionalização é tratado como fato generalizado, de **natureza institucional**, ou como situação ou característica de **natureza individual** de um legislador. Pode-se utilizar o código **fenômeno misto** caso o autor explicita que é conjuntura de processos simultâneos.

- v. *Crêterios objetivos para profissionaliza o*: Constam aqui cada um dos cr terios mobilizados pelo autor para determinar o que, para ele/ela, seria uma legislatura ou um legislador profissionalizado. Cada cr terio   listado separadamente, conforme for mencionado, e pode-se codificar múltiplos cr terios por texto. Caso o autor declare o uso de um  ndice específico, como o  ndice de Squire, este será listado ao invés de seus fatores constitutivos.

### 3.3.1 Da análise da origem dos periódicos

Procura-se saber quais periódicos publicam quais abordagens a respeito da profissionaliza o política, em qual época tais publica es foram mais comuns, e qual a origem institucional dos autores que aplicaram seu tempo e trabalho para questões ligadas a esse tema.

A origem, nome e notoriedade dos periódicos analisados estão baseados na ideia de que haveria uma “abordagem *mainstream*” do processo de profissionaliza o. Como “*mainstream*” entendemos a abordagem predominante numa área – aquela que gera papers publicados em periódicos de impacto e   ensinada nos programas de gradua o em institui es de prestígio<sup>15</sup> (Dequech 2007, 281). Presume-se que o “*mainstream*”, mesmo enquanto conjunto de temáticas, pode ser encontrado mais facilmente em periódicos amplamente citados, e que tais periódicos teriam afinidade por determinadas institui es cujas vertentes predominantes se alinhem com tal conjunto de abordagens, temas e práticas. Também se espera que autores de determinados países tenham maior afinidade com certos tipos de metodologia, usem cr terios e variáveis similares entre si, preocupa es e pressupostos similares.

O ano de publica o, por sua vez, foi coletado por uma razão similar   questão posta pela coleta de quais recortes temporais são mobilizados.   possível presumir que determinadas épocas irão mobilizar autores em dire o a determinados temas.   plausível imaginar, por exemplo, que uma mudança de governo crie certa curiosidade a respeito do impacto de tal evento na composi o do Legislativo. Também se espera uma diferença

---

<sup>15</sup> Não devemos confundir *mainstream* com “elite intelectual”, uma vez que pesquisadores de renome podem ter posturas e abordagens críticas àquelas amplamente disseminadas. A defini o se aplica mais   amplitude da dissemina o de uma “abordagem dominante” que o prestígio dos membros de uma  rea. Também   importante ressaltar que   uma defini o dependente de sua época, uma vez que temas e abordagens podem ascender ao *mainstream* ou cair em desuso conforme a área se renova e novas pesquisas são desenvolvidas (Dequech 2007, p.284).

metodológica e de pressupostos quando comparados artigos escritos em período recente e aqueles escritos em décadas anteriores.

### 3.3.2 Sobre a coleta a respeito de dados do objeto de pesquisa

Coletar quais são os objetos de pesquisa – quais países são estudados, quais os recortes específicos de interesse e quais períodos – tem por fim determinar quais contextos costumam mobilizar a discussão a respeito do tema da profissionalização política. Presume-se que existam estudos longitudinais para entendimento de como se desenvolveu um quadro político contemporâneo, estudos de caso para períodos com mudanças significativas e análises comparativas entre recortes temporais próximos que compreendam o período anterior e posterior a uma ruptura institucional ou evento histórico.

Além de dados a respeito dos objetos, dados sobre o periódico, tipo de abordagem teórica e recorte temporal, as variáveis mobilizadas nos estudos para comprovar a presença das características de um processo de profissionalização também são coletadas e aqui se apresentam como objeto de investigação por duas razões. A primeira está relacionada a entender como foi operacionalizado objetivamente e empiricamente o conceito de profissionalização política; e a segunda é definir se tais informações se mostram como indicadores efetivos. Operacionalizar um conceito implica em perda de complexidade e de informações (Sartori 1970) e o processo de desenho de tal operacionalização depende de escolhas metodológicas baseadas em interpretações teóricas, justificando-se assim a análise das variáveis aplicadas como forma de compreender os pressupostos envolvidos na transformação do conceito (e o conjunto de critérios que perfazem sua estrutura) em dimensões observáveis e passíveis de mensuração. Por fim, as escolhas metodológicas dos autores foram catalogadas por serem a técnica aplicada para investigar essa efigie empírica do fenômeno de profissionalização política. É presumido que certos periódicos e certos temas tenham afinidade com uma ou outra forma de análise empírica, também, o que poderia implicar, inclusive, que determinadas questões de pesquisa queridas por um determinado conjunto de pesquisadores poderiam ser complementadas com abordagens metodológicas de outrem.

## **4 O CONCEITO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA COMO APLICADO NOS TEXTOS SUGERIDOS PELO ESPECIALISTA**

Conforme notado nos capítulos anteriores, embora o termo “profissionalização” esteja presente e seja constantemente utilizado em diversos subcampos da Ciência Política, a ambiguidade que permeia seu uso dificilmente é um problema recente. Essa problemática é reconhecida mesmo por DeFelice (1981), que cronologicamente apresenta um dos primeiros trabalhos da lista que serviu de base para a coleta em cascata. Conforme notado pelo autor, se pesquisadores e pesquisadoras simplesmente adotassem o termo de modo distinto, mas internamente consistente, o problema seria limitado a inabilidade de estabelecer comparações sólidas entre os achados dos estudos que aplicam o termo; porém, o problema vai muito além disso, com inconsistências no uso do conceito comprometendo até mesmo a lógica interna destes estudos (DeFelice 1981, p. 796).

Nesse sentido, o presente capítulo é dedicado a compreender os diferentes nuances no uso do termo ao longo da literatura indicada pelo especialista, a qual serviu de base para a coleta em cascata descrita no capítulo anterior. Tendo em vista a carência de um padrão estrutural claro neste material – o qual inclui desde textos sobre construção de índices sobre legislaturas até um artigo biográfico –, foi inviável a aplicação de técnicas de análise sistemática da literatura, como as que serão aplicadas nos textos encontrados nas gerações posteriores da coleta, de modo que se optou por discutir o conteúdo deste material através de uma revisão de literatura narrativa, com os textos sendo agrupados de acordo com a tradição intelectual a qual parecem estar subscritos. Destarte, o capítulo a seguir se organiza em três subseções, cada qual destinada a análise de um desses grupos de texto, sendo eles: os institucionalistas, com trabalhos que entendem o fenômeno da profissionalização política como um processo institucional associado às legislaturas, agrupados na primeira subseção; análises de perfil sociológico, que interpretam o fenômeno em questão como um processo individual (ainda que possa ter impactos institucionais), sendo tratados na segunda subseção do capítulo; enquanto os poucos textos que não puderam ser encaixados em nenhum dos grupos previamente mencionados foram agrupados em uma terceira parte do capítulo.

### **4.1 A PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA**

Dentre os autores cujos trabalhos serviram de base para a coleta em cascata, Squire (1992, 2007) se destaca com um dos mais influentes, tendo desenvolvido um índice de profissionalização que seria adotado e reproduzido por diversos outros trabalhos (para exemplos, ver: Malhotra 2008; Berkman 2001; Yoon 2016). Seu ponto de partida para a composição do mencionado índice são as considerações levantadas por Polsby (1975), o qual entende o processo de profissionalização da política legislativa como um fenômeno de natureza institucional, através do qual são ampliadas as estruturas materiais que dão suporte à atividade legislativa, incluindo elementos como remuneração dos legisladores, número de funcionários do Legislativo e duração das sessões – sendo o Congresso Estadunidense apontado como o “modelo” de profissionalização a ser seguido (Polsby 1975, p. 297).

Tomando essas duas proposições como base, Squire (1992, p. 70-71) argumenta pela utilização do Congresso Estadunidense como um “tipo ideal” de legislatura profissionalizada, permitindo seu uso enquanto uma base através da qual casas legislativas estaduais poderiam ser comparadas e elencadas no que diz respeito ao seu nível de profissionalização. Embora seu índice apresente a vantagem de utilizar um exemplo empírico como base para um tipo ideal de Legislativo profissionalizado, é importante notar que seu produto final – um índice de profissionalização legislativa dos 50 estados norte-americanos entre os anos de 1986 e 1988 – é limitado aos recortes temporais e geográficos nos quais os dados foram coletados, tornando seu uso por outras pesquisas, em muitos casos, questionável. Logo, embora seja plenamente possível utilizar a metodologia do índice de Squire (1992) como base para a construção de outros índices, mesmo essa adaptação irá demandar a aceitação de premissas semelhantes às consideradas pelo índice original, as quais podem não ser apropriadas ou mesmo verdadeiras em determinados casos.<sup>16</sup>

O próprio autor revisitaria o índice por ele proposto uma década e meia depois (Squire 2007), respondendo a pontos levantados sobre sua confiabilidade e validade. Nesse sentido, a questão mais importante a ser considerada é o tratamento dado ao congresso estadunidense como métrica para definição daquilo que se entende por uma “legislatura profissionalizada”. Conforme nota, uma legislatura estadual poderia melhorar suas métricas de profissionalização ao longo do tempo, mas ainda ter seu índice de profissionalização reduzido pelo simples fato de ter se profissionalizado em um ritmo inferior ao que o Congresso ampliou ainda mais os seus próprios parâmetros (Squire 2007, p. 222). Nesse sentido, argumenta a favor do uso de

---

<sup>16</sup> Essa é uma discussão que aparecerá em outros artigos analisados mais adiante neste capítulo.

métricas corrigidas, utilizando, por exemplo, o valor da remuneração dos parlamentares de acordo com índices inflacionários no período analisado (*Ibidem*).

Apesar desses avanços, pensados especificamente para manter a validade do índice proposto por Squire em 1992 em outros contextos cronológicos, um fator importante e explícito em seu texto é a rigorosa manutenção do mesmo recorte geográfico empregado na composição do índice original, isto é, a mensuração da profissionalização das casas legislativas dos 50 estados norte-americanos, tendo como tipo ideal o congresso estadunidense. Logo, apesar de ser possível aceitar a atemporalidade do modelo proposto, seu emprego em outros contextos – seja em outros países ou em outras unidades subnacionais dos EUA que não os legislativos estaduais – permanece inapropriado na ausência de severas adaptações ao modelo.

Isto posto, uma discussão mais importante para os propósitos da presente tese é a que Squire (2007) apresenta ao início do texto em questão, referente às discordantes interpretações da profissionalização enquanto um fenômeno institucional ou individual. Conforme aponta, autores como Rosenthal (1996, p. 175) adotam uma postura firmemente institucionalista, entendendo que o processo da profissionalização deve ser restrito à legislatura e não incluir nenhum aspecto associado aos legisladores, tal qual o salário dos congressistas, sendo estes associados ao fenômeno do carreirismo. Embora reconheça a existência do fenômeno e sua associação direta com a remuneração parlamentar, Squire (2007, p. 215) argumenta que salários mais elevados possuem um impacto na qualidade das legislaturas ao permitirem que legisladores ampliem sua dedicação às atividades parlamentares, de modo que esses elementos “têm implicações um pouco diferentes para os legisladores do que para as instituições em que trabalham”<sup>17</sup> (*Ibidem*). Logo, embora adote uma postura inequivocamente institucionalista, o autor aponta como válida a utilização de métricas associadas ao nível do parlamentar individual e, embora essas mesmas métricas possam ser utilizadas para a medição do carreirismo, em sua concepção são fenômenos que não devem ser confundidos.

Trabalhando com uma linha de pensamento semelhante à oferecida por Squire (1992, 2007), outro importante autor a adotar a abordagem institucionalista é Christopher Mooney (1994), o qual talvez ofereça a definição mais concisa para o fenômeno da profissionalização das casas legislativas segundo essa perspectiva. Conforme o autor coloca,

---

<sup>17</sup> “*have somewhat different implications for legislators than for the institutions in which they serve*”.

Profissionalismo do legislativo estadual geralmente se refere ao aprimoramento da capacidade da legislatura executar seu papel no processo de policymaking com uma expertise, seriedade e esforço comparáveis às de outros atores no processo [...]. Isso envolve a amplitude da capacidade da legislatura de dominar toda a atenção de seus membros, provendo a eles recursos adequados para que façam seu trabalho de forma comparável a outros atores políticos de tempo integral, e estabelecer organizações e procedimentos que facilitam o ato de legislar (Mooney, 1994, p. 70-71)<sup>18</sup>.

Apesar da lista de elementos apresentados como parte do processo de profissionalização legislativa ser relativamente sucinta, Mooney (1994, p. 70) destaca as dificuldades inerentes a medição do fenômeno, uma vez que se trata de um conceito multifacetado e que carece de um único indicador objetivo. Logo, seus esforços no artigo em discussão se voltam para a comparação de cinco índices pensados para medir a profissionalização legislativa em estados dos EUA, incluindo, além do já citado índice proposto por Squire (1992), as propostas de Grumm (1971), Morehouse (1983), CCSL<sup>19</sup> (1971) e Bowman e Kearney (1988).

Tratando desses índices de modo mais específico, Grumm (1971) constrói sua proposta em torno de cinco variáveis principais – salário dos legisladores, duração das sessões, gastos do legislativo, número de funcionários e número de projetos de lei apresentados –, ponderadas e unificadas por meio de uma análise fatorial; esse método foi replicado por Morehouse (1983), apenas substituindo o número de projetos de lei pela relação entre o número de legisladores por habitantes no estado e ampliando o recorte temporal inicialmente observado por Grumm (1971). Conforme destacado por Mooney (1994, p. 72-73), esses dois índices têm o mérito de reconhecer o processo de profissionalização das casas legislativas como um fenômeno contínuo ao invés de categórico (isto é, passível de haver diferentes níveis de profissionalização ao invés da interpretação simplista entre legislativos “profissionais” e “amadores”), reconhecendo-o como um processo multidimensional e recorrendo a variáveis de fácil mensuração para medi-lo. Isto posto, a estratégia adotada para construção de ambos os índices não deixa de ser problemática, uma vez que a medida de

---

<sup>18</sup> “*State legislative professionalism generally refers to the enhancement of the capacity of legislature to perform its role in the policy-making process with an expertise, seriousness, and effort comparable to that of other actors in that process (Grumm 1971, 309; Bowman and Kearney 1986, 76-97; Bowman and Kearney 1988, 343-46; Rosenthal 1971; CCSL 1971, 1-13). This involves the extent to which the legislature can command the full attention of its members, providing them with adequate resources to do their jobs in a manner comparable to other full-time political actors, and setting up organizations and procedures that facilitate law-making.*”

<sup>19</sup> *Citizens Conference on State Legislatures.*

profissionalização de um estado será dependente das variações nas pontuações de outros estados em cada variável. Em análises diacrônicas, isso implica que mesmo que os níveis de profissionalização legislativa em um estado permaneçam os mesmos, sua pontuação no índice pode mudar ao passo que os demais estados avançam ou regridem em seus próprios níveis de profissionalização.

Já o índice oferecido pela CCSL (1971), apesar de ter sido empregado por múltiplos pesquisadores (para exemplos, ver LeLoup 1978; Thompson 1986; Roeder 1979), se difere das demais propostas analisadas por Mooney (1994) por não ter sido desenvolvido no meio acadêmico, mas sim por um movimento da sociedade civil com fins de avançar uma agenda pró-profissionalização legislativa, com o índice em questão carecendo de uma discussão metodológica mais aprofundada, o que torna seus resultados questionáveis mesmo frente ao amplo conjunto de dados que afirma instrumentalizar. Isto posto, o índice proposto por Bowman e Kearney (1988) incorpora muitas das variáveis organizacionais incluídas pelo índice da CCSL (1971), oferecendo a métrica mais abrangente entre as analisadas por Mooney (1994) – ainda que adote uma medida de cálculo semelhante a Grumm (1971) e Morehouse (1983) e, portanto, esteja sujeito às mesmas críticas.

Comparando os quatro índices supracitados com o oferecido por Squire (1992), Mooney (1994, p. 75) observa que a grande vantagem do último é sua simplicidade, empregando apenas três variáveis de fácil mensuração e adotando uma metodologia mais direta, sendo o congresso dos EUA utilizado como padrão básico de profissionalização na definição do índice, ampliando sua reprodutibilidade ao custo de, potencialmente, reduzir sua validade. Isto posto, os índices de Grumm (1971), Morehouse (1983), Bowman e Kearney (1988) e Squire (1992) apresentaram elevada correlação entre si, de modo que, considerando as vantagens e desvantagens de cada modelo, Mooney (1994, p. 76) conclui que “o índice de Squire parece ser o melhor candidato para replicação e comparação ao longo do tempo”.<sup>20</sup>

Outro trabalho a adotar uma abordagem institucionalista para o fenômeno da profissionalização legislativa é o artigo de Dilger, Krause e Randolph (1995), o qual analisa, entre outras variáveis, a relação entre o nível de profissionalização das casas legislativas e a efetividade do poder executivo estadual, personificado na figura do governador.<sup>21</sup> A definição

---

<sup>20</sup> “*the Squire index appears to be the best candidate for replication and for comparison across time*”.

<sup>21</sup> Para medir a variável dependente, recorrem a base de dados compilada pela Newsweek (1986, 1991), pensada para ser uma análise dos governadores por seus pares. Resumidamente, a pesquisa questionou a governadores incumbentes quais governadores, sem contar a si próprios, eles consideravam os mais eficientes em suas posições, com a opção de mencionar até três nomes em suas respostas. Embora os autores admitam abertamente

que adotam para o processo de profissionalização é extraída diretamente dos trabalhos de Mooney (1993, 1994), sobre o tema, o entendendo profissionalização como “a capacidade do legislador de participar no processo de elaboração de políticas com competência, seriedade e esforço comparáveis aos de outros agentes desse processo” (Dilger, Krause e Randolph 1995, p. 559)<sup>22</sup>. Nesse sentido, uma escolha interessante é a opção por produzir mais um índice para medir a profissionalização das casas legislativas estaduais dos EUA, composto pelas variáveis (1) salário dos parlamentares, (2) número de servidores, (3) despesas operacionais e (4) duração das sessões legislativas – mesmo após expressamente observarem que quatro dos índices comparados por Mooney (1994) apresentaram elevada correlação entre si, sendo efetivamente intercambiáveis. Os resultados do estudo não deixam de ser pertinentes: apesar da hipótese inicial sugerir a existência de uma relação negativa entre o nível de profissionalização legislativa e a efetividade do executivo estadual, haja visto que legislaturas profissionalizadas terão um maior volume de recursos para contrapor-se ao governador, o que se encontrou foi uma relação positiva entre as duas variáveis, levando os autores a concluírem que governadores vistos como efetivos por seus pares parecem tender a trabalhar de forma cooperativa com o legislativo estadual, conseguindo extrair os melhores resultados de legislativos profissionalizados.

O trabalho de Berry, Berjman e Schneiderman (2000) vai em uma direção semelhante, entendendo a profissionalização como um processo institucional, envolvendo a ampliação da capacidade de atuação legislativa por meio da ampliação dos recursos disponíveis aos parlamentares. Especificamente, buscam compreender a relação entre os processos de profissionalização e institucionalização legislativa, com o segundo sendo observado sobretudo através do insulamento legislativo do ambiente político, social e econômico no qual deveria estar inserido, de modo que as eleições tendem a sofrer menos os efeitos de choques políticos e econômicos e os atuais legisladores apresentam maiores probabilidades de serem reeleitos. Logo, embora não cheguem a relacionar explicitamente o processo da profissionalização com o fenômeno do carreirismo – o qual não chega a ser mencionado –, na prática constroem um argumento muito próximo ao que seria posteriormente melhor elaborado por autores como Baranowski (2001), Squire (2007) e Allen (2015), entendendo a profissionalização como um processo que, ao ampliar os recursos para as atividades legislativas, simultaneamente torna

---

o teor subjetivo da métrica em questão (Dilger, Krause e Randolph 1995, p. 557), defendem sua validade para os objetivos propostos.

<sup>22</sup> “the legislature’s capacity to engage in the policy-making process with an expertise, seriousness, and effort that is comparable to other actors in that process”

carreiras no legislativo mais atraentes e provê os meios necessários para que os legisladores se isolem de choques externos, tornando mais fácil viabilizar carreiras longevas.

Avançando para o texto de Baranowski (2001) citado no último parágrafo, este se volta para legislaturas estaduais dos EUA para questionar a relação entre a profissionalização destes corpos legislativos e sua capacidade de influenciar agências estatais. Para medir o nível de profissionalização, emprega o índice construído por King (2000) no ano anterior, tratando o fenômeno como um processo de natureza institucional, medido por variáveis como remuneração dos legisladores, duração das sessões, número de funcionários de carreira e gastos do legislativo. Embora a hipótese inicialmente testada seja de que a influência legislativa sobre as agências estatais é ampliada na medida em que ocorre a profissionalização legislativa, os resultados obtidos através do teste de regressão conduzido pelo autor demonstraram o inverso, com as casas legislativas mais profissionalizadas sendo aquelas que exercem o menor controle. Uma hipótese alternativa para explicar esse fenômeno é extraída da própria literatura (Rosenthal, 1990, 1998; Moncrief e Thompson, 1996), com estudos que já haviam constatado uma relação positiva entre processos de profissionalização institucional das casas legislativas e o acirramento do perfil “carreirista” de seus legisladores se comparados com seus pares em legislativos menos profissionalizados. Logo, embora o autor identifique dois processos distintos – o institucional da profissionalização política, associado à ampliação dos recursos materiais que dão sustento à atividade legislativa; e o de carreirismo, referente à especialização individual em atividades de campanha e manutenção do cargo –, ainda sugere uma relação direta entre esses dois processos.

Por sua vez, partindo de uma discussão sobre a falta de representatividade dos políticos eleitos frente aos seus eleitores no Parlamento Britânico, Allen (2015) apresenta como argumento principal de seu artigo a noção de que o conceito de “classe política” – com frequência utilizada como sinônimo para políticos profissionais – é erroneamente empregada como um termo genérico para se referir a todo e qualquer político eleito, defendendo a desagregação do termo em três conceitos que, embora ainda sejam relacionados, tratam de objetos distintos, sendo eles: (1) elite política; (2) carreirismo político; e (3) profissionalização política. No tocante ao primeiro termo, identifica a “elite política” em um sentido semelhante ao proposto por autores como Borchert (2003) e Guttsman (1974), isto é, um pequeno grupo que concentra o poder decisório e age coletivamente como um grupo, de modo que, como coloca, “queixas centradas na composição, comportamento ou decisões políticas de ministros, por exemplo, não dizem respeito a uma classe política amorfa. Pelo contrário, dizem respeito

a pessoas com meios claramente identificáveis para promover os seus interesses” (Allen 2015, p. 5)<sup>23</sup>. Por outro lado, deriva sua compreensão do termo “carreirismo político” das contribuições de autores como King (1981) e Cowley (2012), utilizando-o para se referir a indivíduos que, além de possuir características de um perfil prosopográfico específico, ativamente buscam construir uma carreira na política, muitas vezes ocupando cargos no setor antes de concorrer em eleições parlamentares. Já o conceito de profissionalização política, objeto central da presente tese, na concepção do autor, próxima a dos demais autores aqui citados, se refere a um fenômeno distinto, responsável por ampliar o suporte material para políticos eleitos realizarem suas atividades parlamentares, seja no nível individual, com salários que viabilizam a dedicação exclusiva, ou institucional, com a ampliação do número de cargos destinados ao auxílio destes políticos, sejam eles dentro do parlamento ou das estruturas partidárias.

Nesse sentido, outro autor a subscrever a perspectiva institucionalista é Edelstein (2012), expressamente adotando a definição proposta por Mooney (1995, p. 48-49), segundo a qual a profissionalização legislativa diz respeito a capacidade de uma legislatura para “dominar toda a atenção de seus membros, provendo a eles recursos adequados para que façam seu trabalho de forma comparável a outros atores políticos de tempo integral, e estabelecer organizações e procedimentos que facilitam o ato de legislar”<sup>24</sup>. Igualmente, faz referência a trabalhos de Squire (1993, 1998, 2007) ao refletir sobre os efeitos que os níveis de profissionalização têm sobre o comportamento de legisladores e sobre a estrutura e produção legislativas, além de também afetar o comportamento de atores políticos externos às próprias legislaturas, como o poder executivo e grupos de pressão. Sua contribuição à literatura parte da reflexão de que o próprio grau de profissionalização de uma legislatura também deve ser interpretado como um resultado político, sendo, portanto, simultaneamente uma variável dependente e independente em estudos sobre o Legislativo, uma vez que “o profissionalismo afeta o comportamento e as atitudes dos mesmos legisladores que controlam a intensidade das suas características através das políticas que criam” (Edelstein 2012, p.3)<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> “complaints focused on the composition, behaviour or policy decisions of, say, cabinet ministers are not about an amorphous political class. Rather, they relate to people with clearly identifiable means to further their interests”

<sup>24</sup> “command the full attention of its members, provide them with adequate resources to do their jobs in a manner comparable to that of other full-time political actors, and set up organizations and procedures that facilitate lawmaking”.

<sup>25</sup> “professionalism affects the behavior and attitudes of the same legislators who control the strength of its characteristics through the policies they create”.

Partindo dessas reflexões, aplica um *survey* entre parlamentares estaduais dos EUA, buscando entender quais variáveis afetam as atitudes desses parlamentares com relação ao nível de profissionalização de suas respectivas casas legislativas, concluindo que o nível de ambição política individual tem o maior poder explicativo para o desejo por um Legislativo mais profissionalizado, uma vez que as variáveis associadas ao fenômeno na perspectiva do autor – como ampliação da remuneração individual e o fortalecimento das estruturas de assessoria para as atividades legislativas – também facilitam na busca destes parlamentares por cargos de maior prestígio.

O artigo de Yoon é outro a seguir a linha institucionalista, também adotando a definição de profissionalização proposta por Mooney (1994, 1995) e iniciando sua discussão a partir de índices pensados para medir o volume de recursos que uma casa legislativa oferece como suporte ao trabalho de seus parlamentares, dando especial ênfase ao índice proposto por Squire (1992, 2007). Isto posto, desenvolve uma crítica precisamente a esses modelos, argumentando que o foco de suas análises tem se dado exclusivamente sobre democracias ocidentais já bem estabelecidas, deixando em aberto questões tais quais como medir o nível de profissionalização de assembleias subnacionais quando o próprio congresso nacional demonstra níveis de profissionalização muito baixos, ficando muito aquém dos parâmetros esperados para um “padrão ouro” como definido no índice de Squire para o congresso estadunidense. Conforme aponta, métricas como salários dos parlamentares, tempo das sessões legislativas e tamanho das equipes de apoio, embora sejam similarmente importantes em países com diferentes graus de democracia e autonomia legislativa, ainda estão condicionadas aos padrões de desenvolvimento econômico e democrático experienciados por cada país, de modo que o perfil sócio-histórico de cada sistema político deve ser levado em consideração ao se criar e aplicar índices voltados para medir os níveis de profissionalização legislativa de assembleias nacionais e subnacionais.<sup>26</sup>

Já o trabalho de Bowen (2014) apresenta considerações parecidas com as oferecidas por Yoon (2016), argumentando que a profissionalização legislativa se caracteriza como um fenômeno heterogêneo tanto em sua dimensão teórica quanto em sua dimensão empírica, de

---

<sup>26</sup> Especificamente, Yoon (2016) analisa o caso da Coreia do Sul, com seu regime democrático relativamente recente. Conforme aponta, métricas como número de dias de duração das sessões legislativas ou o tamanho das equipes parlamentares são improdutivas para a análise do caso sul-coreano, tendo em vista que as assembleias subnacionais operam com um número fixo de horas de sessão e nenhuma equipe de apoio é fornecida aos parlamentares. Ainda assim se argumenta que a substituição dessas métricas por outras mais apropriadas ao caso analisado parecem ter retornado resultados favoráveis a interpretação do conceito de profissionalização como um construto teórico útil para compreender as dinâmicas em assembleias locais sul-coreanas (Yoon 2016, p. 13).

modo que seu estudo através de índices agregados tende a restringir as pesquisas sobre o tema e “têm limitações importantes que muitas vezes não são reconhecidas” (Bowen 2014, p. 278)<sup>27</sup>. Conforme nota, enquanto teoricamente os efeitos da profissionalização podem variar de caso a caso, dado a dependência funcional destes efeitos com fatores individuais, empiricamente muitas casas legislativas demonstram níveis de profissionalização desiguais no que se refere aos elementos usualmente considerados para compor os índices em questão. Levando em consideração que os componentes associados ao fenômeno da profissionalização permitem uma ampla gama de abordagens, como a criação de índices, desagregação dessas variáveis e a formulação de novas medidas multidimensionais, o autor argumenta que conceitualizar e medir a profissionalização legislativa como característica padronizada para todas as legislaturas se trata de uma simplificação raramente justificada (Bowen 2014, p. 292), uma vez que se tratam sim de um conjunto de características que irão variar profundamente tanto temporalmente quanto entre diferentes casos, de modo que “os pesquisadores devem ter o cuidado de escolher a medida adequada do conceito que melhor se adapte às relações causais em análise” (Bowen 2014, p. 279)<sup>28</sup>.

#### 4.2 ANÁLISES DE PERFIL SOCIOLÓGICO

Independente do uso atribuído ao conceito de profissionalização política, um aspecto comum é como ele se confunde com outros conceitos e fenômenos estudados pelo campo da Ciência Política. Entrando nas abordagens que tratam do perfil sociológico dos parlamentares, DeFelice (1981), por exemplo, foca seus esforços especificamente em separar os significados de profissionalização e pragmatismo no que toca à fidelidade partidária, identificando o aspecto da profissionalização como um fenômeno individual relacionado à orientação político-partidária, enquanto o pragmatismo se refere à disposição de um candidato em alterar posições sobre tópicos específicos a fim de assegurar o apoio necessário para ser eleito (sendo essa definição extraída de Downs 1957).

Por sua vez, a abordagem apresentada por Mancini (1999) ressalta abertamente as inconsistências terminológicas associadas ao fenômeno da profissionalização no campo político. Embora inicie sua análise a partir da conceitualização weberiana, segundo a qual o

---

<sup>27</sup> “comes with important limitations that often go unrecognized”.

<sup>28</sup> “scholars should take care to choose the appropriate measure of the concept that best fits the causal relationships under examination”.

político profissional seria o indivíduo que *vive de e para a política* (Weber 2009b, 2015), adota uma postura crítica do uso que foi feito dessa definição ao longo dos anos, com interpretações baseadas na conceitualização proposta por Weber “simplificando-a, sobrepondo a figura do profissional político de Weber à figura do burocrata de partido que se desenvolveu nos partidos de massas europeus dos últimos dois séculos” (Mancini, 1999, p. 232)<sup>29</sup>. Nesse sentido, constrói seu argumento central em torno da noção de que a “profissionalização da política” – entendida por ele como a ampliação do papel de profissionais com saber especializado – tem ocorrido sobretudo nos domínios das campanhas eleitorais e processo decisório (Mancini, 1999, p. 237).

Essa perspectiva adotada por Mancini (1999) deriva, em grande parte, da interpretação oferecida por Panebianco (2005, original de 1982) anos antes, a qual ressalta a distinção entre burocratas partidários e profissionais do campo político como sendo de particular importância, identificando os últimos como técnicos possuidores de um conhecimento especializado. Partindo disso, Mancini (1999, p. 234) destaca como os profissionais aos quais Panebianco se refere não estão limitados a atuar no campo político, obtendo a maior parte de seus rendimentos de atividades nos campos da comunicação e publicidade. A política, assim, não é a única área de competência desses profissionais, cujo perfil é caracterizado exatamente por seu saber ser aplicável em múltiplos campos. Logo, retomando a conceitualização proposta por Weber (2009b, 2015), o qual descreve os políticos profissionais em termos das origens de seus recursos e área de competência (isto é, a política), Mancini (1999, p. 234) conclui que “o novo profissionalismo político é profundamente diferente do seu antecessor”.<sup>30</sup>

O artigo de Cairney (2007) é outro trabalho que associa os conceitos de profissionalização política (de modo geral) e de profissionalização legislativa (de modo mais específico) a características individuais de profissionais que atuam no setor político. Embora traga exemplos internacionais em sua revisão teórica, o foco principal da análise conduzida pelo autor recai sobre o parlamento britânico, observando especificamente o uso do termo “*politics-facilitating occupation*” na literatura que trata de recrutamento partidário. Conforme aponta logo ao início, os trabalhos focados nas profissões prévias dos representantes eleitos para o Legislativo indicam uma ampla convergência do perfil desses parlamentares como profissionais de classe média urbana (Cairney, 2007, p. 212). Contudo, a utilização pouco

---

<sup>29</sup> “*simplify it, superimposing Weber’s figure of the political professional upon the figure of the party bureaucrat who developed in the European mass parties of the last two centuries*”

<sup>30</sup> “*the new political professionalism is profoundly different from its predecessor.*”

critérioria de termos como o já citado “*politics-facilitating occupation*”, “*professional*” e “*middle class*” inviabiliza a construção de análises diacrônicas comparando esses resultados, tornando o conhecimento não cumulativo ao passo que são atribuídos diferentes significados a cada um desses termos, a depender do país, partido e esfera de poder no qual são empregados (Cairney, 2007, p. 213).<sup>31</sup>

Avançando para o argumento principal do artigo, Cairney (2007) argumenta a favor do estabelecimento daquilo que ele entende por “*brokerage occupations*”, como advogados e professores, as quais tradicionalmente precedem carreiras políticas; e “*instrumental occupations*”, atuantes diretamente no setor, como sindicalistas, agentes de relações-públicas e consultores políticos. Conforme indica, essa distinção parece partir diretamente de uma reflexão levantada por King (1981, p. 260), o qual já observava a necessidade de diferenciar profissionais que escolheram uma ocupação com a crença de que essa iria lhes auxiliar na construção de uma carreira na política, daqueles que, ao entrar em determinada profissão, descobrem um futuro potencial na política. Logo, considerando que os processos de recrutamento partidário parecem se iniciar cada vez mais cedo, e que as carreiras tradicionalmente vistas como “*brokerage occupations*” costumam apresentar grandes barreiras de entrada em seus requisitos de educação formal, conclui, a partir de uma análise de mais de cinco décadas (1951-2005) do perfil profissional dos legisladores eleitos para o parlamento britânico, que o processo percebido como uma “profissionalização da política” – isto é, segundo sua concepção, o crescimento de legisladores com saber especializado em determinada área – se dá sobretudo no aumento dos parlamentares advindos das “*instrumental occupations*”, enquanto, sincronicamente, nota uma queda no perfil advindo das “*brokerage occupations*” (Cairney 2007, p. 229).

Seguindo na tradição que interpreta o processo de profissionalização política como um fenômeno individual, Mackenzie (2015, p. 505) oferece ao conceito de profissionalização a definição de “a extensão na qual um sistema político é povoado por indivíduos que vivem da atividade política”<sup>32</sup> – isto é, apesar de ter impactos que podem ser medidos no nível institucional, estes são indiretos ao passo que se trata de um processo cujas motivações e

---

<sup>31</sup> Esse argumento se aproxima muito de uma das principais preocupações levantadas pela presente tese, a qual, partindo das considerações teóricas levantadas por autores como Howie e Bagnall (2020), entende a carência de significados compartilhados para o conceito de profissionalização, entre outros correlatos, como o principal impedimento para o avanço do subcampo da Ciência Política que trata do assunto.

<sup>32</sup> “*the extent to which a political system is populated by individuals who make their living from political activity*”.

mecanismos se dão fundamentalmente no nível individual.<sup>33</sup> Especificamente, o interesse do autor se volta para compreender como os padrões observados no tocante a determinado antecedente profissional – a profissionalização política anterior aos mandatos parlamentares – evoluíram no congresso estadunidense entre os anos de 1870 e 1944. Recorrendo a dados bibliográficos de mais de 12 mil indivíduos, Mackenzie (2015) conclui que reformas no sistema eleitoral, com destaque a implementação do voto secreto e das eleições primárias, parecem ter impactado positivamente na ampliação de congressistas profissionais eleitos ao longo das décadas analisadas. Logo, mesmo adotando uma perspectiva que vê o processo da profissionalização como um fenômeno intrinsecamente individual, este ainda parece ter causas e efeitos diretamente associados à esfera institucional.

O texto de Oliveira (2021) segue uma linha parecida com o de Mackenzie (2015), interpretando o fenômeno da profissionalização política como um processo que, apesar de ter suas origens no nível individual, implica consequências diretas em múltiplos níveis institucionais. Embora, como outros autores já citados, aponte a confusão conceitual que caracteriza este campo de estudos, com o conceito de políticos profissionais se confundindo com conceitos como o de políticos de carreira, profissionais políticos e classe política, Oliveira (2021) opta por definir a profissionalização da política a partir de uma concepção weberiana mais tradicional, tratando o fenômeno como “a transformação das atividades anteriormente levadas a cabo de maneira colateral e a título honorífico, em relações de trabalho profissionais e remuneradas materialmente” (Oliveira 2021, p. 221). Assim, partindo dos trabalhos de autores como Nohlen (2006) e Borchert (2003), entende a profissionalização como, simultaneamente, um processo histórico no qual um tipo anterior de político, entendido como não profissional, é substituído pelo político profissional atual; ao passo que também se refere a um processo de desenvolvimento individual no qual o político vai pouco a pouco avançando em sua profissão, alçando cargos mais importantes enquanto assegura para si fontes de rendimento, mecanismos de manutenção e possibilidades de avanço de sua carreira – o “viver de e para política”. Nesse sentido e conforme já mencionado, Oliveira (2021) compartilha o entendimento de Borchert (2003) sobre a profissionalização se dar primordialmente no nível individual, mas ter repercussões em ao menos outros três níveis: primeiro, no nível do cargo político, uma vez que a estruturação das carreiras é transmitida ao

---

<sup>33</sup> Difere-se, portanto, de abordagens institucionalistas apresentadas por autores como Squire (1992, 2007), onde o processo de profissionalização diz respeito diretamente a processos que se originam e impactam diretamente as casas legislativas, mesmo que também se relacionem a processos individuais como o carreirismo.

próximo ocupante do cargo; segundo, no nível das instituições políticas, que passam a obter os ganhos da profissionalização estudados pela literatura institucionalista previamente citada; e, por fim, no nível do sistema político como um todo, onde há a interação da profissionalização dos indivíduos com as instituições mais ou menos profissionalizadas que os contém. Logo, conclui que “a profissionalização política não deve – nem pode – ser reduzida a um conceito unidimensional” (Oliveira 2021, p. 225).

Concluindo a análise dos textos que abordam o conceito da profissionalização política como um fenômeno individual, o trabalho de Michon (2018) vai se focar na imprecisão conceitual existente na literatura em questão. Conforme nota, desde a proposição inicial de Weber (2009b, 2015) – que estabelece o profissional político como aquele que tem sua fonte de renda atrelada às suas atividades políticas – até trabalhos mais recentes – os quais enfatizam aspectos distintos e muitas vezes deixam de lado a própria questão da remuneração –, há uma carência de uma definição mais precisa que permita compreender a extensão nos padrões de profissionalização e suas possíveis consequências (Michon, 2018, p. 3). Logo, o autor se propõe a buscar entender as diferentes formas como o termo tem sido empregado pela literatura na última década, identificando três correntes principais. A primeira destas deriva diretamente da tradição weberiana, entendendo os políticos profissionais como aqueles que exercem cargos remunerados na política e têm nessa sua principal fonte de sustento. Curiosamente, embora se trate de um fenômeno com fontes e consequências sobretudo no nível individual, Michon (2018, p. 5) destaca como a profissionalização é tratada por essa corrente como um processo institucional, referindo-se ao aumento do número de cargos remunerados que permitem o viver da política. A segunda corrente identificada pelo autor foca na trajetória da carreira política, isto é, não entende o político profissional como aquele cuja fonte principal de remuneração são suas atividades políticas, mas sim aquele que exerce atividades na área há muito tempo. Essa definição implica não apenas em fatores associados à longevidade da atividade política, mas também à definição do currículo, entendendo o profissional como um indivíduo que “independentemente de sua idade ou da duração de sua presença na política, ou *viveu tão somente na política*, por ter se envolvido nela cedo, ou passou por cargos considerados centrais para o acesso a mandatos nacionais” (Michon 2018, p. 8, grifo do autor)<sup>34</sup>. Esses elementos, de certo modo, também se associam a terceira

---

<sup>34</sup> “*indépendamment de son âge ou de la durée de présence en politique, soit n’a jamais vécu que de la politique, car il s’y est engagé précocement, soit est passé par des positions considérées comme centrales pour accéder aux mandats nationaux*”

corrente, focada nas questões das competências profissionais, onde o político profissional se distingue do amador pelo seu acúmulo de expertises do campo, ao passo que o processo de profissionalização consiste no acúmulo de conhecimentos e saberes específicos, adquiridos ou necessários para atuar no campo político. Logo, apesar de diferenciar essas três tradições de pensamento, Michon (2018, p. 10) destaca como esses elementos não são exclusivos, de modo que se torna particularmente necessário que pesquisas futuras especifiquem os significados atrelados aos usos dos termos em questão.

### 4.3 OUTRAS ABORDAGENS

Revisados os dois tipos principais de abordagens encontradas nos textos que serviram de base para a coleta em cascata – isto é, uma abordagem institucionalista focada na profissionalização das casas legislativas e múltiplas abordagens sociológicas que enxergam a profissionalização como um processo individual –, avança-se agora para a revisão dos textos cuja abordagem difere de ambas as previamente citadas.

Logo de início, o texto de Moens (2017) ajuda a ilustrar a desordem conceitual que permeia o uso do termo “profissionalização política”. Embora admita que múltiplos fenômenos são trabalhados sob o “guarda-chuva” da profissionalização, como o desenvolvimento de carreiras individuais, o surgimento de consultores políticos especializados e a evolução de técnicas aplicadas em campanhas eleitorais, opta por trabalhar de modo específico com os processos de profissionalização intrapartidários, isto é, a ampliação do número e da importância de funcionários especializados dentro dos partidos políticos – uma abordagem institucionalista, mas que nada tem a ver com a profissionalização do Legislativo anteriormente tratada por outros trabalhos. Conforme o autor nota, fenômeno por ele estudado parece se dar através de dois processos paralelos: por um lado, há uma mudança quantitativa, uma vez que os partidos parecem estar ampliando progressivamente seu quadro de funcionários; por outro, há também uma mudança qualitativa, com a contratação de funcionários com um perfil mais especializado que outrora (Moens, 2017, p.4). Como esses dois movimentos vão se dar em graus diferentes a depender de cada caso analisado, conclui que “muito seria perdido buscando o tipo ideal teórico de profissionalismo político de forma meticulosa demais”, argumentando que “pesquisa sobre profissionalização

deveria substituir essa dicotomia com uma interpretação mais matizada do conceito” (Moens, 2017, p. 20)<sup>35</sup>.

Por sua vez, Greenstein (2009) oferece um texto biográfico dedicado ao quinto presidente estadunidense, James Monroe, refletindo sobre a evolução de sua carreira política e o concomitante desenvolvimento das habilidades pessoais que marcaram sua presidência. Assim, é semelhante ao texto de Moens (2017) no modo como ambos têm uma afinidade teórica com alguma das abordagens trabalhadas anteriormente no capítulo, mas se diferem profundamente dos demais textos com relação ao desenho de pesquisa adotado. O texto tem como propósito promover uma obra publicada pelo autor a respeito dos perfis dos presidentes dos EUA, e o artigo é excerto dela. A premissa apresentada é a de que James Monroe, considerado um presidente “fraco”, na verdade apresentava características tidas como “ideais” em sua época como, por exemplo, evitar comportamentos que poderiam fazer parecer que ele quisesse “usurpar” o poder do Legislativo. Ao fim do texto, o autor lista uma série de critérios “profissionais”, onde fatores como o exercício de uma carreira política bem estruturada e a organização dos membros de seu gabinete são acompanhadas de outros fatores que denotariam um comportamento ideal, como a ausência de rigidez ideológica em suas decisões e relatos de contemporâneos ao presidente a respeito de uma natureza inquisitiva, pragmática e capaz de separar conflitos pessoais com alianças políticas. Esses últimos fatores recebem nomes de categoria bastante herméticos, como “inteligência emocional” (p. 282) e “estilo cognitivo” (p. 281).

O artigo de Budge e Farlie (1975) talvez seja o que tematicamente mais se afasta dos demais, uma vez que seu foco recai quase exclusivamente sobre questões de recrutamento partidário, mapeando um conjunto de características socioeconômicas que, ao seu ver, parecem ser bons preditores para existência de motivações, oportunidades e desenvolvido de capacidades desejáveis para a atuação política. Logo, embora não trate diretamente da questão da profissionalização política, o artigo aborda elementos que são igualmente instrumentalizados por trabalhos que tratam do tema sob uma perspectiva sociológica, sobretudo aqueles que se preocupam com barreiras de acesso à política e possíveis prejuízos à representatividade política. Tal afinidade acaba por produzir um trabalho com algum potencial para render resultados através da coleta em cascata.

---

<sup>35</sup> “*much would be lost by chasing the theoretical ideal type of political professionalism too closely [...] research on professionalization should replace this dichotomy with a more nuanced interpretation of the concept*”.

O mesmo potencial é observado no texto de Nyrup (2020), que apresenta um formato bastante único quando comparado aos demais, dado que se trata de um artigo voltado para apresentação de um novo banco de dados, WhoGov, sobre políticos profissionais. Sua inclusão no grupo inicial de trabalhos empregados para a coleta em cascata se justifica pela amplitude do banco de dados em questão, incluindo informações sobre mais de 50 mil políticos, em 177 países, entre os anos de 1966 e 2016. Logo, embora não apresente considerações teóricas relevantes para os propósitos desta tese, a análise dos artigos citantes e citados pode levar a materiais cuja inclusão é importante.

Pode-se concluir que o conjunto de textos indicados já permite identificar algumas coincidências e diferenciações temáticas e metodológicas importantes associadas ao termo “profissionalização” – que é usado para ilustrar a estruturação institucional, a estruturação de carreiras e acúmulo de expertise, e até mesmo as características psicológicas de atores políticos. Os trabalhos estadunidenses de viés institucionalista, que também são o tipo de texto mais numeroso em outras gerações de artigos, ilustram uma discussão acalorada de caráter metodológico – pesquisadores dessa vertente são muito afeitos a criação, discussão e reformulação de índices, mas os modelos expostos não podem ser considerados como modelos universais, de fácil aplicação para casos de outros países. Também é importante grifar que a confusão metodológica e conceitual a respeito da classificação de agentes políticos não é assunto estranho à Ciência Política.

Finalizada a revisão narrativa dos textos indicados pelo especialista, conjunto chamado de “Geração Zero”, o próximo capítulo se volta à revisão sistemática dos artigos localizados através da coleta em cascata.

## 5 RESULTADOS

Os presentes resultados são baseados nas marcações e categorizações aplicadas aos textos, que originalmente foram determinadas conforme apareceram e indicadas exatamente da forma exposta no artigo original. Assim, um esforço de categorização posterior de tais códigos se fez necessário para unificar sinônimos e agregar temáticas específicas. As descrições detalhadas dessas categorias são apresentadas a seguir.

### 5.1 VARIÁVEIS DESCRITIVAS

#### 5.1.1 Origens dos textos

O quadro abaixo descreve o perfil de origem e publicação dos textos analisados, indicando os periódicos, seus países e os países dos autores que publicaram nessas revistas. É possível notar que existe grande variedade nos periódicos analisados, e a baixa concentração de casos nos impede de fazer grandes análises de caráter cientométrico, incluindo a análise de variáveis como fator de impacto, uma vez que temos artigos de revistas de impacto internacional, como a *Parliamentary Affairs*, e periódicos locais que não se encontram indexados em qualquer base que atribua índices como o fator de impacto JCR da Clarivate ou o H5 do Google Scholar. Também é pouco surpreendente que autores publiquem em periódicos do mesmo país da instituição a qual ele é associado. Existe uma maior circulação de autores em periódicos menores, sobretudo quando há a coincidência da língua, como no caso de autores francófonos.

**Quadro 5.1 – Distribuição dos textos do *corpus* publicados em cada periódico, e o país da instituição de origem dos autores**

Nome Do Periódico	N	País	País dos autores
American Journal Of Political Science	1	EUA	EUA
American Political Science Review	5	EUA	EUA: 4 artigos Canadá: 1 artigo
American Studies (미국학)	1	Coreia do Sul	Coreia do Sul
Análise Social	1	Portugal	Portugal
British Journal Of Political Science	1	Reino Unido	Reino Unido
Dados	1	Brasil	Brasil
De Política	1	México	México
E-Legis	1	Brasil	Brasil

**Quadro 5.1 – Distribuição dos textos do *corpus* publicados em cada periódico, e o país da instituição de origem dos autores (conclusão)**

Nome Do Periódico	N	País	País dos autores
El Cotidiano'	1	México	México
Interest Groups & Advocacy	1	EUA	EUA
International Journal Of Sociology	1	Reino Unido	Romênia
Legislative Studies Quarterly	11	EUA	EUA: 10 artigos Canadá: 1 artigo
Lex Localis	1	Eslovênia	Coautoria: Bélgica/França
Local Government Studies	1	Reino Unido	Bélgica
Parliamentary Affairs	3	Reino Unido	Reino Unido
Philippine Political Science Journal	1	Filipinas	Coreia do Sul
Pôle Sud	1	França	Espanha
Political Communication	1	EUA	Itália
Political Studies Review	1	Reino Unido	Reino Unido
Politics & Policy	2	EUA/México	Austrália: 1 artigo EUA: 1 artigo
Politique Et Sociétés	1	Canadá	França
Politix	1	França	Suíça
Postdata	1	Argentina	Espanha
Presidential Studies Quarterly	1	EUA	EUA
Public Finance Review	1	EUA	Coautoria: EUA/Alemanha
Revista De Sociologia E Política	2	Brasil	Brasil
Revista Española De Ciencia Política	1	Espanha	Espanha
Revista Ibero-Americana De Estudos Legislativos	1	Brasil	Brasil
Revista Legislativa De Estudios Sociales Y Opinión Pública	1	México	México
Revista Política Hoje	1	Brasil	Brasil
Sociétés & Représentations	1	França	França
Sociologie Du Travail	1	França	França
State & Local Government Review	1	EUA	EUA
State Politics And Policy Quarterly	4	EUA	EUA
Sur Academia	1	Equador	Equador
Swiss Political Science Review	2	Suíça	Suíça
Terrains & Travaux	1	França	França
The Journal Of Legislative Studies	1	Reino Unido	Reino Unido
The Journal Of Politics	1	EUA	EUA
West European Politics	1	Reino Unido	França

Fonte: dados da pesquisa.

A respeito dos anos de publicação, tentativas de agregar os períodos de tempo foram malsucedidas uma vez que o interesse pela profissionalização se deu em períodos diferentes, segundo discussões diferentes. Por exemplo, tomando como base a seleção de textos da presente tese, a produção de pesquisadores dos EUA, focados no caso estadunidense, aparece pela primeira vez em 1970, e se intensificam no fim dos anos de 1980 e na década de 1990,

impulsionados por uma discussão metodológica a respeito de como medir profissionalização e trabalhos que pretendem aplicar empiricamente tais medidas para compreender os *outputs* governamentais. Tal discussão parece perder seu apelo na metade da década de 2000, não sendo mais publicadas obras nesse sentido em periódicos de grande destaque, como *Legislative Studies Quarterly* e *American Political Science Review*<sup>36</sup>. A partir deste período, os artigos tomam a profissionalização como variável independente para estudar relações com agências externas. Os trabalhos mais recentes a respeito dos EUA são publicados em 2015 e 2016: um deles focado nas dinâmicas envolvendo grupos de interesse, publicada num periódico voltado ao estudo de *advocacy*, e um exercício metodológico de um pesquisador da Coreia do Sul, publicado num periódico também coreano, revisando a discussão dos anos 1990.

No caso da América Latina, os textos coletados foram publicados após a metade da década de 2000. Não se pretende ir a fundo a respeito da história das discussões da Ciência Política latina, sobretudo porque parecem existir duas grandes discussões – uma de caráter institucionalista que se inicia na década de 1980, e uma de viés sociológico, mais recente. A mesma janela de tempo (a partir da segunda metade dos anos 2000) abriga as obras de autores europeus – à exceção de um texto a respeito do *Bundestag* de 1997. É possível especular ser impacto da expansão da União Europeia em 2004 a motivação para que autores da região olhassem para seus próprios contextos – mas qualquer explanação teria tal caráter especulativo, uma vez que a coleta de textos não foi suficientemente exaustiva para delimitar todo o campo de tais discussões, tampouco era nosso propósito mapear o contexto histórico das preocupações da Ciência Política mundial. Mas é relevante comentar que as janelas de tempo podem denotar que o termo foi usado em períodos e contextos diferentes, com preocupações diferentes e abordagens diferentes. É necessário então entender se o *sentido* do conceito também diverge significativamente.

### 5.1.2 Recorte geográfico, temporal e tipo de parlamento

Dos textos coletados, 20 deles estudavam os legislativos no nível estadual ou provincial. Um dos motivos é a superpopulação de textos sobre os EUA, que é tema de 14 dos artigos com foco estadual. A Ciência Política dos EUA tende a centrar seus esforços nos casos

---

<sup>36</sup> Um dos artigos incluídos na Geração Zero é uma obra de 2020 publicada na *American Political Science Review* – o autor é de uma instituição da Inglaterra, e é a apresentação de um dataset a respeito de 177 países.

estaduais pois se considera que, no nível nacional, a profissionalização já é processo concluído em sua máxima definição. Surgidos dessa mesma tradição existe trabalho a respeito do México que tenta criar um índice inspirado em Squire, e um de mesma inspiração para o caso canadense.

Outros parlamentos provinciais estudados são os da França e da Suíça. O trabalho sobre o caso da Suíça e um dos estudos sobre a França apenas abordam este nível, já outros três textos sobre a França tomam o nível provincial como sendo o “nível intermediário” da profissionalização e agregam também membros dos legislativos municipais, já que existe possibilidade de assumir cargos em ambos os níveis simultaneamente, e se considera que um indivíduo que deseja viver da política precisa acumular tais cargos para que tenha rendimentos suficientes.

Três textos estudam apenas o nível municipal: um deles abordando as cidades da região de San Francisco, outro sobre várias regiões da Bélgica, e o último sendo um estudo comparativo de políticos de dezesseis países.

Vinte estudos são a respeito de legislativos nacionais. Desses, 8 tomam o Legislativo “como um todo” – agregando câmara alta e baixa, ou envolvendo parlamentos não bicamerais, como o sistema unicameral do Equador e o estudo sobre a Yugoslávia, que foi pentacameral entre 1963 e 1967, e hexacameral de 1967 até 1974. Outros países estudados nesse recorte foram Austrália, Romênia, França, Suíça, México, e um conjunto de ilhas do Pacífico, abarcando os governos independentes das regiões da Micronésia, Melanésia e Polinésia. Dez artigos estudaram somente as câmaras baixas do Legislativo federal, sendo quatro deles sobre o Brasil; um artigo comparativo entre os parlamentos na Bolívia, Colômbia e Peru; e Espanha, França, Alemanha, México e Canadá sendo objetos cada um de um artigo deste conjunto. Também eram sobre o Brasil o único artigo sobre uma câmara alta, e um artigo sobre a Assembleia Constituinte de 1946.

Como “profissionalização” é normalmente considerado um processo gradual – não temos conhecimento de instâncias de “revolução profissionalizante” – já era esperado que a grande maioria dos textos fossem análises de caráter longitudinal.

Recortes transversais são normalmente análise de uma ou duas legislaturas sincronicamente, e ocorrem em trabalhos nos quais a profissionalização é a variável explicativa, como em textos sobre dinâmicas de grupos de interesse (Berkman 2001; Kattelman 2015) ou relações legislativo-executivo (Woods, Baranowski 2006). Também utilizam recortes pontuais os trabalhos sobre motivações e ambições de parlamentares (Lima

et al 2018; Uriarte 2000) e as dificuldades de estabelecimento de carreiras propriamente profissionais em nível local (Black 1970; Dulong, Matonti 2007; Navarre, 2014).

**Quadro 5.2 – Recorte temporal, geográfico e tipo de parlamento para cada um dos textos do corpus**

<b>Texto</b>	<b>Recorte temporal</b>	<b>Recorte geográfico</b>	<b>Tipo de parlamento</b>
Berkman (2001)	1990	EUA	Estadual ou provincial
Black (1970)	Não consta	EUA	Municipal
Bundi et al (2016)	2014	Suíça	Estadual ou provincial
Clucas (2007)	1981-1995	EUA	Estadual ou provincial
Codato (2008)	1889-1937, 1946-1964	Brasil	Nacional (assembleia constituinte)
Cohen (1980)	1953-1978	Iugoslávia	Nacional (multicameral)
Corbett (2013)	Não consta	Ilhas do Pacífico	Nacional (não especificado)
Costa, Kerrouche (2009)	1958-2009	França	Nacional (câmara baixa)
Culic (2006)	1990-2004	Romênia	Nacional (multicameral)
Demazière, Le Saout (2020)	2003-2007	França	Múltiplos níveis
Demazière, Le Saout (2022)	2017-2018	França	Múltiplos níveis
Dulong, Matonti (2007)	2003	França	Estadual ou provincial
Ferreira, Lemos (2016)	1946-1964	Brasil	Nacional (câmara baixa)
Fiorina (1994)	1946-1990	EUA	Estadual ou provincial
Fiorina (1997)	1946-1990	EUA	Estadual ou provincial
Jones (2006)	1901-2005	Austrália	Nacional (multicameral)
Kang (2016)	1967-2000	EUA	Estadual ou provincial
Kattelmann (2015)	1997	EUA	Estadual ou provincial
King (2000)	1963-1994	EUA	Estadual ou provincial
Lima et al (2018)	2011-2015	Brasil	Nacional (câmara baixa)
Maddox (2004)	1998	EUA	Estadual ou provincial
Malhotra (2006)	1953-1994	EUA	Estadual ou provincial
Malhotra (2008)	1963-1994	EUA	Estadual ou provincial
Mazzoleni (2006)	1848-2003	França	Nacional (multicameral)
Moncrief (1988)	1953, 1961, 1971, 1981	Canadá	Estadual ou provincial
Moncrief (1994)	1969 - 1982	Canadá e EUA	Estadual ou provincial
Mooney (1995)	Não se aplica	EUA	Estadual ou provincial
Navarre (2014)	2010	França	Múltiplos níveis
Jimenez (2022)	2003-2007	Equador	Nacional (unicameral)
Oñate (2010)	1982 - 2008	Espanha	Estadual ou provincial
Owings, Borck (2000)	1964, 1974, 1984, 1994	EUA	Estadual ou provincial

**Quadro 5.2 Recorte temporal, geográfico e tipo de parlamento para cada um dos textos do corpus (conclusão)**

Texto	Recorte temporal	Recorte geográfico	Tipo de parlamento
Pegurier (2012);	1945-2006	Brasil	Nacional (câmara baixa)
Perissinotto et al (2017)	1889 - 1934	Brasil	Nacional (câmara alta)
Pilotti, Mach, Oscar (2010)	1910, 1937, 1957, 1980, 2000	Suíça	Nacional (multicameral)
Pow (2018)	1993-2015	Canadá	Nacional (câmara baixa)
Rincón (2011)	1997-2010	Bolívia, Colômbia, Peru	Nacional (câmara baixa)
Saalfeld (1997)	1949-1994	Alemanha	Nacional (câmara baixa)
Sánchez, Garcia (2016)	2013	Mexico	Estadual ou provincial
Sánchez, Garcia (2018)	2009-2015	México	Nacional (câmara baixa)
Silva Jr, Figueiredo Filho (2012)	1945-2006	Brasil	Nacional (câmara baixa)
Squire (1997)	1982 - 1990	EUA	Estadual ou provincial
Uriarte (2000)	1997	Espanha	Nacional (câmara baixa)
Valencia Escamilla (2009)	1997-2006'	Mexico	Nacional (multicameral)
Verhelst, Kerrouche (2012)	Não consta	15 países europeus e Israel	Municipal
Verhelst et al (2013)	2008	Bélgica	Municipal
Woods, Baranowski (2006)	2000	EUA	Estadual ou provincial

Fonte: dados da pesquisa.

### 5.1.3 Técnicas e métodos

O grande número de trabalhos quantitativos, envolvendo estatística descritiva e inferencial, não é grande surpresa considerando que a abordagem quantitativa é bastante popular na Ciência Política, as análises institucionalistas eram focadas em índices quantitativos e, dos textos focados em indivíduos, 13 deles tinham como N de pesquisa valores acima de algumas centenas de indivíduos. Seis textos estudavam mais de 1000 indivíduos e outros seis estudavam menos de 100 casos – e os extremos são o texto de Dulong e Matonti (2007), que estudam treze indivíduos, e Maddox (2004), que agrupou informações sobre 4713 políticos.

**Quadro 5.3 – Instâncias de uso de surveys, questionários e entrevistas, e questão relacionada**

<i>Surveys e questionários</i>	
Black (1970)	Questiona 435 membros de 87 city councils dos EUA, a respeito de auto-identificação, ambições futuras e avaliação de práticas políticas.
Clucas (2007)	Usa resultados de survey existente para relacionar profissionalização estadual nos EUA e a percepção da influência de líderes legislativos.
Costa, Kerrouche (2009)	Combina respostas de múltiplos trabalhos de survey e prosopografia dos parlamentares franceses a partir de 1958; utiliza dados sobre dedicação e trajetória como indicadores de um processo de profissionalização parlamentar crescente.
Rincón (2011)	Compara respostas de 745 parlamentares da Bolívia, Colômbia e Peru a respeito de suas trajetórias de carreira.
Verhelst, Kerrouche (2012)	Utiliza respostas de 11962 legisladores locais de 15 países europeus e de Israel para comparar processos de socialização política e motivações para se tornar político.
Verhelst et al (2013)	Survey aplicado a 856 local councillors da Bélgica a respeito de fatores e gatekeepers que dificultem ascensão nas carreiras políticas.
<i>Combinação de questionários e entrevistas</i>	
Uriarte (2000)	Relaciona motivações políticas e carreiras de 212 membros do Congreso de los Diputados na Espanha.
Navarre (2014)	Questionário aplicado a 262 mulheres eleitas em Bourgogne (França) a respeito de trajetórias, motivações e ambições políticas; é complementado por entrevistas em profundidade com 35 dessas mulheres.
<i>Entrevistas abertas e em profundidade</i>	
Dulong, Matonti (2007)	São comparadas respostas de 10 mulheres e 3 homens eleitos para o conselho da Île-de-France, a respeito de relações familiares e definições de socialização e papel político. A análise é complementada por biografias e observação de comportamento em sessões parlamentares.
Corbett (2013)	Combina biografias, entrevistas e observação de líderes políticos da região das Ilhas do Pacífico para explicar a cultura e práticas políticas locais, como resposta a pressões externas por uma reforma institucional nos moldes ocidentais.
Demazière, Le Saout (2020)	Entrevista 23 políticos de nível municipal e estadual da França para discutir as regras de remuneração como fator para oportunidades desiguais de profissionalização política; questões são focadas no exercício de profissões externas ou múltiplos cargos políticos simultaneamente.
Demazière, Le Saout (2022)	Entrevista 23 políticos de nível municipal e estadual da França para defender a importância da remuneração como variável explicativa para a dedicação ao trabalho político; questões são focadas nos riscos de abandono da profissão de origem para arriscar se dedicar a carreira política.

Fonte: dados da pesquisa.

O que nos chama a atenção são as poucas instâncias nas quais os autores aplicaram entrevistas e métodos de viés “socio-histórico” (aqui considerando prosopografias e análises historiográficas). Tais métodos, além de terem sido aplicados para coleta de dados a respeito de carreiras e trajetórias, foram utilizados sobretudo no caso de políticos de nível local, para compreensão aprofundada da profissionalização em suas etapas iniciais: as motivações, ideais e socialização que compõem o “despertar” de futuras carreiras – bem como os fatores que podem inviabilizar que as vocações sejam exercidas e desenvolvidas. Dos seis trabalhos centrados no nível municipal coletados, todos utilizam entrevistas.

**Quadro 5.4 – Instâncias onde métodos socio-históricos foram aplicados para analisar profissionalização política**

<i>Métodos “socio-históricos”</i>	
Jones (2006)	Relaciona reformas institucionais na Austrália do século XX e determinados momentos históricos para reforçar a importância da presença de funcionários especializados para a prática legislativa.
Mazzoleni (2006)	Analisa o contexto de formação das instituições Suíças desde o século XIX e as condições de remuneração parlamentar a partir dos anos 1990. Relaciona tais fatores com trajetórias políticas para comprovar profissionalização e legitimação da atividade parlamentar.
Codato (2008)	Partindo da análise de biografias, utiliza os tipos de profissão declarada e trajetória na vida pública dos integrantes da bancada de São Paulo na Constituinte de 1946 como ilustração do processo de mudança das exigências e estruturas do Estado brasileiro a partir do Estado Novo.
Costa, Kerrouche (2009)	Combina respostas de múltiplos trabalhos de survey e prosopografia dos parlamentares franceses a partir de 1958; utiliza dados sobre dedicação e trajetória como indicadores de um processo de profissionalização parlamentar crescente.
Corbett (2013)	Combina biografias, entrevistas e observação de líderes políticos da região das Ilhas do Pacífico para explicar a cultura e práticas políticas locais, como resposta a pressões externas por uma reforma institucional nos moldes ocidentais.
Ferreira, Lemos (2016)	Análise prosopográfica de 87 parlamentares que exerceram profissões no funcionalismo público e foram eleitos para legislaturas entre 1946 e 1964. A área de formação e o escalão no funcionalismo público ao qual pertenceu se relacionam com oportunidades de construção de carreiras.
Perissinotto et al (2017)	Utiliza prosopografia dos senadores brasileiros da Primeira República, sobretudo seus perfis socio-profissionais e trajetórias políticas para indicar a presença de características associadas a política profissional contemporânea.

Fonte: dados da pesquisa.

## 5.2 QUANDO E PARA QUE SE FALA DE PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA?

A instrumentalização do termo “profissionalização política” dentro dos desenhos de pesquisa estudados foi analisada por meio de duas variáveis, observando se a expressão era usada como variável independente (sendo usada para explicar outros fenômenos) ou dependente (sendo aquilo que se pretende explicar); e o seu perfil enquanto um fenômeno de natureza individual, institucional ou misto. O quadro a seguir relaciona os principais resultados obtidos nessa parte da análise.

**Quadro 5.5 – Textos analisados, pressupostos sobre profissionalização e a função da variável**

<b>Texto</b>	<b>Fator Explicativo Ou A Ser Explicado?</b>	<b>Fenômeno Individual Ou Institucional?</b>
Berkman (2001)	Fator explicativo	Institucional
Black (1970)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Bundi et al (2016)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Clucas (2007)	Fator explicativo	Institucional
Codato (2008)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Cohen (1980)	Fator explicativo	Individual
Corbett (2013)	Fenômeno a ser explicado	Institucional

**Quadro 5.5 – Textos analisados, pressupostos sobre profissionalização e a função da variável (conclusão)**

<b>Texto</b>	<b>Fator Explicativo Ou A Ser Explicado?</b>	<b>Fenômeno Individual Ou Institucional?</b>
Costa, Kerrouche (2009)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Culic (2006)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Demazière, Le Saout (2020)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Demazière, Le Saout (2022)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Dulong, Matonti (2007)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Ferreira, Lemos (2016)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Fiorina (1997)	Fator explicativo	Institucional
Jones (2006)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Kang (2016)	Fator explicativo	Institucional
Kattelman (2015)	Fator explicativo	Institucional
King (2000)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Lima et al (2018)	Fator explicativo	Individual
Maddox (2004)	Fenômeno a ser explicado e fator explicativo	Institucional
Malhotra (2006)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Malhotra (2008)	Fator explicativo	Institucional
Mazzoleni (2006)	Fator explicativo	Institucional
Moncrief (1988)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Moncrief (1994)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Mooney (1995)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Navarre (2014)	Fator explicativo	Ambos
Jimenez (2022)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Oñate (2010)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Owings, Borck (2000)	Fator explicativo	Institucional
Pegurier (2012);	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Perissinotto et al (2017)	Fator explicativo	Individual
Pilotti, Mach, Oscar (2010)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Pow (2018)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Rincón (2011)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Saalfeld (1997)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Sánchez, García (2016)	Fenômeno a ser explicado	Institucional
Sánchez, García (2018)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Silva Jr, Figueiredo Filho (2012)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Squire (1997)	Fator explicativo	Institucional
Uriarte (2000)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Valencia Escamilla (2009)	Fenômeno a ser explicado	Ambos
Verhelst, Kerrouche (2012)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Verhelst et al (2013)	Fenômeno a ser explicado	Individual
Woods, Baranowski (2006)	Fator explicativo	Institucional

Fonte: dados da pesquisa.

Autores que utilizaram “profissionalização” como variável explicativa de outros fenômenos foram, sobretudo, preocupados com o impacto da profissionalização na formação e implantação de políticas públicas ou nas relações entre o Legislativo e outros grupos políticos. A maior parte deles presumia profissionalização como um fenômeno institucional. Nas instâncias onde profissionalização era um fenômeno individual e uma variável independente as preocupações eram mais diversas, conforme demonstrado em quadro a seguir.

**Quadro 5.6 – Questões de estudos que usam profissionalização como variável explicativa**

<b>Relação da profissionalização com</b>	<b>Textos nos quais profissionalização é variável independente</b>
<i>Divided government</i>	Fiorina (1994, 1997); Squire (1997); Kang (2016)
Controle e influência sobre agências administrativas	Baranowski (2001); Woods, Baranowski (2006)
Gastos do legislativo	Owings, Borck (2000)
Gastos do Estado	Malhotra (2006, 2008)
Poder dos líderes legislativos	Clucas (2007)
Condições de lobby	Berkman (2001)
Aumento de grupos de interesse	Kattelman (2015)
Discurso anti-política e legitimação do trabalho parlamentar	Mazzoleni (2006)
Decisão de abandonar a política	Navarre (2014)
Ambição política	Lima et al (2018)
Capacidade de propor leis	Ochoa Jimenez (2022)

Fonte: dados da pesquisa.

### 5.3 CRITÉRIOS PARA DEFINIR E OPERACIONALIZAR PROFISSIONALIZAÇÃO

Lidando originalmente com 70 critérios para definir profissionalização, a agregação dos textos passou por um processo de verificação e classificação que reduziu tais critérios a 12 categorias básicas – a. “Carreirismo”; b. “Savoir Faire”; c. adoção explícita de critérios de outros autores; d. Autonomia e regularidade legislativa; e. Carreira parlamentar longa; f. Dedicção de tempo; g. Experiência e especialização legislativa; h. Perfil Social ou Profissional; i. Recursos institucionais; j. Recursos partidários; k. “Socialização”; l. “Vocação, ideais e percepções” – as quais vão se relacionar a questões como autonomia e funcionamento do legislativo; ao exercício das carreiras; dos recursos disponíveis aos partidos e instituições; profissões de origem dos parlamentares; e a socialização política, o “savoir faire” e a vocação.

#### 5.3.1 Sobre “Autonomia e Regularidade do Legislativo” e a “Adoção explícita de critérios de outro autor”

A categoria “autonomia e regularidade do Legislativo” se refere ao funcionamento institucional da casa legislativa em questão. Inclui medidas de regularidade de sessões do Legislativo, e autores que mencionam auto-regulação do parlamento (p. ex. Corbett 2013), seu funcionamento independente de outros níveis, de outras esferas do poder, e até mesmo insulado de pressões sociais (p. ex. Squire 1997, Kang 2016).

A única operacionalização encontrada para o critério da “regularidade” foi o número de dias em sessão, os demais argumentos são apresentados através da revisão da literatura e afirmações teóricas. O número de dias em sessão também é parte dos índices de King, de Squire e de Kurtz – no entanto, apenas em quatro casos a variável foi aplicada diretamente e de forma não agregada.

**Quadro 5.7 – Textos que aplicam “dias em sessão” como medida empírica de profissionalização**

Fiorina (1994) “Divided Government In The American States: A Byproduct Of Legislative Professionalism?”
Moncrief (1988) “Dimensions of the Concept of Professionalism in State Legislatures: A Research Note”
Moncrief (1994) “Professionalization and Careerism in Canadian Provincial Assemblies: Comparison to U. S. State Legislatures”
Malhotra (2008) “Disentangling the Relationship between Legislative Professionalism and Government Spending”, com adição de instâncias nas quais o legislativo regulamentou uma limitação dos dias em sessão.

Fonte: dados da pesquisa.

A “autonomia legislativa” foi medida através de índices que avaliam o poder do governador do estado, implicando que executivos fortes podem coibir os poderes do parlamento. Os textos que mobilizam “*gubernatorial power*” como variável (Dilger 1995, Mooney 1995, Malhotra 2006 e 2008, Woods e Baranowski 2006, Edelstein 2012) utilizam o mesmo índice, baseado em estudos de Schlesinger (1965) e Beyle (1990, 1999), agregando medidas do poder do governador sobre vetos, orçamento, indicação para cargos políticos e o partido no poder.

“Adoção explícita de critérios de outros autores” foi atribuído a trabalhos onde a profissionalização é variável independente, os autores não sentindo a necessidade de reconstruir um novo índice ou mensuração para seus propósitos. A classificação foi dada apenas quando o autor atesta que usará um índice previamente estabelecido, e não lista especificamente os componentes destes índices. Três definições aparecem nesta categoria: o índice de Squire (1992), o índice de King (1981) e o índice de Kurtz (1992) (ver Quadro 2.1). Todos os autores nesta categoria adotam índices de profissionalização de viés institucionalista, que incluem salários, regularidades de sessão e gastos institucionais com staff e estrutura. Desta forma, todos os trabalhos com esta categoria também receberam as categorias “recursos institucionais” e “autonomia e regularidade do legislativo”.

**Quadro 5.8 – Textos do *corpus* que aplicaram índices de profissionalização formulados em outras obras**

Índice de King	Owings, Borck (2000) "Legislative Professionalism And Government Spending: Do citizen legislators really spend less?"
	Clucas (2007) "Legislative Professionalism and the Power of State House Leaders"
	Maddox (2004) "Working Outside of the State House (and Senate): Outside Careers as an Indicator of Professionalism in American State Legislatures"
Índice de Squire	Squire (1997) "Another Look at Legislative Professionalization and Divided Government in the States"
	Malhotra (2006) "Government Growth and Professionalism in U.S. State Legislatures"
	Malhotra (2008) "Disentangling the Relationship between Legislative Professionalism and Government Spending"
	Kattelman (2015) "Legislative professionalism and group concentration: The ESA model revisited"
Índice de Kurtz	Fiorina (1997) "Professionalism, Realignment, and Representation"
	Malhotra (2008) "Disentangling the Relationship between Legislative Professionalism and Government Spending"

Fonte: dados da pesquisa.

### 5.3.2 Critérios ligados ao exercício de carreiras

Critérios relacionados a carreiras nem sempre significam a mesma coisa. Menções a carreiras políticas passaram a fazer parte de quatro categorias: "Carreirismo", "Carreira parlamentar longa", "Dedicação de tempo" e "Experiência e especialização legislativa". Apesar de parecerem coisas muito similares, a diferenciação deixa claro que existem funções e explanações diferentes para cada uma delas. O mesmo trabalho pode citar categorias distintas: "carreirismo" é acompanhado de "recursos institucionais" com grande frequência; o mesmo ocorre com "carreira parlamentar longa" e "experiência e especialização legislativa". As categorias estão aqui separadas pois se considera que são critérios indicativos de coisas diferentes, e devem ser tratados como tal.

"Carreirismo" foi utilizado para textos onde as condições de carreira seriam indutoras de ambição pessoal – diante dos atrativos e vantagens propiciados pelo Estado, o legislador desejaria ou calcularia racionalmente que exercer carreira é um caminho seguro e lucrativo. É uma medida indireta de recursos institucionais, uma vez que segurança, estrutura, staff e remuneração atrairiam parlamentares "carreiristas", e não há qualquer preocupação em verificar se tais agentes teriam sucesso em suas empreitadas. No entanto, esse argumento foi operacionalizado empiricamente pouquíssimas vezes, costumeiramente utilizando índices relacionados às taxas de renovação.

**Quadro 5.9 – Medidas ligadas às carreiras parlamentares em trabalhos de viés institucionalista**

Fiorina (1994) e Moncrief (1994): Índice de turnover
Woods, Baranowski (2006): “Índice de oportunidades”, calculado pelo número de cadeiras disponíveis no parlamento e proporção de parlamentares reeleitos que as ocupam.
Clucas (2007): “Dead-end legislature” (legislaturas que não oferecem oportunidades de carreira) e “Springboard legislature” (legislaturas vistas apenas como “degraus” para cargos de maior prestígio) – os índices de carreira são extraídos de um texto do autor publicado em 2001 e não são explicadas no artigo de 2007.
Rincón (2011): Índice de oportunidades de avanço segundo obra de Maestas (2000)
Pegurier (2012): Taxas de reeleição e de fracasso eleitoral de incumbents

Fonte: dados da pesquisa.

“Carreira parlamentar longa” se refere a trabalhos onde o parlamentar *consegue* se reeleger e permanecer no parlamento. Está ligada a trabalhos que se importam com a estruturação de carreiras dentro do parlamento, sobretudo como sinal de estabilidade do sistema político. Aqui é listado separado de critérios ligados a experiência fora da casa legislativa em questão pois considera-se que cumprem funções distintas, embora estes sejam estreitamente relacionados e não sejam raras instâncias onde são mobilizados conjuntamente.

“Experiência e especialização política” abrange trabalhos que consideram que carreiras longas não são o bastante, e sim devem ser verticalizadas e seguir um percurso gradual, acumulando experiência em outros níveis ou outros órgãos de governo, o que consiste num aprendizado consistente. Políticos que entram diretamente num parlamento de nível nacional, ou seja, que “queimaram etapas”, seriam desprovidos do saber necessário. Mais além, em alguns dos trabalhos que foram categorizados dessa forma se presume que, numa mesma casa legislativa, alguns políticos podem *ser mais profissionais que outros* graças a seu engajamento e domínio do processo político. Tal fenômeno sendo medido por experiências anteriores em cargos eletivos, sua permanência como parlamentar, ou ainda pela intensidade de sua participação no parlamento, sobretudo em cargos de destaque ou em comissões específicas (p. ex. Valencia Escamilla 2009; Rincón 2011; Lima et al 2018).

“Dedicação de tempo” é uma medida comum em textos que consideram que o político profissional exerce sua função em tempo integral, implicando em abandonar sua profissão de origem a favor de uma dedicação exclusiva, ou quase exclusiva. É usualmente mobilizada em análises de carreiras externas ao parlamento e contextos que permitem cúmulo de mandatos. Nestas obras, o parlamentar profissional nestes textos é idealmente um político em tempo integral, mas, na impossibilidade de fazê-lo – por ausência de remuneração suficiente, por exemplo – ele dedica mais tempo do seu cotidiano a sua atividade política quando comparado a seus pares. É uma variável a respeito do tempo pessoal dos parlamentares, não incluindo

variáveis a respeito do tempo exigido pelas instituições ou frequência de sessões, nem a respeito da *oportunidade* de dedicar tempo, implícita no oferecimento de recursos institucionais.

**Quadro 5.10 – Citações que demonstram os critérios aplicados para relacionar carreiras e profissionalização parlamentar**

<i>Carreiras ascendentes</i>	
Perissinotto, Massimo, Costa 2017	"[...]para se tornar um político profissional, um indivíduo teria que ter ambição suficiente para perseguir um cursus honorum razoavelmente estruturado, de modo a galgar, pouco a pouco, os cargos necessários em direção às posições ascendentes [...] quanto mais profissionalizada é a política, mais longa é a trajetória dos políticos, mais raras são as entradas laterais na atividade, mais rigoroso é o recrutamento, mais escassa é a presença de neófitos nos altos postos [...] quanto mais estruturada a carreira, mais os agentes políticos são instados a se profissionalizarem [...] e quanto mais se profissionalizam, mais institucionalizadas se tornam as carreiras." (p.80)
Saalfeld 1997	"Between 1972 and 1990, the average duration of MP's membership of the Bundestag increased steadily from just over five and a half years to more than eight years [...] Thus, the data provide some support for the assertion that there has been a gradual process of parliamentary professionalisation. [...] German deputies are professional politicians because professional political careers in Germany frequently begin at the local level." (p.35)
Navarre 2014	"Le professionnel de la politique est défini comme celui qui vit de et pour l'exercice des mandats [...] La professionnalisation désigne le processus qui conduit l' élu à adopter de telles pratiques, le menant par exemple à la position de parlementaire ou de membre du gouvernement. [...] la plupart des élus locaux, hommes comme femmes, n'accèdent pas aux échelons politiques les plus élevés. [...] (p. 80) Un mandat local est par définition exercé dans une assemblée locale [...]. Celui de député est un mandat national: le député ne représente pas sa circonscription mais la nation. Il est désigné par une circonscription mais il exprime la souveraineté nationale ou politique. Les mandats locaux, et principalement municipaux, sont des mandats « administratifs » qui n'engagent pas la représentation nationale mais l'administration des affaires locales. Il importe donc de différencier les deux types de carrière, locale et nationale, ce qui n'empêche pas d'articuler ces deux formes d'engagement politique le cas échéant. Nous identifions ainsi dans l'analyse les orientations politiques dites de « professionnalisation » qui amènent à exercer des responsabilités nationales de celles qui conduisent au « métier » d' élu local. (p. 81)
Verhelst, Reynaert, Steyvers 2013	"Councillors who develop long careers via successive terms in office gain experience and skills to function as professionals [...] (an) indicator is councillors' ambitions [...] Professionals typically hold static or – above all – progressive ambitions, aiming to prolong their mandate or continue their career in a higher office. Amateur politicians are more likely to return their mandate to society and make room for new 'citizen-legislators'." (p.283)
<i>Carreira parlamentar longeva</i>	
Cohen 1980	"[...] there was a steady increase in the number of elected deputies who could be classified as professional legislators in terms of either their occupational self-identification, their source of income, or their extended tenure and frequent reelection to assemblies at different levels of the Yugoslav federation." (p.178)
Costa, Kerrouche 2009	Professionalisation – i.e. long-term commitment to a career in politics carried out full-time, providing basic income and a certain position [...] the Fifth Republic laid down the conditions necessary for the National Assembly to become a place for professional politicians. (p.329) It shows that MPs stay in office, that politics becomes their career and replaces any former professional occupation. (p.336)

**Quadro 5.10 – Citações que demonstram os critérios aplicados para relacionar carreiras e profissionalização parlamentar (continuação)**

<i>Carreira parlamentar longeva</i>	
Costa, Kerrouche 2009	it is clear that MPs in France spend a large number of years in office: 41.6 per cent of MPs in the 12th legislature (2002–07) were already in office in 1993; 9.1 per cent were in office in 1981, some 25 years earlier (p.335)
Rincón 2011	[...] el ámbito legislativo es el más potente de aquellos en donde se compite electoralmente, ya que permite establecer importantes redes sociales, contribuye a crear pozos de conocimiento y brinda una mayor visibilidad al político [...] (p.237)
Oñate 2010	“A complementary dimension of the consolidation and professionalization degree of the regional parliamentary elite is the rate of seniority of MPs: the number of previous mandates (previous times being elected) of every MP in their respective legislature.” (p.38)
<i>Experiência política anterior</i>	
Ferreira Lemos 2016	"[...] a profissionalização política depende intrinsecamente de experiência política e de conquistas obtidas ao longo da carreira do indivíduo" (p.143)
Codato 2008	"[...] é suficiente incluir nessa tabulação a categoria 'político profissional'. A grande maioria dos 38 representantes do estado certamente poderia estar contida nela, mesmo aqueles que assumiam pela primeira vez um posto no legislativo. Eram muitíssimo raras as trajetórias realizadas fora da política institucional [...]" (p.96)
Culic 2006	"As expected, the proportion of the political categories “administration” and “government” also increased, as the members of local administrations made their way to national political bodies, and former members of government settled within the Parliament. Both of these trends are symptoms of “professionalization” of the field of politics, as experienced people from the economy and administration enter the legislating body." (p.88)
Rincón 2011	Para clasificar los diputados según su grado de profesionalización, en el presente trabajo se plantea una propuesta de índice [...] la primera dimensión hace referencia a la experiencia política, es decir, a la práctica política prolongada en el tiempo. (p.235) Un político que logra mantenerse ocupando diversos cargos, ya sea de representación, designación o dentro del partido, adquiere conocimientos [...] y crea redes sociales importantes para su actividad política (p. 236)
Pow 2018	"In this article professionalism is distinguished from amateurism purely on the basis of pre-parliamentary experience: professional politicians are individuals who have already worked in the field of politics before getting elected to the federal level[...]" (p.2)
Oñate 2010	"On average the Spanish regional MP is forty-seven years old, similarly to the national legislature. [...] this information seems to reinforce the theory of the professional journey from the regional sphere of government to the national one among most regional Mps [...] having developed a professional career, as it happens in many other parliaments in European countries." (p.31)
Pegurier 2012	"first time deputies are not inexperienced politicians. [...] a high percentage of them have a record of political experience, either in executive or legislative positions, at not only municipal and state level, but in some cases even at national level. [...] compared to the total number of deputies serving in each legislature, the percentage of inexperienced politicians fell [...]. This is undoubtedly a clear index of the increasing professionalization of Brazilian federal deputies" (p. 49 - 50)
<i>Experiência parlamentar</i>	
Ochoa Jimenez 2022	"Legisladores profesionales, en este caso, se consideró aquellos que tuvieron participación como legisladores de forma previa al periodo analizado, sin importar sea de carácter inmediato o no. Los políticos no profesionales, por el contrario, aquellos individuos en los que no se constató una participación legislativa anterior." (p.67)

**Quadro 5.10 – Citações que demonstram os critérios aplicados para relacionar carreiras e profissionalização parlamentar (conclusão)**

<i>Experiência parlamentar</i>		
Valencia Escamilla 2009		La profesionalización del legislador se puede dividir para su estudio en cuatro elementos: la experiencia legislativa, la carrera legislativa, la capacitación y el cuerpo de apoyo legislativo [...] La experiencia legislativa se entiende como el tiempo [...] que un legislador permanece en el Congreso [...] implica aprender o dominar el proceso y la técnica legislativa [...] La carrera legislativa se refiere a los cargos que ocupan los miembros dentro de la estructura de las comisiones, subcomisiones de las cámaras, el trabajo especializado que realizan en ellas y la introducción de iniciativas en términos de producción." (p. 70-72)
<i>Dedicação de tempo</i>		
Uriarte 2000		Mobiliza longevidade de carreira como indicador de que o trabalho parlamentar é o que ocupa a maior parte de tempo.
Bundi, Eberli, Bütikofer 2016		Profissionalização é uma “escala”. Quanto maior a porcentagem de tempo cotidiano dedicado a política, mais profissional é.

Fonte: dados da pesquisa.

Podemos perceber que existe uma gradação em diferentes níveis de exigência a respeito de qual é a intensidade e experiência necessárias para se considerar um parlamentar um político profissional – alguns autores determinam que profissionais possuem carreiras com trajetórias ascendentes e longa experiência prévia; outros consideram o número de mandatos exercidos na casa e, por fim, em certos casos é considerado que ter sido reeleito uma vez bastaria. Em casos onde a dedicação integral é bastante difícil, dedicar quantidade razoável do seu tempo cotidiano seria suficiente.

A operacionalização destes aspectos foi apresentada das seguintes maneiras:

**Quadro 5.11 – Como foram medidas as carreiras parlamentares?**

<i>Medidas de estabilidade e longevidade de carreira parlamentar</i>	
Taxas de conservação e renovação	Silva Junior, Figueiredo Filho (2012)
Parlamentares que foram reeleitos	Silva Junior, Figueiredo Filho (2012)
Anos de carreira parlamentar	Rincón (2011)
Média de anos no parlamento	Saalfeld (1997)
Proporção de parlamentares reeleitos ao menos uma vez	Ochoa Jimenez (2022);
Número de reeleições por parlamentar	Saalfeld (1997);
Número de mandatos exercidos	Lima et al (2018); Pilotti et al (2010);
Proporção de parlamentares com carreira legislativa prévia	Cohen (1980);
Experiência no legislativo local	Valencia Escamilla (2009); Pilotti et al (2010); Oñate (2010)
Anos de experiência política	Ferreira, Lemos (2016)
Diferença da idade de entrada e idade ao final da carreira	Perissinotto et al (2017)
Cargos ocupados antes da legislatura	Codato (2008); Rincón (2011); Sánchez, Garcia (2018); Silva Junior, Figueiredo Filho (2012)

**Quadro 5.11 – Como foram medidas as carreiras parlamentares? (conclusão)**

<i>Medidas de estabilidade e longevidade de carreira parlamentar</i>	
Proporção de parlamentares com experiência política anterior	Oñate (2010); Pow (2018)
Proporção de eleitos sem experiência anterior	Pegurier (2012); Navarre (2014);
Parlamentares com experiência na administração pública	Culic (2006); Perissinotto et al (2017); Valencia Escamilla (2009); Sánchez, Garcia (2018)
<i>Dedicação de tempo a política e especialização do trabalho parlamentar</i>	
Proporção de tempo cotidiano dedicada a política	Costa, Kerrouche (2009); Bundi et al (2016)
Cargos de destaque e liderança no legislativo	Valencia Escamilla (2009); Rincón (2011); Lima et al (2018);
Presença de acúmulo de mandatos	Verhelst et al (2013); Costa, Kerrouche (2009); Mazzoleni (2006); Pilotti et al (2010);

Fonte: dados da pesquisa.

### 5.3.3 Categorias a respeito de recursos disponíveis por partidos e instituições

“Recursos institucionais” se relacionam às possibilidades que o Legislativo oferece a seus membros para que eles efetuem um bom trabalho parlamentar e acompanhem as exigências do campo. O critério mais presente é a presença de salários e remuneração – costumeiramente associados com a possibilidade do indivíduo se dedicar integralmente a seu ofício. A discussão sobre salários está presente na grande maioria das abordagens dos textos, uma vez que “profissão” implica ser capaz de viver com os rendimentos de uma prática, mas apenas é abordada como variável em contextos onde a remuneração parlamentar pode ser desigual, como no caso das legislaturas estaduais dos EUA, ou considerada insuficiente para a dedicação exclusiva, como nas análises de Demazière e Le Saout (2020, 2022) sobre o caso francês, e de Bundi et al (2016) para o caso Suíço. Os textos exclusivamente institucionalistas adicionam aos salários a presença de estrutura física e um corpo de staff profissionalizado<sup>37</sup>, em forma de índices agregados ou não.

“Recursos partidários” incluem auxílio para campanhas e capacitação política dos interessados. Comumente, estão presentes em textos que mencionam que a presença de partidos fortalecidos como uma das causas para o processo de profissionalização de um contexto (Perissinotto et al 2017; Oñate 2010; Mazzoleni 2006). Outro recurso partidário comum é a socialização política – por isso, parte considerável dos textos recebeu a *tag* “recursos partidários” juntamente com “socialização”, onde “recursos” se refere a capacitação e aprendizado político, e “socialização” seria o aspecto de integração ao meio. Raramente os recursos partidários foram operacionalizados, com exceção do texto de Verhelst et al (2013)

<sup>37</sup> Como nos casos das obras de Fiorina (1994, 1997); Maddox (2004); Malhotra (2006, 2008); Moncrief (1988, 1994); Owings, Borck (2000); Squire (1992, 1997); Berry (2000); Bowen (2014); Clucas (2007); Dilger (1995); Edelstein (2012); King (2000); presentes na atual análise.

que lista características sociais que facilitariam o recrutamento por partidos, e Oñate (2010), que alega que o poder dos partidos pode ser comprovado pelo sucesso da implantação da lei de cotas para mulheres, e pelo número de parlamentares que exerceram o papel de “party official”.

#### 5.3.4 O saber formal e as profissões da profissão política

Alguns textos mobilizaram o perfil de instrução ou as categorias profissionais as quais o parlamentar pertenceu antes da política. Recebeu a *tag* “Perfil Social ou Profissional” textos que usam este aspecto do perfil social não como forma indireta de calcular tempo livre ou talentos específicos, e sim que tomam a profissão ou formação como medida direta de sua definição de profissionalização. Estes trabalhos se associam a estudos de elites, sobretudo as mudanças e transições de perfil dos ocupantes do poder, como reflexo das prioridades de uma sociedade e a valorização de capitais sociais ligados a tais prioridades. Isso significa parlamentares que ostentam “perfil técnico” em oposição ao prestígio tradicional das classes anteriormente dominantes, como no caso do estudo de Perissinotto et al (2017) sobre os senadores da primeira república e de Codato (2008) sobre a substituição de “proprietários” por “ocupações intelectuais” no Estado Novo. Cohen (1980) fala de especialistas políticos se tornando parlamentares no parlamento da Jugoslávia entre os anos de 1960 e 1970, como consequência da diminuição de espaço para tais especialistas no aparato do partido, e como tais especialistas exercem seu papel parlamentar por períodos mais longos e com maior intensidade de participação, sendo políticos profissionais apesar de tal perfil ser considerado indesejado sob a ótica dos ideais socialistas de participação popular.

#### 5.3.5 A socialização política, o “*savoir faire*” e a vocação

“Socialização” então, conforme mencionado, denota trabalhos que mencionam que a profissionalização política depende de uma integração a um meio social distinto. Isso inclui a filiação a partidos estruturados, a “preparação” para a vida política recebida através da familiares e ativismo político, e uma aceitação de um político por seus pares. Inclui trabalhos que mencionam que as características pessoais devem ser suplantadas pelo aprendizado de “*ethos*” único ao círculo parlamentar (Culic 2006; Dulong, Matonti 2007), trabalhos que utilizam variáveis a respeito de ‘herança política familiar’ (Verhelst, Kerrouche 2012; Verhelst et al 2013) e quando características pessoais são usadas como indicador único de que o indivíduo seria visto com bons olhos por agentes que poderiam ser considerados

*gatekeepers* do meio político, como recrutadores e lideranças políticas estabelecidas (Verhelst et al, 2013).

“*Savoir faire*” aqui indica trabalhos que apontam que um político profissional precisa não ser especialista apenas no funcionamento protocolar e burocrático de sua prática, mas saber como agir e se comportar. Inclui boa imagem, domínio da retórica, habilidades de negociação, e a capacidade de ser ouvido por seus pares. Um político incapaz de reproduzir os “modos de agir” e as regras invisíveis do parlamento seria incapaz de coordenar suas ações com outros políticos; e um político que não possuísse o dom da retórica e da negociação não poderia se tornar popular com os grupos sociais dos quais ele depende para ser eleito. Frequentemente aparece junto de argumentos a respeito da socialização, mas não necessariamente. A socialização é um processo externo exercido sobre o indivíduo, e o “*savoir faire*” tem a ver com aquilo que já foi devidamente internalizado. Este critério se relaciona com obras que ditam que políticos mais profissionalizados teriam *formação ou experiência em áreas que exercitam a oratória e a negociação* (Offerlé 2017), também denominadas de “*brokerage occupations*”<sup>38</sup> (Fiorina 1997).

“Vocação, ideais e percepções” é uma categoria referente a textos que mobilizam a vontade e os motivos de um indivíduo adentrar o meio político. Costumeiramente ligados a trabalhos com entrevistas diretas, se reconhece que o esforço necessário para romper as barreiras iniciais para estabelecimento de uma carreira dependeria de uma convicção pessoal considerável. Isso implicaria em suas vontades de servir ao bem comum, e possuir uma impressão positiva a respeito do trabalho político. Em termos de formato, o único critério desta categoria que foge aos moldes é “vocação precoce”, ou seja, autores que determinam que um político profissional inicia sua carreira e engajamento mais cedo que os demais – esta categoria está ligada não a opiniões e relatos, mas cálculos ligados a idade do parlamentar.

Tanto os fatores de socialização, vocação e o “*savoir faire*” dificilmente foram operacionalizados pelos trabalhos do presente *corpus* de análise, embora sejam pressupostos comuns em trabalhos de viés sociológico. A operacionalização se deu em artigos cujos autores puderam aplicar entrevistas estruturadas. As questões mobilizadas para isso constam a seguir:

---

<sup>38</sup> Numa tradução livre seriam “profissões mediadoras”, ou seja, ofícios cuja atividade seja focada em argumentar, negociar ou resolver conflitos.

**Quadro 5.12 – Como artigos analisaram motivações e socialização política?**

Black (1970)	Como o indivíduo identifica seu papel no cargo? É reconhecida a existência e vista de forma positiva as práticas de negociação na política local? Deseja seguir carreira política?
Rincón (2011)	Em que ano começou a militar num partido político pela primeira vez?
Verhelst, Kerrouche (2012)	Possui familiares com carreira política? Ao se tornar candidato, quanto importantes, numa escala de zero a quatro, foram os seguintes motivos: atuação política como dever cidadão; desejo de influência sobre questões específicas; ‘interesse geral’ em política; desejo de servir ao partido; desejo de iniciar uma carreira política. Participou de sindicatos, organizações profissionais, grupos humanitários, associações esportivas, movimento de mulheres, grupos de ativismo ambiental, ativismo de minorias étnicas, organização religiosa, associação de vizinhança ou outras organizações? Foi membro de partido político antes de ser eleito?
Verhelst et al (2013)	Importância das seguintes motivações políticas: dever cidadão; interesses específicos; ‘interesse geral’ em política; dever para com o partido; desejo de iniciar uma carreira política. Foi socializado por familiares políticos, partidos políticos ou em atuação comunitária? Recebe suporte de líderes locais? E de seu partido?
Uriarte (2000)	Partindo de entrevistas abertas, os argumentos para justificar a dedicação a política são ordenados pela frequência que foram mencionados.

Fonte: dados da pesquisa.

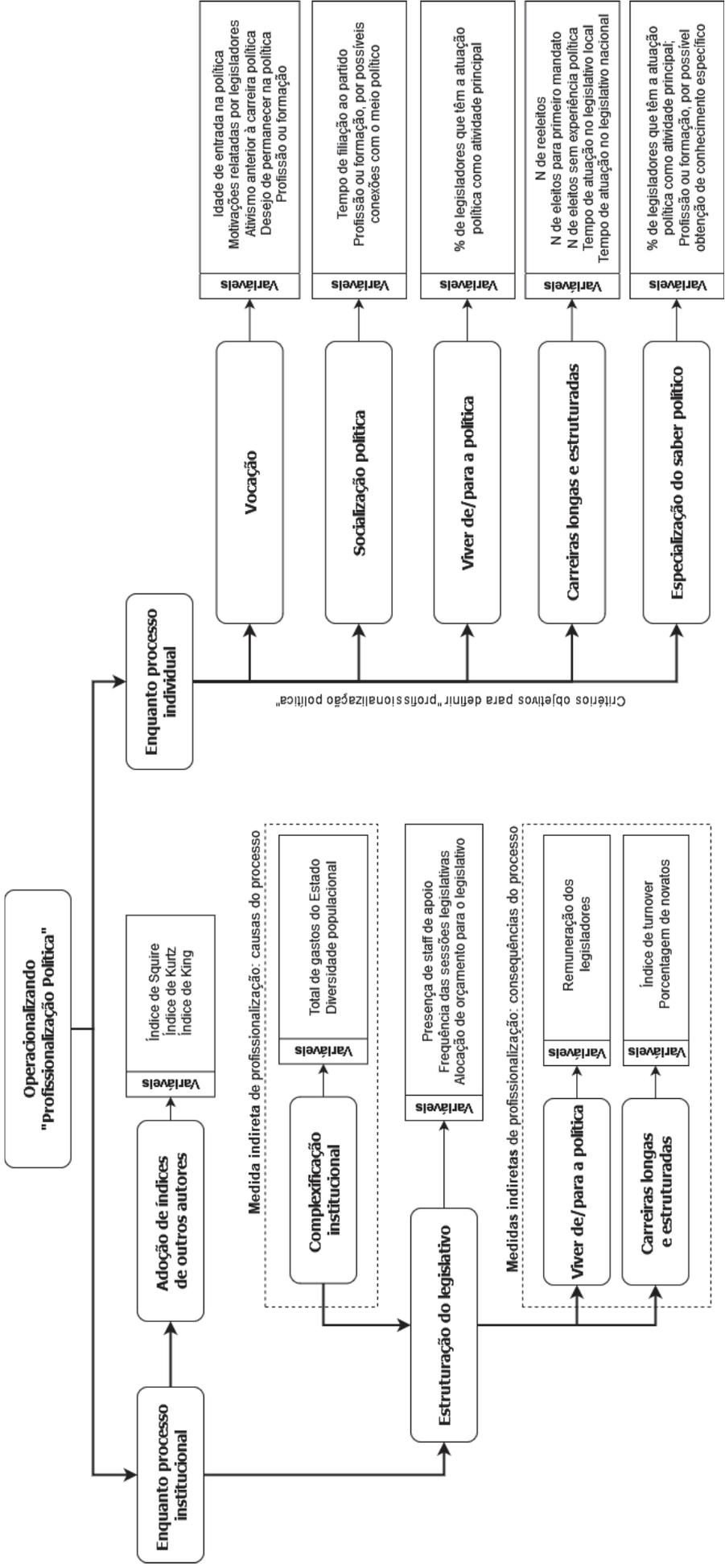
Os fatores de socialização, vocação e motivações também foram foco dos estudos que aplicam entrevistas em profundidade, no entanto os autores não expõem com qual pergunta o assunto foi abordado.

### 5.3.6 Algumas conclusões a respeito de abordagens e suas variáveis associadas

Na Figura 5.1, é ilustrada a operacionalização empírica dos critérios para determinação do processo ou fenômeno de profissionalização: em estudos onde a profissionalização é o foco central da pesquisa, vemos uma variedade de formas de determinar se existem carreiras longas e bem estruturadas – por vezes, se determinou que políticos profissionais seriam, ao menos, aqueles que fossem bem sucedidos em uma reeleição. Em outras instâncias, foi dada importância à atuação política no legislativo local, demonstrando uma carreira ascendente que permita o desenvolvimento das habilidades necessárias para inserção nas Câmaras nacionais. É pelas mesmas razões que foram encontradas variáveis relativas a políticos sem nenhuma experiência política prévia – a “queima de etapas” sendo vista como a ausência dessa estrutura que exige legisladores com maior experiência, embora possa ser contrabalanceada por medidas que procurem entender a presença de socialização política externa à política formal.

Relaciona-se com este tópico as medidas relacionadas à vocação para o trabalho político. Alguns autores mencionam que a vocação deve ser manifestada precocemente, por tal motivo a idade de entrada na política é variável mobilizada em alguns trabalhos (Allen et al 2020; Ferreira, Lemos 2016; Perissinotto et al 2017; Verhelst et al 2013). A idade também foi mobilizada como medida indireta de presença de carreira anterior à política (Bundi et al 2016; Codato 2008; Mazzoleni 2006; Oñate 2010; Pilotti et al 2010; Rincón 2011; Saalfeld 1997). Alguns estudos que aplicaram análise de entrevistas e *survey* puderam investigar motivações para início da carreira pública, bem como buscaram entender quando ou em quais condições um parlamentar abandonaria seu posto. Seriam de mais forte vocação aqueles que enfaticamente manifestam que desejam permanecer em seus cargos por muito tempo. Outro aspecto mencionado é a atividade em movimentos sociais, ativismo político ou militância partidária anterior à eleição. A proximidade de um parlamentar com seu partido, mencionada como um critério para profissionalização, é operacionalizada através do tempo de filiação.

Figura 5.1 – Critérios objetivos citados para definição de “profissionalização política” e variáveis de operacionalização empírica



Fonte: dados da pesquisa.

A profissão, ocupação ou formação dos legisladores aparece frequentemente (p.ex. Mazzoleni 2006; Allen et al 2020; Costa, Kerrouche 2009; Codato 2008; Pilotti et al 2010), como medida empírica relacionada a diversos critérios; é uma forma útil de medir conexões e fontes de socialização que facilitem a carreira parlamentar; também podem ser fonte de conhecimento especializado, ou ainda pode existir ênfase nas “*brokerage occupations*”, com suas vantagens já mencionadas na seção anterior; mas a função mais diretamente observada foi como ilustração das fontes de capital social privilegiado e possíveis mudanças nessas fontes (Codato 2008; Pilotti et al 2010)

“Viver de e para a política”, apesar de ser fortemente mencionado como critério que determina a profissionalização legislativa, dificilmente recebeu uma verificação empírica, exceto nos poucos casos que eram centrados na remuneração e acúmulo de mandatos (Demazière, Le Saout 2022). Carreiras longas e com início precoce seriam a forma corrente de mensuração, sempre presumindo ou ignorando o papel dos recursos institucionais recebidos.

### 5.3.7 Variáveis para medir profissionalização em análises institucionais

Os estudos identificados como tendo viés institucionalista, que analisam casas legislativas e legislaturas como um coletivo monolítico ou por seus recursos e funcionalidade, tiveram prioridades mais claras e menos diversidade de variáveis. Nestes casos, os critérios aplicados para indicar a ocorrência de profissionalização foram medidas de complexificação institucional e complexificação do processo legislativo, onde o “carreirismo” era esperado, mas as carreiras existentes eram irrelevantes. Também deve ser notado que mesmo em estudos onde a profissionalização era o processo a ser explicado, ainda foram encontradas instâncias onde autores mobilizaram índices criados por outros autores (conforme já mostrado no Quadro 2.1) como medidas complementares. Sob essa ótica, sessões frequentes e boa remuneração significam que não há necessidade de uma profissão paralela, tampouco tempo para dedicação a múltiplas carreiras, mas não é vista necessidade de verificar se tais carreiras realmente se concretizam – e o trabalho de Moncrief (1994) sobre o caso canadense demonstra justamente que recursos institucionais não são bastam por si só.

A “complexificação institucional” foi manifestada através de variáveis ilustrando os gastos totais do Estado e a diversidade populacional - ambos fatores que ilustram o aumento das demandas impostas aos governos, demandando uma administração mais

institucionalizada. O processo legislativo se tornar mais complexo também foi apontado como critério para determinar a profissionalização de uma casa legislativa, medida através do tamanho ou gastos com um *staff* profissional que dê apoio ao funcionamento institucional, e a alocação de recursos estatais especificamente para a Câmara. A frequência e regularidade de sessões legislativas, combinada ao salário ou compensação oferecida aos legisladores, eram as únicas medidas que implicavam a presença de políticos profissionalizados. Embora a frequência de sessões do Legislativo possa também ser uma variável voltada a essa dedicação exclusiva à política (conforme mencionado no trecho anterior), uma vez que atividade intensa pode impedir carreiras paralelas, a intensidade do trabalho parlamentar certamente foi tomada mais como indicação de uma regularidade que indica burocratização do processo legislativo.

A presença de variáveis de renovação, como índices de *turnover*, vêm acompanhadas da ideia de que a alta renovação é vista como um fator desfavorável, embora não se pretenda estudar as condições individuais de trabalho para compreender as motivações envolvidas. Ainda no âmbito de “problemas relacionados”, a profissionalização institucional foi tomada como fator de influência ou de apoio para investigação de outros fenômenos, como a composição partidária da legislatura, buscando entender qual seria o partido dominante no parlamento; esse objeto de análise se apresentou em estudos onde a profissionalização se apresentava como variável independente, sob o argumento que a institucionalização seria favorável a instâncias nas quais o Executivo e o Legislativo se encontrariam sob conflito. Essa discussão sobre um “governo dividido” recebeu contribuições constantes (p.ex. Fiorina 1994, 1997; Squire 1997) durante a década de 90. Esse debate também trazia variáveis referentes a anos de eleições locais ou nacionais, como as variáveis “ano sem eleições”, “ano de eleição presidencial”, “ano de eleições estaduais”, “ano de *midterm elections*” mencionadas por Fiorina (1994, 1997).

Todas as menções a atributos socioeconômicos e dados dos eleitores se referiam a índices de nível estadual (Malhotra 2008; Owings, Borck 2000) em estudos a respeito dos EUA, que desejavam compreender se a profissionalização causa aumento de gastos dos governos – ou se, na verdade, a profissionalização ocorreu, pois, um estado que aumenta seus gastos precisa administrá-los melhor. O monólito de estudos sobre especificidades de dados parlamentos, sobretudo o Congresso dos Estados Unidos, também é verificado pela ausência de estudos comparativos - com exceção dos estudos que comparam parlamentos estaduais ao US Congress, e uma tentativa de comparação entre países (no caso, Canadá e EUA), que apenas comparava resultados sem executar análise conjunta de ambos os casos.

## 6 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ESTUDOS SOBRE POLÍTICOS PROFISSIONAIS

Conforme proposto em capítulo anterior, a atual tese objetiva compreender se o termo “profissionalização política” foi aplicado a fenômenos muito distintos, e sugerir algumas formas de mensuração do processo que gera legisladores profissionais. Com base no estudo conduzido até aqui, é proposto um novo *framework* para diferenciar os múltiplos fenômenos e processos costumeiramente elencados como “profissionalização política”, resumido na Figura 6.1.

Figura 6.1 – Proposta de nomenclatura e operacionalização para profissionalização parlamentar e conceitos auxiliares



Fonte: A Autora (2024).

Conforme vimos, a primeira diferença é entre estudos que consideram que a profissionalização é um fenômeno ligado às *instituições políticas*, e aqueles que consideram que são os *agentes* políticos que se tornam profissionais. A estruturação institucional que permite a profissão parlamentar é definitivamente indissociável do aparecimento de políticos profissionais, mas a forma de tratamento dispensado aos objetos, as variáveis envolvidas nesses estudos, e o nível de abstração dos textos indica que a mesma nomenclatura foi atribuída a duas partes muito distintas de um processo de consolidação do meio político, ao quadro resultante dele, ou ainda a possíveis “aprofundamentos” das qualidades observadas.

Propõe-se então que as duas condições prévias necessárias para o exercício da política profissional – o que impulsiona o desejo individual de buscar uma carreira no mundo político e quais são as condições de exercício dessa carreira – recebam respectivamente o nome de “Ativação Política” e “Estruturação Legislativa”.

A “ativação política” se refere ao despertar do interesse e engajamento e ao início das carreiras políticas – meios de socialização como partidos, família e associações; formas de ativismo político; e motivações pessoais e relatos sobre vocação e ideais. Também podem ser relacionados a esse processo indicadores de “perfil social”, como profissão, educação formal e outras variáveis ligadas ao *background* do aspirante ou parlamentar. O argumento para inclusão desses indicadores é que o perfil individual é muitas vezes um critério para o recrutamento por partidos políticos, assim como é a origem de possíveis afinidades e talentos que serão posteriormente desenvolvidos. Esse aspecto também permite verificar quais grupos sociais se encontram em desvantagem para iniciar suas carreiras. Assim, consideramos aqui “ativação” como o impulso necessário para o “tornar-se político”, sobretudo considerando que a construção de uma trajetória política implica em riscos consideráveis, como aqueles envolvidos no abandono da profissão de origem, e alguns grupos sofreriam mais que outros com as consequências de um possível fracasso, e teriam menos acessos aos cenários que transformam o desejo e intenção de estar na política em um ingresso real no meio.

A transformação de uma casa legislativa num ambiente profissionalizado, que se propõe chamar de “Estruturação Legislativa”<sup>39</sup>, consiste nos aspectos e recursos institucionais que formam o aparato e as ferramentas para que o parlamentar possa exercer sua função em tempo integral, não dependendo de recursos externos a política.

---

<sup>39</sup> Optou-se por não usar palavras referentes a profissão, pois a estrutura sozinha não pode fazer o trabalho, tanto como um escritório muito bem equipado não produz sem seus funcionários. E mesmo com a presença de *staff*, um órgão político desprovido de políticos se tornaria uma agência burocrática.

Considera-se que o político profissional é aquele que exerce *necessariamente* a profissão em tempo integral, e deve ter *necessariamente* a política como ocupação principal e como fonte primária de recursos. Dizemos aqui “principal” e não exclusiva pois seria bastante difícil comprovar e medir influências externas, e seria nada realista denominar como “político profissional” apenas indivíduos que abandonaram quaisquer outros interesses. Assim, o exercício pode ser verificado através da assiduidade nas sessões parlamentares, presumindo que um parlamento de funcionamento regular não deixaria muito tempo livre para exercício de outros ofícios.

Como instituições bem estruturadas demandam um trabalho especializado, a construção das carreiras políticas é o fator aqui recomendado como medida de profissionalização parlamentar. Um parlamentar profissional é então aquele que tem expertise o suficiente para ser legitimado a ascender ao cargo, e cujo trabalho teve sucesso o suficiente para que nele permanecesse. Assim, é sugerido que sejam considerados a “expertise política”, calculada pelos cargos ocupados fora do parlamento, e “sucesso parlamentar”, deduzido a partir do número de reeleições. Um político que teve prática política anterior possui a expertise para ser considerado um profissional ao assumir cadeira do parlamento que ocupa; já um parlamentar desprovido de experiência fora do parlamento só pode ser considerado um profissional caso consiga desenvolver a expertise necessária já inserido dentro da casa legislativa e dela consiga obter recursos e condições para continuar sua carreira; tal evolução seria comprovada pela conquista de uma reeleição.

Considerando que as condições institucionais e a presença da “ativação política” são condições *necessárias* para profissionalização individual, e profissões necessariamente são uma atividade exercida em troca de alguma remuneração, dois tipos de caso precisam ser considerados como “tipos incompletos”: quando há ausência de recursos institucionais, mas os membros de um parlamento ainda são dedicados e especializados; e quando há ausência de engajamento e especialização, apesar do oferecimento de amplos recursos para o trabalho parlamentar. Um político que constrói carreira sem que exista uma instituição parlamentar estruturada o suficiente para oferecer recursos para dedicação exclusiva – ou seja, políticos que vivem para a política em situações onde não é possível viver dela – recebem a denominação de “Adepto político”. No caso oposto, onde as oportunidades e recursos oferecidos pelo parlamento são plenos, porém não resultam na dedicação e especialização de seus membros, e sim num aglomerado de indivíduos que buscam tão somente ocupar cargos

mais altos e pretendem abandonar o parlamento assim que possível, é sugerida a denominação “Político de carreira”.

Acompanhando essa delimitação do que é um legislador profissional, devemos mencionar cenários onde a profissionalização parlamentar é generalizada, e surgem perfis considerados “mais profissionais” em um ou outro aspecto. Trabalhos sobre o Reino Unido, por exemplo, recentemente têm discutido o surgimento de parlamentares desprovidos de experiência fora do meio político e de suas estruturas, que iniciam suas carreiras muito cedo e trabalham desde sempre com o parlamento, em ofícios como o de assessor. Esses “neoprofissionais” são denominados nestes textos como “*career politician*” - políticos de carreira – mas tal termo pode se confundir com a presença de parlamentares que exerceram grande número de mandatos. Assim, se propõe a denominação “parlamentar orgânico” aos indivíduos que não possuem experiência externa a política, e cujas trajetórias de socialização foram feitas apenas dentro de instituições políticas, ou voltadas para o fim específico de inserção nelas.

Outra abordagem que alega que determinados políticos seriam “mais profissionais” que seus pares é aquela que considera que aqueles que têm maior produção legislativa e ocupam posições de destaque em comitês e debates seriam “mais profissionais”. Para diferenciar tais indivíduos, que são tão profissionais quanto seus pares, mas são mais produtivos e mais engajados, é proposto o termo “parlamentar especialista”. Entendemos que a Ciência Política brasileira possui a expressão “Alto Clero” para denominar parlamentares de grande destaque e capacidade de articulação política, mas esse termo tem viés muito mais ‘reputacional’, focado na influência dos parlamentares, e não exatamente na produção e participação legislativa.

## 7 CONCLUSÕES

Argumenta-se na presente tese que o conceito de “profissionalização política” foi operacionalizado com uma vasta miríade de critérios, e pressuposto através de grande diversidade de teorias. Mesmo ignorando acepções de senso comum em favor de uma Ciência Política mais “tradicional”, encontramos múltiplas definições para o termo. Por exemplo, trabalhos que escolhem preferir a definição que demanda que “profissão” seja explicitamente a fonte de renda e a principal ocupação dos políticos, e favorecem um foco exclusivo em carreiras políticas, combinadas ou não a estudos de perfil societal. Ou trabalhos que consideram que a especialização derivada de carreiras longevas e o aprendizado das rotinas parlamentares é irrelevante diante de um monólito de regras homogeneizantes, como as experienciadas por profissionais que seguem diretrizes de seus conselhos de classe. Não há exatamente um consenso de quais aspectos são necessários e quais são dispensáveis na definição do fenômeno, embora pareça haver um entendimento comum de que a profissionalização seria um fenômeno gradual ou mesmo contínuo, o que o faz ser costumeiramente medido em seu contexto como algo relativo ou comparado, seja a outra época, outra instituição política, ou entre parlamentares de uma mesma casa – mas dificilmente há uma delimitação clara de a partir de qual momento um amador pode ser tido como efetivamente profissionalizado; ou quando uma legislatura é regular ou estruturada o suficiente para ser absolutamente profissionalizada.

No trecho teórico do capítulo 2, foi defendida a ideia de que existem ao menos duas grandes definições de “profissionalização”, uma focada apenas no processo de desenvolvimento das instituições, e uma que considera que políticos se profissionalizam enquanto indivíduos. Essa segunda definição, no entanto, após investigação mais detalhada, está relacionada a uma multiplicidade de critérios, desde a vocação e motivações pessoais até a exigência de atuação longeva e especializada, por vezes até mesmo apontando sujeitos que, além de especializados, teriam trajetória comparativamente “mais produtiva” ou de maior destaque que a de outros eleitos numa mesma casa.

Para organizar as diferentes abordagens e definições da “profissionalização política”, foram analisados artigos da área da Ciência Política. O processo foi iniciado por um conjunto de 20 artigos recomendados por especialista, e expandido através da coleta das referências bibliográficas de cada artigo, e de uma lista de trabalhos que citaram tais artigos, segundo o *Publish or Perish*. A coleta não foi exaustiva, ainda que tenha sido interrompida quando o

ciclo passou a trazer mais textos repetidos do que novo material; no entanto, consideramos que a amostra trouxe uma variedade de temas, abordagens e objetos bastante relevante. Todo o material obtido passou por um processo de filtragem com dois codificadores até obtenção do conjunto de 66 textos a serem analisados. Os textos foram submetidos a um processo de CAQCA – *Computer Assisted Qualitative Content Analysis*, ou seja, análise de conteúdo qualitativa com auxílio de *software*. A codificação e atribuição de marcadores aos artigos usou como base uma lista de informações fixas a ser coletada e, no presente texto, são expostos o contexto dos artigos, seus objetos de investigação, as técnicas neles aplicadas e, principalmente, os critérios objetivos usados para definir profissionalização política e de qual forma os autores decidiram operacionalizar estes critérios empiricamente.

Por estarmos lidando com um conjunto de textos muito heterogêneo, os textos recomendados por especialista (a “geração zero”) passaram por uma revisão narrativa ao invés de ter seus aspectos coletados através da análise de conteúdo, uma vez que alguns deles sequer teriam alguns dos tópicos que era pretendido marcar e codificar. No entanto, a grande pluralidade de abordagens e temas nos permitiu contato com quantidade impressionante de definições e discussões sobre o fenômeno da profissionalização política. Além de textos dos conjuntos “institucionalista” e “sociológico” (em grosseira simplificação), alguns textos ofereciam um olhar bastante crítico a validade das medidas e definições aplicadas por outros autores (DeFelice 1981, Allen 2015, Mancini 1999, Michon 2018, citando alguns); outros, ainda, traziam objetos de pesquisa bastante diferentes, como o texto de Greenstein (2009) sobre o comportamento e características psicológicas de um ex-presidente estadunidense, o estudo de Moens (2017) sobre a profissionalização das campanhas e funcionários de partidos políticos, e o texto de Budge e Farlie (1975), que não menciona profissionalização diretamente, porém traz um importante problema relacionado a ela: a discussão sobre recrutamento político.

Ao analisar os resultados da análise de conteúdo, foi observado que “profissionalização política” foi o nome dado a diversos momentos do processo de integração de um indivíduo ao meio político, com critérios cujos níveis de exigência e formas de operacionalização diferiam substancialmente. Aquilo que chamamos de “estudos de viés institucionalista” eram o grupo com maior consistência interna, graças ao grande conjunto de textos dos EUA sobre seus parlamentos locais, e aquele de trabalhos de pesquisadores de outros países que tentaram reproduzir os modelos de análise estadunidenses. Apesar da

coerência e solidez destes modelos e índices, é evidente que são baseados em pressupostos e perspectivas que dificilmente conseguem ser adaptadas a estudos de outros países.

Muitos dos artigos analisados apresentavam justificativas e lógica bastante coerentes e bem construídas, o que nos indica que o problema do conceito de profissionalização política não é a subjetividade em seu uso, mas a acentuada divergência nas acepções que são atribuídas ao termo. Esta cacofonia conceitual tende a impedir a construção de um debate teórico, uma vez que (num exemplo extremo) cada autor pode criar sua própria acepção e critérios do que seria necessário para determinar um processo de profissionalização, é possível que assim comprove a presença ou ausência de profissionalização de acordo com o que suas convicções ou sua intuição apontar.

Esta dificuldade de definição também se reflete nos pressupostos valorativos dos autores – não entendendo exatamente o que profissionalização significa, pouco se pode falar a respeito dos efeitos dela. Quase todos os argumentos valorativos ou que abordam as “consequências” da profissionalização vem de argumentos *a priori* retirados da literatura ao invés de serem produtos da análise em curso. O mesmo ocorre com as “causas” da profissionalização. No caso das trajetórias individuais, deve ser salientado que a proporção de artigos que utilizavam métodos qualitativos era bastante pequena, o que prejudica a investigação de aspectos como a dedicação de um ator político, suas motivações e socialização. No caso dos estudos cujo argumento central é voltado à estrutura legislativa, existe a necessidade de definições que não sejam baseadas em comparações com outros parlamentos, e sim preferencialmente centradas na “suficiência” dos recursos, assim como na regularidade e autonomia das Câmaras e governos.

Embora seja necessário que se questione uma definição de “político profissional” baseada em critérios do início do século XX, que, portanto, não poderiam levar em consideração diversos perfis dos tempos modernos, é imperativo que antes de qualquer desconstrução, reconstrução ou rejeição do conceito, este seja definido de forma clara. Admite-se que a proposta construída ao longo desta tese, que divide as várias definições de profissionalização política em seus dois antecedentes necessários (a “ativação política” e a “estruturação legislativa”) e uma definição centrada em experiência e engajamento; somada a definição de perfis onde alguma das condições necessárias esteja ausente (o “adepto político” e o “político de carreira”), e dois perfis derivados de variações dentro de contextos políticos onde já existe profissionalização (os parlamentares “orgânicos” e “especialistas”) não solucionam todos os problemas metodológicos que permeiam o subcampo de estudos analisado,

mas se espera que seja uma incitação ao pesquisador da área para questionar a caixa de ferramentas com a qual de trabalha tantos problemas basais na Ciência Política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, P. and Cairney, P. 2015. “What Do We Mean When We Talk about the “Political Class”?”, *Political Studies Review*, 15(1), pp. 18–27.
- Allen, Nicholas, Gabriele Magni, Donald Searing, and Philip Warncke. 2020. “What is a career politician? Theories, concepts, and measures.” *European Political Science Review* 12 (2): 1-19. 10.1017/S1755773920000077.
- Arksey, Hilary, and Lisa O’Malley. 2005. “Scoping studies: towards a methodological framework.” *International Journal of Social Research Methodology* 8 (1): 19-32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>.
- Baranowski, M. 2001. “Legislative professionalism and influence on state agencies”, *Politics and Policy*, 29(1), pp. 147–161.
- Beyle, T. L. 1990. The Governors, 1988-89. *The Book of the States*, 91.
- Beyle, T. L. (Ed.). 1999. *State and Local Government, 1999-2000*. SL: CQ-Roll Call Group Books.
- Best, Heinrich, and Lars Vogel. 2017. “Representative Elites.” In *The Palgrave Handbook of Political Elites*, edited by Heinrich Best and John Higley, 339–362. N.p.: Palgrave Macmillan UK.
- Berkman, M. B. 2001. “Legislative Professionalism and the Demand for Groups: The Institutional Context of Interest Population Density”, *Legislative Studies Quarterly*, 26(4), p. 661. doi: 10.2307/440274.
- Berry, W. D., Berkman, M. B. and Schneiderman, S. 2000. “Legislative Professionalism and Incumbent Reelection: The Development of Institutional Boundaries”, *American Political Science Review*, 94(4), pp. 859–874.
- Black, Gordon S. 1970. “A theory of professionalization in politics.” *American Political Science Review* 64 (3): 865-878. 10.2307/1953468.
- Borchert, Jens. 2003. “Professional Politicians: Towards a Comparative Perspective.” In *The Political Class in Advanced Democracies: A Comparative Handbook*, edited by Jens Borchert and Jürgen Zeiss, 1-25. N.p.: OUP Oxford.
- Bowen, D. C. and Greene, Z. 2014. “Should we measure professionalism with an index? A note on theory and practice in state legislative professionalism research”, *State Politics and Policy Quarterly*, 14(3), pp. 277–296.
- Bowman, Ann O’M., and Richard C. Kearney. 1988. Dimensions of state government capability. *Western Political Quarterly* 41:341-62

- Budge, I. and Farlie, D. 1975. "Political Recruitment and Dropout: Predictive Success of Background Characteristics over Five British Localities", *British Journal of Political Science*, 5(1), pp. 33–68.
- Bundi, P., Eberli, D. and Bütikofer, S. 2016. "Between Occupation and Politics: Legislative Professionalization in the Swiss Cantons", *Swiss Political Science Review*, 23(1), pp. 1–20.
- Cairney, Paul. 2007. "The Professionalisation of MPs: Refining the "Politics-Facilitating" Explanation." *Parliamentary Affairs* 60, no. 2 (Apr): 212–233. 10.1093/pa/gsm006.
- Chen, Chaomei. 2018. "Cascading Citation Expansion." *arXiv preprint arXiv:1806.00089*.
- Citizens Conference on State Legislatures (CCSL). 1971. *The sometime governments: A critical study of the 50 American legislatures*. New York: Bantam.
- Clucas, Richard. 2007. "Legislative Professionalism and the Power of State House Leaders." *State Politics and Policy Quarterly* 7 (1): 1-19.
- Codato, Adriano. 2008. "A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo." *Revista de Sociologia e Política* 16:89-105. 10.1590/S0104-44782008000100007.
- Cohen, Lenard J. 1980. "Politics as an Avocation: Legislative Professionalization and Participation in Yugoslavia." *Legislative Studies Quarterly* 5, no. 2 (May): 175-209. 10.2307/439540.
- Corbett, J. 2013. "Politicians and Professionalization in the Pacific Islands: Revisiting Self-Regulation?", *Politics and Policy*, 41(6), pp. 852–876.
- Costa, O. and Kerrouche, E. 2009. "MPs under the Fifth Republic: Professionalisation within a Weak Institution", *West European Politics*, 32(2), pp. 327–344.
- Cowley, P. 2012. "Arise, Novice Leader! The Continuing Rise of the Career Politician in Britain", *Politics*, 32 (1), 31–8.
- Culic, I. 2006. "From Amateur Revolutionaries to Professional Politicians: The Transformation of the Romanian Political Elite, 1990-2004", *International Journal of Sociology*, 36(1), pp. 69–92.
- DeFelice, E. G. 1981. "Separating Professionalism from Pragmatism: A Research Note on the Study of Political Parties", *American Journal of Political Science*, 25(4), p. 796.
- Dequech, David. 2007. "Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics." *Journal of Post Keynesian Economics* 30 (2): 279-302. 10.2753/PKE0160-3477300207.
- Demazière, D. and Le Saout, R. 2020. "La rémunération des élus: L'inégal accès à la professionnalisation politique", *Terrains & travaux*, 35(2), pp. 91–112. doi: 10.3917/tt.035.0091.
- Demazière, D. and Le Saout, R. 2022. "Que signifie vivre de ses mandats?", *Politique et Sociétés*, 41(1), p. 59.

Dilger, R. J., Krause, G. A. and Moffett, R. R. 1995. "State Legislative Professionalism and Gubernatorial Effectiveness, 1978-1991", *Legislative Studies Quarterly*, 20(4), pp. 553–571.

Downs, Anthony. 1957. *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row.

Dulong, D. and Matonti, F. 2007. "Comment devenir un(e) professionnel(le) de la politique ? L'apprentissage des rôles au Conseil régional d'île-de-France", *Sociétés & Représentations*, 24(2), p. 251.

Edelstein, A. M. 2012. "Causes and Effects: An Examination of Legislative Professionalism as an Independent and Dependent Variable in State Legislatures", *Honors College Capstone Experience/Thesis Projects*, Paper 344.

Favin, Michael, Robert Steinglass, Rebecca Fields, Kaushik Banerjee, and Monika Sawhney. 2012. "Why children are not vaccinated: a review of the grey literature." *International Health* 4 (4): 229-238. 10.1016/j.inhe.2012.07.004.

Felizardo, K. R., E. Mendes, M. Kalinowski, E. F. Souza, and N. L. Vijakumar. 2016. "Using forward snowballing to update systematic reviews in software engineering." *Proceedings of the 10th ACM/IEEE International Symposium on Empirical Software Engineering and Measurement*, (Sep), 1-16.

Ferreira, A. P. L. and Lemos, M. W. de. 2016. "Entre a burocracia e a Câmara Federal: a profissionalização dos deputados federais no período de 1946 a 1964", *Revista Política Hoje*, 25(1), pp. 135–152.

Fiorina, Morris. 1994. "Divided Government in the American States: A Byproduct of Legislative Professionalism?", *American Political Science Review*, 88(2), pp. 304–316. doi: 10.2307/2944705.

Fiorina, Morris. 1997. "Professionalism, Realignment, and Representation." *American Political Science Review* 91 (1): 156-162. 10.2307/2952266.

Gaxie, Daniel. 2017. "Political and Social Backgrounds of Political Elites." In *The Palgrave Handbook of Political Elites*, edited by Heinrich Best and John Higley, 489-506. N.p.: Palgrave Macmillan UK. 10.1057/978-1-137-51904-7\_31.

Gerring, John. 1999. "What Makes a Concept Good? A Criterial Framework for Understanding Concept Formation in the Social Sciences." *Polity* 31 (3): 357-393. 10.2307/3235246.

Greenhalgh, Trisha, and Richard Peacock. 2005. "Effectiveness and efficiency of search methods in systematic reviews of complex evidence: audit of primary sources." *BMJ* 331 (November): 1064-1065. 10.1136/bmj.38636.593461.68.

Greenstein, F. I. 2009. "The Political Professionalism of James Monroe", *Presidential Studies Quarterly*, 39(2), pp. 275–282.

Grumm, J.G., 1971. The effects of legislative structure on legislative performance. *State and urban politics*, pp.298-322.

- Guttsman, W. L. 1974. "The British Political Elite and the Class Structure", in P. Stanworth and A. Giddens (eds), *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 22–44.
- Heath, Oliver, and Sandra Halperin. 2020. *Political Research: Methods and Practical Skills*. N.p.: Oxford University Press.
- Howie, P, & Bagnall, R. 2015. The transmogrification of warm-up: From drama to psychodrama. *The arts in psychotherapy*, 44, 35-44.
- Howie, Peter C., and Richard G. Bagnall. 2018. "A Criterial Framework for Concept Evaluation in Social Practice and Scholarship." *Sociological Methods & Research* XX, no. X (04): 1-23. 10.1177/0049124118769104.
- Jalali, S., and C. Wohlin. 2012. "Systematic literature studies: database searches vs. backward snowballing." *roceedings of the 2012 ACM-IEEE international symposium on empirical software engineering and measurement*, (September).
- Jenssen, Torben K. 2003. "Denmark: Professionalism in an Egalitarian Political Culture." In *The Political Class in Advanced Democracies: A Comparative Handbook*, edited by Jürgen Zeiss and Jens Borchert, 84-106. N.p.: OUP Oxford.
- Jones, K. 2006. "One step at a time: Australian parliamentarians, professionalism and the need for staff", *Parliamentary Affairs*, 59(4), pp. 638–653. doi: 10.1093/pa/gsl015.
- Kamei, Fernando, Igor Wiese, Crescencio Lima, Ivanilton Polato, Vilmar Nepomuceno, Waldemar Ferreira, Marcio Ribeiro, et al. 2021. "Grey literature in software engineering: A critical review." *Information and Software Technology* 138. 10.1016/j.infsof.2021.106609.
- Kattelman, K. T. 2015. "Legislative professionalism and group concentration: The ESA model revisited", *Interest Groups and Advocacy*, 4(2), pp. 165–184. doi: 10.1057/iga.2014.19.
- Kang, I. 2016. "U.S. State Legislative Professionalization: Redefining the Connection to Divided Government", *American Studies*, 39(2), pp. 147–173.
- King, Anthony. 1981. "The rise of the career politician in Britain—and its consequences." *British Journal of Political Science* 11 (3): 249-285. 10.1017/S0007123400002647.
- King, J. D. 2000. "Changes in Professionalism in U. S. State Legislatures", *Legislative Studies Quarterly*, 25(2), pp. 327–343.
- Krippendorff, Klaus. 2013. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. N.p.: SAGE Publications.
- LeLoup, Lance T. 1978. Reassessing the mediating impact of legislative capability. *American Political Science Review* 72:616-21.
- Lima, A. F. et al. 2018. "A carreira dos desviantes: ambição política e nível de profissionalização da Câmara dos Deputados", *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, 11(26), pp. 82–108.

- Lovenduski, Joni, and Pippa Norris. 1995. *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*. N.p.: Cambridge University Press.
- MacKenzie, S. A. 2015. "Life before congress: Using precongressional experience to assess competing explanations for political professionalism", *Journal of Politics*, 77(2), pp. 505–518.
- Maddox, H. W. J. 2004. "Working Outside of the State House (and Senate): Outside Careers as an Indicator of Professionalism in American State Legislatures", *State Politics and Policy Quarterly*, 4(2), pp. 211–226.
- Mahood, Quenby, Dwayne Van Eerd, and Emma Irvin. 2013. "Searching for grey literature for systematic reviews: challenges and benefits." *Research Synthesis Methods* 5 (3): 221-234. 10.1002/jrsm.1106.
- Malhotra, Neil. 2006. "Government growth and professionalism in U.S. state legislatures", *Legislative Studies Quarterly*, 31(4), pp. 563–584. doi: 10.3162/036298006X201931.
- Malhotra, Neil. 2008. "Disentangling the Relationship between Legislative Professionalism and Government Spending." *Legislative Studies Quarterly* 33 (3): 387-414. 10.3162/036298008785260880.
- Mancini, P. 1999. "New Frontiers in Political Professionalism", *Political Communication*, 16(3), pp. 231–245.
- Marengo, André. 2000. "Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]," Tese de doutorado. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS.
- Mazzoleni, Oscar. 2006. "Critique et légitimation de la professionnalisation parlementaire en Suisse." *Politix* 75 (3): 163-184. 10.3917/pox.075.0163.
- Michon, S. and Ollion, E. 2018. "Retour sur la professionnalisation politique", *Sociologie du Travail*, 60(1).
- Moens, P. 2017. "Untangling the conceptual web of political professionalization: Measuring the professionalism of internal political staff", *ECPR General Conference*.
- Moncrief, G. F. 1988. "Dimensions of the Concept of Professionalism in State Legislatures: A Research Note", *State & Local Government Review*, 20(3), pp. 128–132.
- Moncrief, Gary F. 1994. "Professionalization and careerism in Canadian provincial assemblies: Comparison to US state legislatures." *Legislative Studies Quarterly* 19:33-48. 10.2307/439798.
- Moncrief, Gary F. and Thompson, Joel A. 1996. "State Legislatures Toward the Twenty-First Century: Institutional Change and Legislative Careers". *Politics in the American States and Communities: A Contemporary Reader*, 161-170.
- Mooney, Christopher. 1994. "Measuring US state legislative professionalism: An evaluation of five indices." *State & Local Government Review* 26 (2): 70-78.

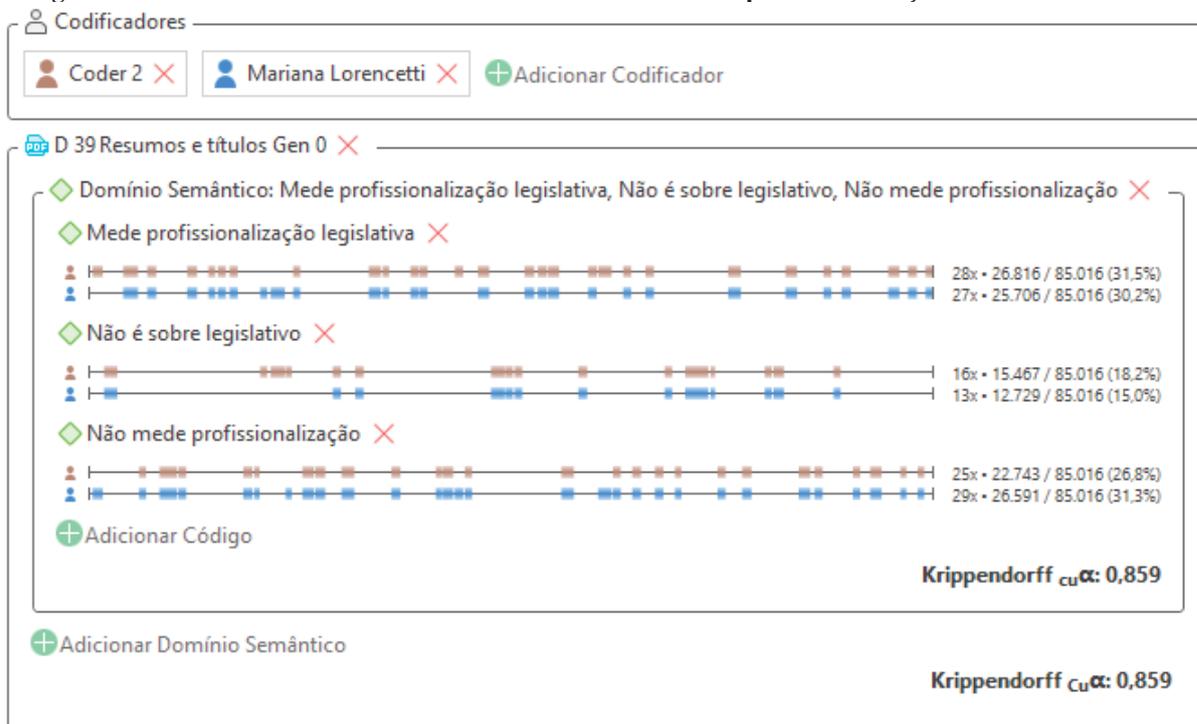
- Mooney, Christopher. 1995. "Citizens, Structures, and Sister States: Influences on State Legislative Professionalism", *Legislative Studies Quarterly*, 20(1), pp. 47–67.
- Morehouse, S.M. and Jewell, M.E. 1983. *State politics, parties, and policy*. New York: Holt, Rinehart and Windston.
- Munn, Zachary, Micah Peters, Cindy Stern, Catalin Tufanaru, Alexa McArthur, and Edoardo Aromataris. 2018. "Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach." *BMC Medical Research Methodology* 18 (143).
- Navarre, M. 2014. "De la professionnalisation au désengagement : les bifurcations dans les carrières politiques des élus en France", *Politique et Sociétés*, 33(3), pp. 79–100. doi: 10.7202/1027941ar.
- Newsweek.1986. *How the Governors See It: A Newsweek Poll*. Newsweek, March 24.
- Newsweek.1991. *Rating the Governors*. Newsweek, July 1.
- Nyrup, J. and Bramwell, S. 2020. "Who Governs? A New Global Dataset on Members of Cabinets", *American Political Science Review*, 114(4), pp. 1366–1374.
- Ochoa Jimenez, M. de los Á. 2022. "Democracia y Profesionalización Legislativa", *Sur Academia: Revista Académica-Investigativa de la Facultad Jurídica, Social y Administrativa*, 9(17), pp. 61–72. doi: 10.54753/suracademia.v9i17.1256.
- Oñate, P. 2010. "The Members of the Spanish Autonomic Parliaments: Some Features of a Regional Professionalized Elite", *Pôle Sud*, n° 33(2), pp. 27–46.
- Oliveira, R. 2021. "Vícios ou virtudes? Uma reflexão sobre o conceito de profissionalização da política", *Análise Social*, 56(239), pp. 214–241.
- Offerlé, Michel. 2017. "Professions et profession politique." In *La profession politique: XIXe-XXIe siècle*, edited by Michel Offerlé and Paul Bacot, 7-35. 1st ed. Paris: Belin.
- Owings, S. and Borck, R. 2000. "Legislative professionalism and government spending: Do citizen legislators really spend less?", *Public Finance Review*, 28(3), pp. 210–225. doi: 10.1177/109114210002800304.
- Panebianco, Angelo. 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pegurier, F. 2012. "Political careers and the chamber of deputies in Brazil", *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, 2(1), p. 39. doi: 10.12660/riελ.v2.n1.2012.5846.
- Perissinotto, R. M., Massimo, L. and Costa, L. D. 2017. "Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934)", *Dados*, 60(1), pp. 79–110. doi: 10.1590/001152582017115.
- Pilotti, A., Mach, A. and Oscar, M. 2010. Les parlementaires suisses entre démocratisation et professionnalisation, 1910-2000, *Swiss Political Science Review*.

- Polsby, Nelson W. 1968. "The Institutionalization of the U.S. House of Representatives." *The American Political Science Review* 62, no. 1 (Mar): 144-168. 10.2307/1953331.
- Polsby, Nelson W. 1975. "Legislatures." In *Handbook of Political Science Vol 5 - Governamental Institutions and Processes*, 257-320. 1st ed. Vol. 5. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Pow, J. T. 2018. "Amateurs versus Professionals: Explaining the Political (in)Experience of Canadian Members of Parliament", *Parliamentary Affairs*, 71(3), pp. 633–655.
- Rincón, L. C. 2011. "Profesionalización de las elites parlamentarias en Bolivia, Colombia y Perú", *Postdata*, 16(2), pp. 223–258.
- Roeder, Phillip W. 1979. State legislative reform: Determinants and policy consequences. *American Politics Quarterly* 7:51-70
- Rosenthal, Alan. 1990. *Governors and legislatures: Contending powers*. Washington, DC: CQ Press.
- Rosenthal, Alan. 1996. "State Legislative Development: Observations from Three Perspectives." *Legislative Studies Quarterly* 21:169–98.
- Rosenthal, Alan. 1998. *The decline of representative democracy: Process, participations and power in State Legislatures*. Washington, DC: CQ Press.
- Saalfeld, T. 1997. "Professionalisation of parliamentary roles in Germany: An aggregate-level analysis, 1949–94", *Journal of Legislative Studies*, 3(1), pp. 32–54.
- Sánchez, F. P. and García, O. C. 2018. "La profesionalización legislativa de los diputados federales en México", *De Política*, Enero-Juni(1), pp. 89–107.
- Sánchez, F. P. and García, O. C. 2016. "Legislative professionalism in state Congresses in Mexico", *Revista Legislativa de Estudios Sociales y de Opinión Pública*, 9(17), pp. 101–138.
- Sartori, Giovanni. 1970. "Concept Misformation in Comparative Politics." *The American Political Science Review* 64, no. 4 (Dec.): 1033-1053. 10.2307/1958356.
- Schlesinger, Joseph A. 1966. *Ambition and Politics: Political Careers in the United States*. 1st ed. Chicago: Rand McNally.
- Schlesinger, J. A., Jacob, H., & Vines, K. 1965. *Politics in the American states*. Boston: Little, Brown and Company.
- Schreier, Margrit. 2012. *Qualitative Content Analysis in Practice*. 1st ed. N.p.: SAGE Publications.
- Silva Júnior, J. A. da and Figueiredo Filho, D. B. 2012. "Marolas ou tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003)", *Revista de Sociologia e Política*, 20(42), pp. 199–212.

- Squire, Peverill. 1988. "Career Opportunities and Membership Stability in Legislatures." *Legislative Studies Quarterly* 13, no. 1 (Feb): 65-82.
- Squire, Peverill. 1992. "Legislative Professionalization and Membership Diversity In State Legislatures." *Legislative Studies Quarterly* 17, no. 1 (Feb.): 69-79. 10.2307/440081.
- Squire, Peverill. 1997. "Another Look at Legislative Professionalization and Divided Government in the States", *Legislative Studies Quarterly*, 22(3), p. 417. doi: 10.2307/440323.
- Squire, Peverill. 2007. "Measuring State Legislative Professionalism: The Squire Index Revisited", *State Politics & Policy Quarterly*, 7(2), pp. 211–227.
- Thompson, Joel A. 1986. State legislative reform: Another look, one more time, again. *Polity* 19:2741
- Uriarte, E. 2000. "La política como vocación y como profesión: análisis de las motivaciones y de la carrera política de los diputados españoles", *Revista Española de Ciencia Política*, pp. 97–124.
- Valencia Escamilla, L. 2009. "Élites parlamentarias y profesionalización legislativa en México", *El cotidiano*, (155), pp. 69–76.
- Verhelst, T. and Kerrouche, E. 2012. "Family, ambition, locality and party. A study of professionalization in the activation and apprenticeships of local Councillors in Europe", *Lex Localis*, 10(1), pp. 37–62.
- Verhelst, T., Reynaert, H. and Steyvers, K. 2013. "Necessary Asymmetry or Undemocratic Imbalance? Professionalisation in the Recruitment and Career of Belgian Local Councillors", *Local Government Studies*, 39(2), pp. 273–297.
- Weber, Max. 2009a. "Natureza, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática." In *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 5th ed. Vol. 2. N.p.: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, Max. 2009b. "A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos." In *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 5th ed. Vol. 2. N.p.: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, Max. 2015. *Ciência e Política - Duas Vocações*. 18th ed. N.p.: Cultrix.
- Wohlin, Claes. 2014. "Guidelines for snowballing in systematic literature studies and a replication in software engineering." *Proceedings of the 18th international conference on evaluation and assessment in software engineering*, 1-10. 10.1145/2601248.2601268.
- Woods, N. D. and Baranowski, M. 2006. "Legislative professionalism and influence on state agencies: The effects of resources and careerism", *Legislative Studies Quarterly*, 31(4), pp. 585–609.
- Yoon, J. Bin and Jeong, H. O. 2016. "Developing a measure of legislative professionalism for local assemblies in South Korea", *Philippine Political Science Journal*, 37(1), pp. 26–42.

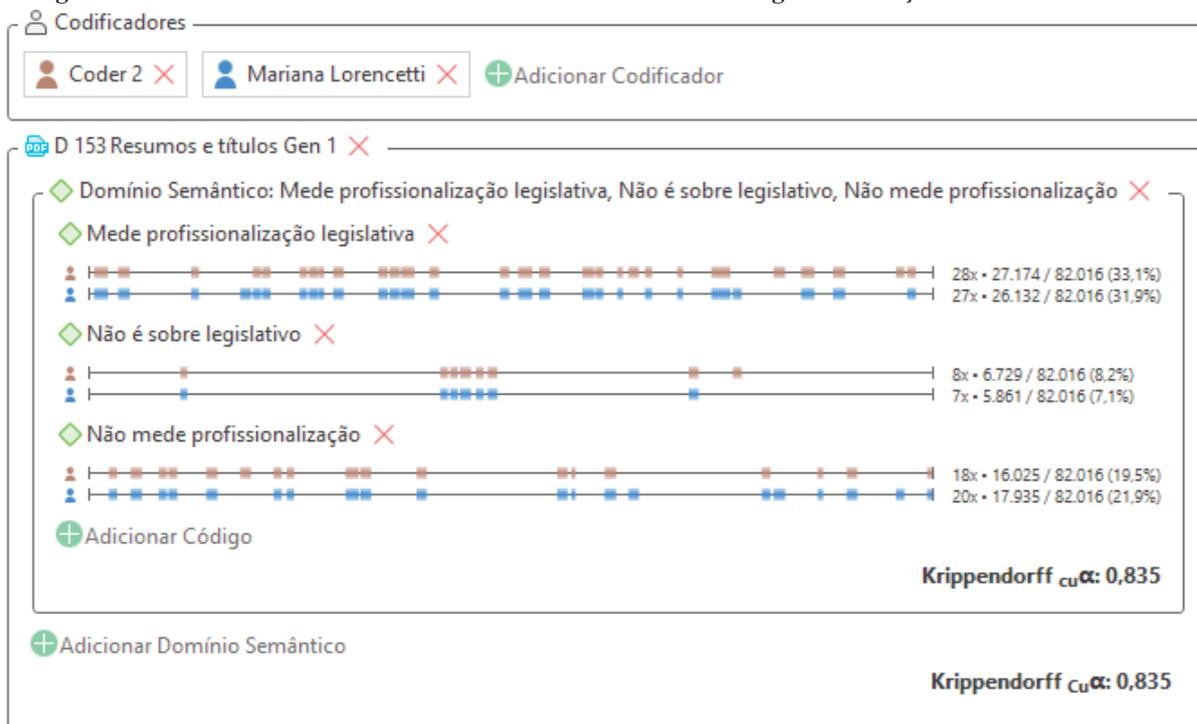
## APÊNDICE A

**Figura A.1 – Relatório visual do acordo entre codificadores na primeira iteração da coleta em cascata**



Fonte: gerado pelo ATLAS.ti com base nos dados da pesquisa.

**Figura A.2 – Relatório visual do acordo entre codificadores na segunda iteração da coleta em cascata**



Fonte: gerado pelo ATLAS.ti com base nos dados da pesquisa.